

Universidade Federal de Uberlândia
Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais
Instituto de Economia e Relações Internacionais

ISABELA MARQUES CAETANO

GLOBALIZAÇÃO EMBUTIDA CHINESA: Uma Rota para o Brasil

UBERLÂNDIA

2023

ISABELA MARQUES CAETANO

GLOBALIZAÇÃO EMBUTIDA CHINESA: Uma Rota para o Brasil

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais.

Linha de Pesquisa: Economia Política Internacional.

Orientador: Prof. Dr. Filipe Almeida do Prado Mendonça

UBERLÂNDIA

2023

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

C128 2023	<p>Caetano, Isabela Marques, 1998- Globalização Embutida Chinesa [recurso eletrônico] : Uma Rota para o Brasil / Isabela Marques Caetano. - 2023.</p> <p>Orientador: Filipe Almeida do Prado Mendonça. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Pós-graduação em Relações Internacionais. Modo de acesso: Internet. Disponível em: http://doi.org/10.14393/ufu.di.2023.246 Inclui bibliografia. Inclui ilustrações.</p> <p>1. Relações Internacionais. I. Mendonça, Filipe Almeida do Prado, 1985-, (Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Pós-graduação em Relações Internacionais. III. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDU: 327</p>
--------------	--

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:
Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais
Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 1J - Bairro Santa Mônica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902
Telefone: (34) 3239-4595 - www.ppgri.ie.ufu.br - secppgri@ufu.br



ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais - PPGRI				
Defesa de:	Dissertação de Mestrado Acadêmico, número 77, PPGRI				
Data:	06 de junho de 2023	Hora de início:	09:00	Hora de encerramento:	11h20min
Matrícula do Discente:	12112RIT004				
Nome do Discente:	Isabela Marques Caetano				
Título do Trabalho:	Globalização Embutida Chinesa: Uma Rota para o Brasil				
Área de concentração:	Política Internacional				
Linha de pesquisa:	Economia Política Internacional				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	O Impacto das Tensões Sino-EUA na América do Sul (2000-2020): Um estudo comparado entre Argentina, Brasil e Chile				

Reuniu-se por meio de tecnologia de webconferência do Instituto de Economia e Relações Internacionais, em sessão pública, da Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais, assim composta: Professores(as) Doutores(as): Aline Tedeschi da Cunha - Universidade Normal de Hunan; Leonardo César Souza Ramos - PUC-Minas ; Filipe Almeida do Prado Mendonça - PPGRI-UFU; orientador do candidato.

Iniciando os trabalhos o(a) presidente da mesa, Dr(a). Filipe Almeida do Prado Mendonça - PPGRI-UFU, apresentou a Comissão Examinadora e o candidato(a), agradeceu a presença do público, e concedeu ao Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(às) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimeada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

Aprovado(a).

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida eachada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Filipe Almeida do Prado Mendonça, Coordenador(a)**, em 06/06/2023, às 11:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Leonardo Cesar Souza Ramos, Usuário Externo**, em 12/06/2023, às 08:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539,](#)

[de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Aline Tedeschi da Cunha, Usuário Externo**, em 14/06/2023, às 11:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4532123** eo código CRC **37608647**.

AGRADECIMENTOS

Apesar desta dissertação trazer apenas o meu nome na capa, ela só se realizou devido ao apoio, carinho e a confiança das pessoas à minha volta. Agradeço aos meus pais: Eliane e Fernando, aos meus avós: Eduardo, Nadir, Verci e Nair, e à minha tia Nádia, pelo incentivo e amparo que garantiram com que eu tivesse as melhores oportunidades possíveis e pudesse ter o privilégio de traçar meu caminho em universidades públicas.

Agradeço à Bianca Lima, Brenda Marchiori, Bruno de Castro, Daniel Zem, Gabriela Pereira, Isabela Maria Salcedo, Júlia Peres, Laura Repeker, Luis Felipe Mendes, Mariana Grieger, Mariana Quirino e Nathália Takata, por sua amizade ao longo dos anos. E ao Felipe Franke, que me escutou enquanto eu lia e relia todos estes parágrafos que escrevi.

Agradeço aos professores, secretário e aos meus colegas no PPGRI-UFU por todo o esforço em superar as dificuldades da pandemia e a alienação que envolve o desenvolvimento da ciência e da educação de qualidade na situação do ensino à distância – necessário durante os tempos de distanciamento social – mas, especialmente à Letícia Angelini, Maria Celeste Lachini, Pedro Pitillo e Xavier Sanca com quem tive o prazer de conviver em Uberlândia, no curto período que pude vivenciar o que seria uma rotina normal de pós graduanda na UFU.

Ao professor Dr. Filipe Mendonça por ter me recebido como orientanda, me guiado nas constantes reorganizações do meu projeto de pesquisa, para que ele pudesse se transformar nesta dissertação, e também pela confiança posta em mim no estágio docência e em outros projetos.

Agradeço também ao INEU e à CAPES CNPq por valorizarem minha pesquisa, o que permitiu que eu me dedicasse exclusivamente à ciência.

E à Alexandra Elbakyan, por sua luta pela democratização do conhecimento científico.

“Se o negócio é bão, 'cê fica é chineizin”

CRIOLO, Subirusdoistiozin. Rio de Janeiro: Oloko Records: 2011. CD (3.33min)

RESUMO

A atual presença Chinesa no sistema internacional se traduz em momento de inovação teórica para explicar a ascensão e o comportamento de um novo ator de grande relevância. Um dos projetos chineses mais notáveis é a *Belt and Road Initiative* (BRI) a qual recentemente foi inserida na América do Sul, e espera-se que seja inserida também no Brasil; o que representa não só uma nova fonte de investimento como também uma nova fonte de influência na região. Este trabalho preocupa-se em analisar os planos de projeção internacional chinês sob o conceito de Globalização Embutida, especialmente seus efeitos no Brasil, área de reconhecida influência estadunidense; a fim de testar sua aplicação e contribuir na discussão e na construção de instrumentos que auxiliem na análise da economia política chinesa. Dessa maneira, chega-se à pergunta: A implementação dos investimentos chineses no Brasil configura um projeto de globalização embutida? Este trabalho segue a hipótese de que apesar do pequeno volume de investimentos chineses no Brasil, a qualidade destes é o suficiente para que seja reconhecido o seu caráter embutido; e que o terceiro mandato de Lula da Silva pode representar a intensificação do relacionamento sino-brasileiro.

Palavras-Chave: Globalização Embutida. China. Brasil. Belt and Road Initiative. Investimento Estrangeiro.

ABSTRACT

The current Chinese presence in the international system translates into a moment of theoretical innovation to explain the rise and behavior of a new actor of great relevance. One of the most notable Chinese projects is the Belt and Road Initiative (BRI) which has recently been introduced in South America, and is expected to be introduced in Brazil as well; which represents not only a new source of investment but also a new source of influence in the region. This work is concerned with analyzing the Chinese international projection plans under the concept of Embedded Globalization, especially its effects in Brazil, an area of recognized American influence; in order to test its application and contribute to the discussion and construction of instruments that help in the analysis of the Chinese political economy. In this way, the question arises: Does the implementation of Chinese investments in Brazil configure a project of embedded globalization? This work follows the hypothesis that despite the small volume of Chinese investments in Brazil, their quality is enough for their Embedded character to be recognized; and that Lula da Silva's third term may represent the intensification of the Sino-Brazilian relationship.

Keywords: Embedded Globalization. China. Brazil. Belt and Road Initiative. Foreign Investment.

LISTAS DE SIGLAS

B3W	Build Back Better World
BRI	Belt and Road Initiative
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CBERS	Satélite Sino Brasileiro de Recursos Terrestres
CIA	Central Intelligence Agency (Agência Central de Inteligência)
COP	Conferência do Clima da Organização das Nações Unidas
COSBAN	Comitê de Coordenação e Cooperação de Alto Nível China-Brasil
CPC	Communist Party of China (Partido Comunista Chinês)
CSA	Ciclos Sistêmicos de Acumulação de Capital
EPI	Economia Política Internacional
EUA	Estados Unidos da América
FMI	Fundo Monetário Internacional
GIC	Globalização Instituída pela China
IED	Investimento Externo Direto
Mercosul	Mercado Comum do Sul
OBOR	One Belt One Road
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
PEX	Política Externa
PIB	Produto Interno Bruto
PPC	Paridade Poder de Compra
PPI	Programa de Parcerias de Investimento
UE	União Europeia
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Mapa Administrativo da China	20
Figura 2	Índice de Crescimento das Exportações e Investimento Estrangeiro da China de 2002 a 2015	31
Figura 3	Países que assinaram documentos de cooperação relacionados à BRI	56
Figura 4	Estoque de Investimentos Chineses na América do Sul entre 2005 e 2020 (em % do valor)	64
Figura 5	América Latina e Caribe: Investimentos de Empresas Chinesas por Modalidade e Setor, 2005-2020 (em % de valor)	65
Figura 6	Exportações Brasileiras para Países Selecionados (% do valor)	72
Figura 7	Importações de Países Selecionados para o Brasil (% do valor)	73
Figura 8	Importações brasileiras vindas da China (divisão por seção HS) em bilhões de dólares	74
Figura 9	Exportações brasileiras para a China (divisão por seção HS) em bilhões de dólares	75
Figura 10	IED no Brasil: Distribuição por país do investidor Imediato	76
Figura 11	Fluxo de Investimentos Chineses no Brasil (US\$ Bilhões)	79
Figura 12	Variação percentual de IED no Brasil em relação ao ano anterior	80
Figura 13	Variação percentual de IED no Brasil em relação a 2010	80
Figura 14	Média global do IED no Brasil (excluindo China e EUA) distribuição por setor de atividade econômica	81
Figura 15	IED Chinês no Brasil (participação no capital) distribuição por setor de atividade econômica	82
Figura 16	IED estadunidense no Brasil (participação no capital) distribuição por setor de atividade econômica	83

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Categorização dos Investimentos Chineses	32
Quadro 2	IED no Brasil entre 2010 e 2020 – Participação no capital em US\$ milhões distribuição por país do investidor imediato	76

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: NOVA ROTA, OLHARES ANTIGOS	12
1. O ALCANCE CHINÊS	18
1.1 Brevíssimo Histórico	20
1.2 Planejamento e Estratégia	24
1.3 O Sonho de Globalização	28
1.4. A Face para o Exterior	34
2. DESAFIOS CONCEITUAIS	37
2.1 O Liberalismo Embutido	37
2.1.1 Sobre Contexto Liberal	41
2.2 A Globalização Embutida	47
2.3 Transbordando Teorias	51
3. INICIATIVA CINTURÃO E ROTA	54
3.1 Herança e Valores	57
3.3 Plano Marshall e outras críticas	59
3.3 Destino: LATAM	62
4. UMA ROTA PARA O BRASIL	66
4.1 Brasil em Foco	66
4.2 Do Relacionamento Sino-Brasileiro	68
4.2.1 No Comércio	70
4.2.2 Nos Investimentos	74
4.3 Trilateralidade	82
4.3.1 Guerra Comercial e outros conflitos	83
CONSIDERAÇÕES FINAIS	86
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	93

NOVA ROTA, OLHARES ANTIGOS

Depois de vários planos de governo do Partido Comunista Chinês, detalhando suas metas para o progresso, e 70 anos depois da revolução, o presidente Xí Jinping (习近平) anunciou, em 2013, o “Sonho Chinês”, uma estratégia de desenvolvimento nacional em busca de prosperidade, com foco na produção de propriedade intelectual e tecnologia de ponta; Xí anunciou até mesmo um prazo para fazer da China um país desenvolvido, 2049, ano do centenário da proclamação da República Popular da China (CLARKE, 2017; MA, 2022). Dessa forma, o grande desempenho chinês em superar o posto de país pobre a ponto de tornar-se a segunda maior economia mundial deixa de ser tão surpreendente. Façanhoso, mas não imprevisto.

Os “BRICS” e “Second World”, “Belt and Road”, “Silk Road”, “BRICS Bank” e o “AIIB” agora fazem parte dos vocabulários das relações internacionais e da economia política internacional, simbolizando um fenômeno crescente da ordem mundial em mudança em que o sistema não é mais regido e governado pelos tratados do pós-guerra liderados pelos EUA¹ (XING, 2019, p.4, tradução da autora).

Conforme se deu o crescimento chinês, sua presença internacional e seu poder decisório ganharam notoriedade. A partir dos anos de 1990 essa notoriedade motivou também preocupações por parte de demais agentes do sistema internacional, e por conta disso a diplomacia chinesa ocupou-se da elaboração da sua reputação de potência responsável, preocupada com o multilateralismo e na manutenção e garantia de segurança mundial. A política externa chinesa, preocupada com o título de potência ameaçadora, preferiu fortalecer seu diálogo e resolução de controvérsias, expondo seu compromisso com o desenvolvimento econômico mundial e o interesse da ordem global (MATTOS & PIRES, 2016).

Fundada em 2013, a Belt and Road Initiative (帶一路, Yīdài Yīlù, BRI, ou OBOR), é um projeto chinês de cooperação internacional realizado através da construção de infraestrutura e demais investimentos no exterior (como ferrovias, dutos de gás natural, cabos de fibra óptica, construção de portos) e que passa por quase 140 países do sudeste asiático, África, Europa oriental, e agora também América do Sul, formando um Cinturão terrestre e uma Rota marítima de navegação de acordo com os países que abrange (KUO & KOMMENDA, 2018). Também conhecida como a Nova Rota da Seda, o projeto recebe esse apelido como forma de alusão a rota de comércio entre Ásia, África e Europa no período anterior às Grandes Navegações.

¹ The “BRICS” and “Second World”, “Belt and Road”, “Silk Road”, “BRICS Bank” and “AIIB” are now part of international relations and international political economy vocabularies, symbolizing a growing phenomenon of the changing world order in which the system is no longer ruled and governed by the US-led postwar treaties.

A BRI é parte da tentativa de internacionalizar o capital chinês por meio da construção de megaprojetos, principalmente garantindo demanda para a indústria pesada chinesa, aumentando sua área de influência, desenvolvendo conectividade entre governos e mercados estrangeiros com a China, e servindo como instrumento de incentivo à paz, uma extensão da segurança nacional chinesa (CLARKE, 2017). A expectativa é que essa iniciativa custe ao governo chinês cerca de um trilhão de dólares. Até 2018, os contratos de construção de empresas chinesas ligadas a BRI chegaram a US\$340 bilhões, cerca de 60% a mais que o investimento estatal feito até então, de US \$210 bilhões (KUO & KOMMENDA, 2018). E em 2022, os contratos de construção da BRI já somavam US\$561 bilhões (NEDOPIL, 2022), um crescimento de 65% em 4 anos.

A China é uma potência emergente bem distinta do Norte Global, o qual serviu de universo para o desenvolvimento da disciplina das Relações Internacionais, da Economia Política Internacional, e suas teorias universais. Logo, a experiência chinesa desperta interesse e preocupações do Ocidente. De maneira similar a BRI é um projeto grande e ambicioso, o que conseqüentemente atrai muita atenção e faz surgir questionamentos quanto a sua inserção no plano internacional. Mas uma dificuldade dessas análises é justamente o caráter particular da economia política chinesa, sua organização pautada no Socialismo com Características Chinesas e como isso se traduz num sistema internacional de democracias liberais.

É interessante apontar que independente da composição (material ou ideológica) da econômica política chinesa, a sua ascensão como Estado potência acontece dentro do contexto de um sistema internacional capitalista expansivo, e como parte de um processo histórico de acumulação de capital. Dessa forma, uma análise sobre a China não deve se desvincular do ambiente internacional da qual ela está inserida (XING, 2019). Mudanças geográficas dos loci de produção e acumulação de capital acontecem historicamente através da ascensão de potências que trazem inovações nos padrões de interdependência economia internacional, mas essas mudanças geográficas, técnicas e tecnológicas não significam mudanças sistêmicas nas relações de desigualdade dentro da estrutura capitalista (XING, 2019). Entretanto, isso não significa que as particularidades da economia política chinesa devem ser negligenciadas.

Mas é interessante também ressaltar que não cabe aqui estender-se quanto à preocupação de que a experiência chinesa se encaixa nos conceitos de capitalismo, socialismo, comunismo, ou qualquer fase intermediária dessas definições, ou até mesmo se a experiência chinesa é diferente de tudo aquilo que antes compôs o sistema internacional. É difícil admitir algum consenso, ainda mais se tratando de uma situação bastante nova. É momento de inovação teórica, mas essas inovações ainda não tiveram tempo de se estabelecer. Assim, na falta de

instrumentos mais adequados, especialmente construídos para entender a experiência chinesa, e entendendo que “as teorias convencionais ortodoxas e heterodoxas não são mais suficientes para explicar a natureza do fenômeno em marcha na China” (DANTAS *et. al.*, 2021. p. 96); se faz necessário o uso de métricas já conhecidas para a análise de outras realidades. Em vez de analisar quão adequadas são as políticas chinesas frente às teorias marxistas; aqui se busca compreender como suas políticas se apresentam no exterior, especialmente no Brasil, de acordo com análises de relações internacionais.

Depois de muitos anos excluída dos fluxos internacionais de comércio, a inserção chinesa nas organizações internacionais econômicas e financeiras aconteceu muito recentemente, e é claro que a presença chinesa nessas ordenações não é livre de contradições, mas isso não necessariamente significa o desafio das posições políticas chinesas ou do restante do sistema internacional. É possível enxergar o comportamento chinês no sistema internacional como divergente das tendências e das políticas do Ocidente, principalmente dos Estados Unidos – dito como atual Estado hegemônico – mas é difícil afirmar que não existam similaridades. De acordo com Jin Zhongxia, diretor-executivo da China no FMI:

Os acordos da conferência de Bretton Woods [...] incorporam uma mistura dos pensamentos das economias socialista e capitalista. Foi uma prova importante e uma forma de ensaio para países de diferentes sistemas sociais aprenderem uns com os outros e buscarem um terreno comum, preservando as diferenças em nome da paz e da cooperação² (JIN, 2015, apud HELLEINER, 2019 p. 16, tradução da autora).

Assim como os acordos de Bretton Woods podem se encaixar nas políticas chinesas, a BRI é comumente comparada com o Plano Marshall, programa estadunidense de ajuda econômica à Europa Ocidental no pós-Segunda Guerra Mundial, que consistiu em um auxílio de US\$ 12,6 bilhões para a construção de indústrias, financiamento de programas agrícolas, o desenvolvimento do estado de bem-estar social, e outras obras na Europa Ocidental, o equivalente a 0,5% do PIB estadunidense entre 1948 e 1951 (SIMON, 2011). De maneira comparativa, somados os incentivos estatais e privados da BRI, até 2022, tem-se aproximadamente US\$932 bilhões (NEDOPIL, 2022) enquanto o Plano Marshall, com valores ajustados à inflação, corresponde a aproximadamente US\$153 bilhões, cerca de um sexto do projeto chinês. E se o Plano Marshall é entendido como relevante na história e na economia internacional, não se pode ignorar a BRI e seu potencial gerador de futuro e de movimentação nas tendências da economia global.

² The Bretton Woods conference agreements...embody a mixture of the thoughts of both the socialist and capitalist economies. It was an important trial and a form of rehearsal for countries of different social systems to learn from one another and to seek common ground while preserving differences in the name of peace and cooperation.

O Plano Marshall, os acordos de Bretton Woods, e o desenvolvimento das ideias e políticas do keynesianismo fazem parte do contexto que proporcionou o desenvolvimento dos conceitos ligados ao Liberalismo Embutido – momento intermediário entre o abandono do Liberalismo Clássico e o adote das políticas Neoliberais por parte dos Estados Unidos e grande parte do sistema internacional. A economia chinesa, baseada em planos quinquenais organizados pelo Partido Comunista, não foge do que Helleiner (2019) interpreta como aceitável pelos acordos de Bretton Woods. Assim, apesar de a China ser um ator peculiar, sua experiência internacional ainda é aplicável pelas lentes “recicladas” do Liberalismo Embutido, conceito criado para interpretar os Estados Unidos.

Dessa forma, entendendo as políticas econômicas atuais da China e a bagagem Estadunidense no pós-Segunda Guerra Mundial, este trabalho preocupa-se em analisar um importante plano de projeção internacional chinês – especialmente seus efeitos no Brasil, área de reconhecida influência estadunidense – sob o conceito da Globalização Embutida (um conceito construído a partir do Liberalismo Embutido e a Globalização Instituída pela China – GIC) a fim de testar sua aplicação e contribuir na discussão e na construção de instrumentos que auxiliem na análise da economia política chinesa no sistema internacional. Dessa maneira, chega-se à pergunta: A implementação dos projetos de investimento chinês no Brasil configura um projeto de globalização embutida por parte da China?

Ao questionar sobre a atuação chinesa no Brasil através de projetos como o da BRI e sua aproximação ao modelo de Globalização Embutida, é preciso entender também como se dá o desenvolvimento do conceito do Liberalismo Embutido, sua implementação e contexto histórico e econômico no qual está inserido – cenário também apelidado de Os 30 Gloriosos. Para então aplicar essas propostas à realidade das relações internacionais chinesas e ao GIC. É difícil negar que a China seja uma potência emergente que prospera no sistema criado pelos EUA, agora cabe analisar como a China se encaixa nesse sistema e conceitos por meio da concretização dos projetos de internacionalização contidos na BRI.

O Liberalismo Embutido (ou Liberalismo Enraizado, ou Embedded Liberalism) – termo que antecede a Globalização Embutida – é um conceito apresentado por John Ruggie (1982) no qual há uma separação do ordenamento liberal internacional em três situações distintas: de um lado, o Liberalismo Clássico e o Neoliberalismo, e de outro o Liberalismo Embutido. Este, que representa uma situação marcada por uma maior participação do Estado nos mecanismos do mercado, como se deu o período pós-Guerras Mundiais; um arranjo onde o Estado teria responsabilidades sociais e de manutenção do bom funcionamento do mercado sem lesar o bem-estar social com intervenções domésticas, um “novo protecionismo”

Mesmo que Helleiner (2019) entenda que o Liberalismo Embutido seja compatível com várias outras formas de organização da economia, como as estratégias de desenvolvimento no Sul-Global e até mesmo com a economia centralmente planejada da União Soviética; aqui preferiu-se usar o termo Globalização Embutida em vez de Liberalismo Embutido primeiramente porque se julga que a conotação de liberalismo nessa construção foge do escopo do que normalmente é entendido como Liberalismo, e representa políticas que fogem do que é normalmente esperado do Liberalismo. Também se prefere o termo Globalização em vez de Liberalismo para evitar conflito com os conceitos usados pela orientação política e econômica chinesa, pautada no Socialismo com Características Chinesas sob o governo do Partido Comunista Chinês. Assim, não há confusão quanto a um suposto juízo a respeito da discussão sobre a materialidade da economia política da China contemporânea.

Além disso, a adoção da nomenclatura Globalização Embutida acontece também em referência ao conceito de Globalização Instituída pela China (GIC) de Vadell, Secches e Burger (2019). Em que entendem a expansão da economia chinesa – levando em conta o seu alcance territorial e a quantidade de investimentos – sua intensificação e aprofundamento, como um processo de globalização antagônica às tendências da globalização liberal ocidental liderada pelos EUA. E nessa formulação, a GIC aparece como conjuntura que é construída e se fortalece através da BRI (DANTAS, *et. al.*, 2021).

Só recentemente, a América do Sul foi inserida na região da BRI, e isso apresenta a essa região uma nova fonte de investimento e de liderança. É um capítulo, se não inédito, bastante curioso na política, no desenvolvimento, e na história, tanto da China quanto da América do Sul. Assim, surgem expectativas quanto à melhora dos arranjos de infraestrutura e a produtividade latino-americanas, segmentos negligenciados há algumas décadas, e preocupações com tendências de dependência. A proposta é integrar as rotas terrestres e marítimas; cultivar mercados grandes e abertos para benefício mútuo; e forjar indústrias avançadas de grande escala (PIRES, 2019) mas ainda se carece de uma estratégia bem definida no relacionamento desses países e demais instituições latino-americanas com a China. Isso, somado à instabilidade política da região e ao comportamento hostil dos EUA, apresenta-se como incerteza para a China. Entretanto, segundo Pires (2019), a BRI é um projeto com horizonte favorável que seria pouco provável de se realizar, senão com a China.

Posto que a BRI é um projeto recente na América do Sul, ela ainda não foi acordada no Brasil, que apesar de seu histórico de aproximação com a China e ser o principal destino dos investimentos chineses na região, não foi inserido nos projetos da BRI. Supõe-se que isso seja consequência da postura de PEX de governos anteriores (Temer, e Bolsonaro), mais alinhados

com o Norte-Global em detrimentos dos relacionamentos Sul-Sul, o que resultou em um desencontro de diplomacias assertivas e a aparente exclusão do Brasil da BRI. Ainda assim, o pequeno volume de investimentos chineses que chega ao Brasil já é suficiente para que se reconheça diferenças na sua qualidade em comparação com os demais Estados investidores no Brasil; assim, sendo possível o reconhecer como um instrumento da Globalização Embutida. Supõe-se também que o terceiro mandato de Lula da Silva signifique a superação do desencontro das diplomacias sino-brasileiras e resulte na inserção brasileira na BRI e intensifique a aproximação da China com toda a região Latino-Americana.

Dito isso, este trabalho é organizado da seguinte forma:

O primeiro capítulo inicia-se por descrever um breve histórico de desenvolvimento chinês, começando por expor sobre sua história, as guerras contra potências europeias imperialistas, o Século de Humilhação e a revolução comunista. Essa parte se faz necessária devido a constante evocação desses episódios e das tradições políticas desenvolvidas nesses momentos na organização atual do governo chinês. E então, trata-se do atual sistema político e econômico chinês, seus posicionamentos no sistema internacional e seus planos de desenvolvimento e internacionalização, dando atenção especial ao governo do atual presidente Xi.

O segundo capítulo é responsável por evidenciar os fundamentos teóricos deste trabalho, apresentando o Liberalismo Embutido e demais conceitos que o contornam, como os Movimentos Pendulares e a Revolução Passiva. Para então analisar o contexto de desenvolvimento e aplicação do Liberalismo Embutido no pós-Guerras Mundiais, os Acordos de Bretton Woods e o Plano Marshall. E por fim apresentar a Globalização Embutida e demais formulações que a contornam, como a Globalização Instituída pela China e a Nova Economia de Projeto; e as expectativas deste conceito para a análise da realidade contemporânea dos projetos chineses para internacionalização.

O terceiro capítulo é responsável por expor a sistematização da BRI, seus propósitos, seus efeitos e os planos do governo chinês para sua execução. Também será abordado os valores que o CPC procura atribuir à BRI através do uso do nome da Antiga Rota da Seda; as críticas a esse projeto por parte da comunidade internacional e seus embasamentos, como comparações ao Plano Marshall e a introdução desta Iniciativa na América Latina. O quarto, e último, capítulo ocupa-se de descrever o relacionamento sino-brasileiro, o histórico de comércio destes dois países, as atuais especificidades dos investimentos chineses no Brasil, as expectativas quanto a uma aproximação política e econômica e a perspectiva estadunidense frente a este relacionamento.

Por fim, tem-se o momento de retornar às questões propostas e de evidenciar todas as respostas alcançadas no desenrolar deste trabalho, a fim de condensar os resultados obtidos na análise. Além disso, as considerações finais servem também para salientar aquelas questões que não puderam ser respondidas, inserindo novos questionamentos e dificuldades quanto à inserção chinesa no sistema internacional que também são relevantes e conversam com os objetivos do texto.

1. O ALCANCE CHINÊS

O desenvolvimento econômico, político e social chinês pode ser entendido através das noções de *catching up*, que significa alcançar, ou aproximar. Esse termo é referente ao entendimento de que países pobres tendem a crescer numa taxa relativamente maior que países ricos, assim, os alcançando (THE ECONOMIST, 2022), isso porque os Estados em patamares maiores de desenvolvimento servem como arquétipo e exemplo de experiência para aqueles em desenvolvimento. Mas, não só como um estágio esperado de acumulação de capital, o *catching up* depende de uma mobilização estratégica entre Estado e Mercado. E esse é um fenômeno que acontece na China desde a década de 1980 (DE PAULA & JABBOUR, 2020).

E é pensando no alcance do desenvolvimento chinês – seja em referência ao *catching up*, seu rápido enriquecimento econômico e social, ou pela sua crescente influência política nos fóruns e no sistema internacional – que este capítulo busca apresentar a China como personagem internacional possuidor de lógicas próprias e feridas civilizacionais particulares; mostrar como a China se entende, e como ela é entendida por outros. Também há o propósito de apresentar a China como Estado contemporâneo, submetido aos trâmites do sistema internacional, e também como agente de capacidade transformadora dentro deste mesmo sistema.

Para isso, é necessário que se faça compreender suas circunstâncias materiais e organizacionais, seus objetivos e oportunidades de ação, e sua colocação dentro da ordem mundial através do tempo; para que a sua participação política e econômica no exterior possa ser entendida, e seus resultados possam ser examinados em sua totalidade conjuntural.

A China é o quarto maior país do mundo (depois da Rússia, Canadá e Estados Unidos), contando com aproximadamente 9,6 milhões de km² de extensão territorial, faz fronteira com 14³ outros países, e é dividida em 23⁴ províncias, 5 regiões autônomas (Guangxi, Nei Mongol, Ningxia, Xinjiang Uyghur, Xizang), 4 municipalidades (Beijing, Chongqing, Shanghai, Tianjin) e duas regiões administrativas especiais (Hong Kong e Macau). Possui clima muito diversificado, desde regiões tropicais ao sul, à subárticas ao norte. Tem a maior população total do mundo, com uma estimativa de 1,4 bilhões de pessoas; entretanto, sua densidade populacional é bem menor que a maioria dos Estados asiáticos e europeus; a maior parte da

³ Fazem fronteira com a China: Afeganistão, Butão, Birmânia, Índia, Cazaquistão, Coreia do Norte, Quirguistão, Laos, Mongólia, Nepal, Paquistão, Rússia, Tadjiquistão, e Vietnã.

⁴ São províncias chinesas: Anhui, Fujian, Gansu, Guangdong, Guizhou, Hainan, Hebei, Heilongjiang, Henan, Hubei, Hunan, Jiangsu, Jiangxi, Jilin, Liaoning, Qinghai, Shaanxi, Shandong, Shanxi, Sichuan, Taiwan, Yunnan, Zhejiang.

população chinesa concentra-se à leste, enquanto o Oeste, marcado por montanhas e desertos é pouco povoado (CIA, 2022).



Hoje a China é governada sob a autoridade do Partido Comunista Chinês e de seu secretário geral, Xi Jinping. Tem o PIB de aproximadamente US\$14 trilhões (menor apenas que o PIB estadunidense), e conta com o maior PIB PPC do globo, de US\$23 trilhões. A China participa do sistema internacional, não só como parceira ou rival comercial, mas também como membro permanente do Conselho de Segurança da ONU, na posição de segundo país que mais gasta com militarismo, segundo apenas para os EUA (CIA, 2022). A China faz parte de todos os grandes fóruns multilaterais e têm nacionais em cargos de liderança nessas organizações – como o secretariado e agências especializadas da ONU, a Corte Internacional de Justiça, FMI e outros (U.S.-CHINA ECONOMIC AND SECURITY REVIEW COMMISSION, 2022) – é sem dúvidas um ator muito relevante nos arranjos políticos e econômicos no globo.

1.1 BREVISSIMO HISTÓRICO

Quando se propõe estudar a China é importante que sua identidade, memória e história civilizacional sejam levadas em consideração, assim, entendendo a China como um “Estado Civilizacional” (DANTAS *et. al.*, 2021, p. 97). A história da formação da China é dividida principalmente em três esferas distintas, História Antiga, Imperial e Moderna. Mas apesar da distância temporal entre elas e as políticas contemporâneas, cada uma contribuiu para o desenvolvimento do Estado chinês, e sua análise oferece vestígios para que seja entendida sua construção institucional.

A História Antiga da China abrange desde o período Neolítico – por volta de 8500 a.C a 2070 a.C – até o início da dinastia Qin (aproximadamente 221 a.C). Esse é um período, que por conta de sua distância com o atual, é descrito principalmente por relatos arqueológicos e lendas mitológicas – e até certa dificuldade em separar ambos (FAIRBANK & GOLDMAN, 2006). Mas a impossibilidade de manter um rigor científico quanto a produção historiográfica deste período não o faz menos interessante para as análises da China hoje.

A História Antiga da China é responsável por desenvolver os mitos de criação do Estado chinês e das singularidades da identidade do povo chinês e seu relacionamento com o Estado. Contos – sejam eles fatídicos ou mitológicos – de imperadores moralmente superiores e empenhados com o bem-estar de seu povo são parte importante da formação histórica e institucional chinesa, servindo como justificativa para mudanças civilizacionais reais, e como legitimação para o domínio dos imperadores e demais líderes políticos. A História Imperial chinesa inicia-se com a supracitada Dinastia Qin e segue, por mais de 2100 anos, passando por quase 10 outras dinastias, até a Dinastia Qing, a qual se estendeu de 1644 a 1911. Esse é período de tentativas de unificar a extensão dos vários territórios de Senhores Feudais num Estado centralizado, além da expansão das filosofias budistas e confucionistas, a unificação da escrita e a instituição de cursos técnicos, concursos públicos e da burocracia dos letrados (POMAR, 2003).

A História Imperial chinesa é marcada pelas organizações dinásticas na China, estas que obedeceram a um esquema notável: Num sistema tributário agrícola, onde camponeses pagavam tributos aos nobres em troca de proteção e armazenamento das colheitas (não muito distinto da experiência feudal europeia), a incapacidade do nobre em construir obras de infraestrutura pública, manter-se distante de inquietações intelectuais e de acusações de corrupção administrativa, resultava na perda da sua personalidade como Filho do Céu – no rompimento do Mandato Celestial; sendo assim, o imperador era despedido de sua legitimação

divina, e seu mandato tornava-se suscetível a revoltas camponesas e ao destronamento. Assim, era iniciada uma nova dinastia (POMAR, 2003).

Concomitantemente à expansão mercantil marítima europeia – conhecida também como o período das Grandes Navegações – a dinastia Ming cai dando espaço à última dinastia chinesa, a supracitada Dinastia Qing. Esta é a dinastia que representa o Estado de Zhōng Guó (中国, Reino do Meio, ou Terra Média) no que é entendido como o sistema internacional da Era Moderna, e o nomeia internacionalmente como China (Qing → Qing-a → China) (POMAR, 2003). Entretanto, assim como outras organizações políticas não-ocidentais nessa época, a China participa dessa versão do sistema internacional sendo reconhecida como um objeto pelos Estados Ocidentais, logo, submetida a invasões e a dominação colonial violenta.

A Guerra do Ópio, desencadeada em 1840, foi o princípio de um longo processo de repartição da China pelas potências coloniais. Inglaterra. França. Rússia, Japão, Estados Unidos, e outros países impuseram à Dinastia Qing uma série de tratados pelos quais a China lhes concedeu zonas de influência e concessões de áreas territoriais e direitos alfandegários. A cada tentativa de resistência às pretensões europeias, alguma daquelas potências iniciava uma guerra, que resultava em novos “tratados”, mais lesivos e mais humilhantes para a China, não só com a potência guerreira, mas em geral com todas as demais potências estrangeiras (POMAR, 2003, p. 32).

A Primeira (1839-1842) e Segunda Guerra do Ópio (1856-1860), as guerras Russo-Chinesa (1858), Franco-Chinesa (1884-1885), Sino-Japonesa (1894-1895) e Sino-alemã (1898), custaram à China indenizações e reparações de Guerra, os territórios de Macau (para Portugal), Hong-Kong (para a Inglaterra), Qingdao (para a Alemanha), Mandchúria, Taiwan (para o Japão), Shanghai, Ningbo, Fuzhou, Xiamen e Guangzhou, transformados em portos controlados por potências estrangeiras (POMAR, 2003).

Além de invadir territórios e dominar direitos alfandegários, as intervenções estrangeiras estenderam-se também à organização das estruturas internas do mercado chinês, com a inserção de práticas industriais. Todo esse processo estabeleceu na sociedade chinesa uma nova forma de organização social: a introdução da industrialização fez surgir as classes burguesa e o proletariado chinês. Os monopólios imperiais foram substituídos por burguesias estrangeiras, burocráticas e nacionais. E ainda que os camponeses representassem cerca de 80% da população, viu-se crescer, não só, a classe operária, como também a classe média (POMAR, 2003).

As invasões, tratados desiguais, a perda do domínio sob cidades, províncias, e até de ilhas, além do constante tráfico humano, de trabalhadores chineses, com destino às potências ocidentais e suas colônias, significou o esgotamento da soberania chinesa sob seu território e sob a sua população. Serviu como ferida civilizacional, conhecida como o Século de

Humilhação (Bǎi Nián Guó Chǐ, 百年国耻), e criou sentimento de rancor quanto aos seus perpetuadores – as potências ocidentais –, e sentimento de inferioridade civilizacional por parte do povo chinês, e que mesmo distantes do hoje, são parte constitutiva de preocupações e políticas atuais do governo chinês. É difícil falar de política ou de economia chinesa sem falar do século de humilhação, mais difícil ainda é fá-lo sem cair em anacronismos. Esse foi um período caracterizado por um limbo que misturou colonização e exclusão do sistema internacional, no qual a China sofreu com o desrespeito da sua autoafirmação, deixando sua memória sensibilizada a possíveis ameaças externas (SCOTT, 2008).

O período de humilhação estrangeira ensinou à China uma série de lições que ainda estão em vigor hoje. Primeiro, o período criou fortes suspeitas sobre as motivações e intenções de nações e de multinacionais estrangeiras que foram o instrumento de dominação estrangeira por algum tempo e até exerceram poderes consulares. Anos mais tarde, a China recorreria com relutância a empresas estrangeiras, mas desta vez para extrair habilidades e conhecimentos. De fato, a segunda lição do período de humilhação foi garantir que a China não se tornasse dependente de outros, e que a tecnologia fosse um ingrediente chave da independência⁵ (SHENKAR, 2005, p. 31, tradução da autora).

Assim como o Século de Humilhação mantém-se como uma ferida a ser cicatrizada na contemporaneidade, ele foi motivação para levantes por parte dos operários e camponeses chineses durante sua ocorrência. O embate violento de camponeses contra injustiças – fenômeno integrante das lendas de criação e do histórico civilizacional chinês – foi vital para que houvesse rupturas na estrutura dinástica, tanto por conta da exploração estrangeira, quanto por conta dos abusos cometidos pelo sistema imperial. No final de 1890 movimentos reformistas ascenderam e foram contidos, no início dos anos de 1900 movimentos revolucionários cresceram, e apesar de empasses, as rebeliões obtiveram sucesso – mesmo que em partes. E em 1912 não havia mais monarquia imperial – iniciando assim, o período conhecido como História Moderna chinesa – mas a recém instaurada República da China manteve intactos a dominação estrangeira e o complexo latifundiário feudal de Senhores da Guerra (POMAR, 2003).

A República da China também foi receptáculo da disseminação dos ideais ocidentais liberais, como as noções de liberdades individuais, direito à propriedade, e a autoridade do poder legislativo. O fim do poder dinástico indicava o avanço da sociedade chinesa em direção

⁵ “The period of foreign humiliation taught China a number of lessons that are still in force today. First, the period created strong suspicion regarding the motivations and intentions of foreign nations and the foreign multinationals that were the instrument of foreign domination for a time even exercised consular powers. Years later, China would reluctantly turn to foreign firms, but this time to extract skills and knowledge. Indeed, the second lesson from the humiliation period was to make sure that China did not become dependent on others, and that technology was a key ingredient of independence.”

a uma organização pautada no sistema democrático e liberal da Europa Ocidental, mas esse fluxo não foi suficiente para superar totalmente as correntes filosóficas de organização social chinesas, como o Confucionismo, que mantinham uma visão mais estado-centradas, e se opunham às visões e aos valores liberais ocidentais (FAIRBANK & GOLDMAN, 2006). E essa é uma tendência que se estende à contemporaneidade, de modo que An, Sharp e Shaw (2020) identificam na China uma “Geopolítica Confucionista-Híbrida” (AN *et. al.*, 2020, p. 13).

O individualismo e o liberalismo no pensamento chinês eram partes estritamente limitadas de uma coletividade maior. O indivíduo chinês era subordinado ao grupo. A lei chinesa era menos dominante do que as reivindicações da moralidade. O conceito ocidental de sociedade civil tinha uma contrapartida significativa no pensamento chinês, mas precisava ser definido. Por exemplo, a auto-expressão individual e a posse de propriedade, características essenciais do liberalismo vitoriano, deveriam ser desfrutadas na China apenas com a bênção do oficialismo⁶ (FAIRBANK & GOLDMAN, 2006, p. 258. Tradução da autora).

Pouco tempo depois, com o desenrolar da Primeira Guerra Mundial, em 1914, as potências ocidentais afrouxaram sua atenção à China. Em 1917, o avanço do marxismo e a Revolução russa significaram uma nova fonte de agitação que impactou o seio operário e o campesinato chinês. Assim, em 1921 foi fundado o Partido Comunista Chinês (CPC, Zhōng Guó Gòng Chǎn Dǎng, 中国共产党), sua luta revolucionária deu-se conforme vários levantes contra invasões estrangeiras, e guerras civis – ora com o Guó Mín Dǎng (国民党, Partido Nacionalista) como aliado, ora como adversário (POMAR, 2003).

Após muitos embates, tanto políticos quanto militares, o período de governo da República da China deu-se até 01 de outubro de 1949, quando Máo Zé Dōng (毛泽东) proclama a República Popular da China sob o comando do CPC. O Guó Mín Dǎng, mesmo financiado pelos Estados Unidos, foi derrotado e retirou-se para a ilha de Taiwan, seguidos por empresas estrangeiras e a diplomacia do sistema internacional ocidental, que transferiram suas sedes e embaixadas da China continental para Taiwan. Enquanto isso, a China continental foi militarmente bloqueada pelos EUA, que além de impedir o reconhecimento do governo do CPC pela ONU, também contribuiu para desencadear a Guerra da Coreia, a fim de desestabilizar as forças comunistas e restabelecer o Guó Mín Dǎng na China (POMAR, 2003).

Mas, apesar das tentativas estadunidenses de impossibilitar a governança da República Popular da China, da dificuldade intrínseca de se reorganizar política e economicamente toda

⁶ “Individualism and liberalism in Chinese thinking were strictly limited parts of a larger collectivity. The Chinese individual was subordinate to the group. Chinese law were less commanding than the claims of morality. The Western concept of civil society had a meaningful counterpart in Chinese thinking, but it had to be defined. For example, individual self expression and property-holding, the essential features of Victorian liberalism, were to be enjoyed in China only with the blessing of officialdom”

uma nação, somados às condições materiais provenientes da destruição da guerra – destruição de infraestrutura, vidas perdidas e plantações inviabilizadas –, constantes ameaças bélicas de potências estrangeiras, e impedimentos diplomáticos, a China pôde iniciar seu processo de desenvolvimento nacional sob as prerrogativas do Partido Comunista Chinês. Esse processo aconteceu seguindo planos de governo; e essa estratégia – e até mesmo algumas das circunstâncias supracitadas – continua a vigorar.

1.2 PLANEJAMENTO E ESTRATÉGIA

Por conta da natureza do seu processo eleitoral, as democracias ocidentais comumente encontram dificuldades em acertar políticas de longo prazo, uma vez que essas podem ser anuladas na eventual eleição da oposição; e também por oferecerem pouco resultado no curto prazo necessário para agradar aos eleitores. Mas, apesar do constante planejamento do governo chinês – e certa previsibilidade quanto à manutenção do poder do CPC, e por consequência, a manutenção das políticas implementadas – dizer que o planejamento chinês é linear pode ser considerado um equívoco. O longo prazo dos planos chineses não significa a manutenção de um mesmo projeto desde 1949; em vez disso, a construção dos planos acontece baseada em inovações e o estudo de seus resultados, projetos que acompanham as mudanças na infraestrutura – e também na superestrutura – chinesas, e que são submetidos a revisões radicais e também à suspensões ou total abandono de uma proposta.

Desde o início da experiência comunista⁷, a organização governamental chinesa – seja ela quanto à economia, ao bem-estar social, ou ao militarismo – deu-se conforme Planos Quinquenais de metas para o desenvolvimento chinês, inspirados no esquema de planificação soviético. Durante o governo de Mão foram estabelecidos planos como o Grande Salto Adiante (*Great Leap Forward*, *Dà Yuè Jìn*, 大跃进) – responsável por instituir reforma agrária, através da coletivização da agricultura, e atrair indústrias para a China em um cenário de desolação pós-guerra revolucionária – e a Revolução Cultural (*Cultural Revolution*, *Wén Huà Dà Gé Mìng*, 文化大革命) – preocupada com a disseminação dos ideais marxistas, nos quais são pautadas as diretrizes do CPC, além de eliminar políticas, artefatos e pessoas ligadas a classe burguesa e a ideologias capitalistas (FAIRBANK & GOLDMAN, 2006).

Enquanto os primeiros anos do governo do CPC (do final de 1949 ao final de 1957) obtiveram sucesso com a modernização e reconstrução da China, e uma taxa relativamente alta de crescimento econômico; os supracitados Grande Salto Adiante (1958-1960) e a Revolução

⁷ Entendendo “experiência comunista” como o período sob o governo do CPC (de 1949 até os dias atuais)

Cultural (1966) são exemplos de planos amplamente criticados, entendidos como motivos para “uma década de atraso à sociedade chinesa” (FAIRBANK & GOLDMAN, 2006, p. 366) e a perda de inúmeras vidas; devido à violência excessiva e à falta de adaptação do modelo Stalinista da União Soviética para a realidade material e social chinesa. A morte de Mão, e a nomeação de Dèng XiǎoPíng (邓小平) ao cargo de Chefe do Comitê Central do Partido Comunista significou, em 1978, uma mudança radical quanto aos projetos estatais chineses, dando início a uma nova postura quanto ao funcionamento do Socialismo com Características Chinesas e sua presença no sistema internacional (FAIRBANK & GOLDMAN, 2006).

O modelo soviético de planificação da economia mostrou-se insuficiente para acompanhar a intensa e crescente complexidade dos mercados contemporâneos. Ciente disso, o CPC, através de várias revisões e por meio dos planos quinquenais, apresentou sua orientação política econômica de maneira a manter alto grau de planejamento estatal, mas também mantendo uma organização que condiz com o funcionamento dos mercados internacionais atuais. É uma formulação nova, singularmente chinesa, que mantém os projetos do Partido sem ignorar o funcionamento e as regras de mercado externo atual. “Houve também um salto de qualidade na ação do Estado sobre a economia: a formação de um sistema financeiro público voltado para o investimento de longo prazo” (JABBOUR & GABRIELE, 2021, p. 150).

Com essa inspiração, surge assim o que temos chamado desde então de “Nova Economia do Projeto”, conceito que pode ser resumido, em princípio, como um estágio superior de desenvolvimento alcançado pela China, resultado do acúmulo de todo um novo acervo em matéria de planificação econômica e organização e racionalização da produção em grande escala (DANTAS *et. al.* 2021, p. 96)

Iniciado por Dèng XiǎoPíng, e seguido nos mandatos de seus sucessores – Jiāng ZéMín (江泽民), Hú JǐnTāo (胡锦涛), e Xí JìnPíng – a China passou por grandes reformas na sua organização econômica, um processo de certa superação do modelo soviético, de abertura econômica para o restante do sistema internacional, e principalmente, do desenvolvimento de uma economia política inédita e autenticamente chinesa: o Socialismo com Características Chinesas (ZhōngGuó TèSè ShèHuìZhǔYì, 中国特色社会主义). Desde então, a China tem entre as mais altas taxas de crescimento do PIB, e constante sucesso na elevação da qualidade de vida da sua população. Mas esse não foi um processo livre de críticas, tanto dentro quanto fora do CPC (FAIRBANK & GOLDMAN, 2006).

O que se pode dizer com precisão é que a China, ao não seguir a estratégia de "terapia de choque" da privatização instantânea mais tarde impingida à Rússia e à Europa Central pelo FMI, pelo Banco Mundial e pelo "Consenso de Washington" nos anos

1990, conseguiu evitar os desastres econômicos que assolaram esses países. Ao seguir seu próprio caminho peculiar rumo ao "socialismo com características chinesas", ou, como alguns o preferem denominar agora, "privatização com características chinesas", o país conseguiu construir uma forma de economia de mercado manipulada pelo Estado que produziu um espetacular crescimento econômico (que se aproxima de uma média de 10% ao ano) e padrões de vida em ascensão para uma ponderável parcela de sua população durante mais de vinte anos (HARVEY, 2011, p.133)

Na China, houve intensa participação estatal para aprimorar o desenvolvimento nacional, e evitar sua queda sobre um destino comum das nações em situação semelhante – aquelas que um dia foram classificadas como segundo e terceiro mundo – tornar-se apenas uma fábrica maquiladora no horizonte da economia política internacional, estagnada nos níveis mais básicos das Cadeias Globais de Valor. Essa preocupação resultou numa atenção especial para setores estratégicos, a fim de superar sua condição periférica (JABBOUR & GABRIELE, 2021).

Essa nova formação econômico-social é fruto de uma série de mudanças institucionais que foram se demarcando ao longo das últimas quatro décadas na conformação de um modo de produção socialista dominante, embora embrionário, àquela formação. Seu núcleo são os 96 GCEE [Grandes Conglomerados Empresariais Estatais], as dezenas de bancos estatais de desenvolvimento e o próprio poder político exercido pelo Partido Comunista da China (PCCh) que confere os contornos estratégicos a um poder de novo tipo que surge no mundo com a Revolução de 1949 (DANTAS *et. al.* 2021, p. 94)

Essa estratégia pode ser simplificada em três pontos-chave: (i) A manutenção do *status* estatal de setores estratégicos – como por exemplo, os setores de energia, e principalmente aqui o setor financeiro – permitindo que essas estatais funcionem voltadas para o mercado, além de permitir o funcionamento normal de empresas de capital privado. (ii) O financiamento, com empréstimos e subsídios para regiões e empresas (tanto estatais quanto privadas) selecionadas segundo os planos de desenvolvimento do Partido. E (iii) o desenvolvimento e manutenção dos relacionamentos de Guān Xì, do governo chinês para com as empresas privadas e vice-versa (JABBOUR & GABRIELE, 2021).

O conceito de Guān Xì (关系), Relações de Face ou conexões interpessoais, é parte significativa da cultura chinesa, tanto da população em relação aos seus próximos, como em relação ao governo. É um conceito que é ligado às noções de Mandato Celestial e à legitimação daqueles no poder, que precede até mesmo a organização dinástica da China. Guān Xì compreende responsabilidades e dívidas sociais – como o exemplo do Imperador que tinha o compromisso de construir infraestrutura e manter-se distante de corrupções. Esse relacionamento não é distante do que acontece hoje com os grandes empresários chineses (NOGUEIRA, 2021).

O processo de privatizações de empresas estatais chinesas, tidas pelo Partido Comunista como não-essenciais ou não-estratégicas, aconteceu com a entrega de ativos a baixos preços – ou até mesmo sem custos – para ex-gerentes destas empresas e/ou à lideranças locais do Partido, ou seja, a proletários e/ou partidários comunistas. Isso fez com que a elite capitalista chinesa fosse desenvolvida de forma descentralizada – tanto em relação às áreas de negócio quanto geograficamente – e a partir de fortes laços de GuānXi, sentimento de dívida para com o Partido; criando assim, os chamados Bilionários Vermelhos. Essas privatizações causaram grande desigualdade social dentro da China, mas os laços de GuānXi do CPC para com a população não foi abalado, justamente porque junto ao enriquecimento da classe capitalista, a base da pirâmide social chinesa obteve melhorias radicais na sua qualidade de vida, devidas as políticas de Bem-estar Social do CPC (NOGUEIRA, 2021).

Entende-se então, que a acumulação de capital na China, e conseqüentemente, o seu desenvolvimento econômico e social, é submetida à autoridade do Partido-Estado, ou seja, é um regime de acumulação operacionalizada pelo CPC – seja por meio das empresas estatais, ou por meios daquelas de capital privado, que têm um relacionamento relativamente próximo do governo. Entretanto, o Partido Comunista Chinês não é livre de pressões, vindas tanto da população quanto da classe capitalista (NOGUEIRA, 2021).

A abertura comercial da China e a instituição do Socialismo com Características Chinesas, significa uma mesclagem, não só das organizações planejadas e mercadológicas, como também dos conceitos de Capitalismo e Comunismo/Socialismo. Apresenta-se como uma contradição entre as principais compreensões da essência do é – ou do que deve ser – Comunismo/Socialismo, e os modos com os quais a China consegue obter as condições materiais que essas mesmas compreensões exigem para que se realize o Comunismo ou o Socialismo. A incompatibilidade intrínseca de um arranjo Comunista/Socialista em um sistema internacional construído em volta do Capitalismo e do Liberalismo gera críticas; seja por meio de uma demonização dos conceitos marxistas ou por meio de uma visão ortodoxa destes mesmos conceitos. Em ambos os casos, os arranjos chineses são vistos como inadequados e condenáveis, fadados ao fracasso. Mas essas discussões não são forças limitadoras da política chinesa.

Devido à sua diferença em relação aos sistemas políticos ocidentais, o caminho socialista da China atraiu mal-entendidos e ceticismo nas últimas décadas. Vários dos chamados Observadores da China há muito tempo predizem um futuro pessimista para a China, e a teoria de um "colapso da China" nunca cessou. Mas a verdade é que a taxa de desenvolvimento da China ultrapassou muitas das principais economias do mundo. O CPC como partido-líder do país está se fortalecendo. O círculo de amigos do país na comunidade internacional está se expandindo. Na China, a legitimidade

política baseia-se na competência e na experiência. A prática provou que o socialismo com características chinesas é a melhor maneira de garantir os interesses fundamentais da esmagadora maioria do povo chinês. Mas isso não significa que o CPC descansará sobre os louros. O país ainda enfrenta muitos desafios assustadores, que vão da corrupção, à pobreza, e poluição⁸ (MA, 2017, tradução da autora).

Mas, além do planejamento interno – e sua consequente exportação, por meio de projetos econômico-sociais que ultrapassam as fronteiras chinesas – um dos principais conceitos para se entender a China é a noção de Grande Estratégia, que é “a contribuinte-chave que alinha o poder nacional de um país com seu status mundial”⁹ (MEN, 2020 p. 49), o que inclui planos de desenvolvimento doméstico, interesse público e questões de segurança nacional, ou seja, o uso dos aparatos disponíveis ao Estado – como os recursos militares, políticos, econômico, culturais e ideológicos – para garantir os seus interesses e objetivos nacionais num sistema internacional globalizado e interdependente (MEN, 2020).

[A Grande Estratégia] destaca a conexão dos interesses estratégicos de um país com o ambiente internacional e a importância da expansão dos interesses nacionais (especialmente os interesses internacionais) no contexto de ascensão da China. Enfatiza também a disposição de agir, exigindo que os países tomem a iniciativa estratégica com base em seu poder, de modo a expandir o poder nacional, de modo a expandir os interesses estratégicos nacionais¹⁰ (MEN, 2020, p. 56. tradução da autora).

1.3 SONHO CHINÊS DE GLOBALIZAÇÃO

Os principais aspectos da conjuntura econômica e política internacional das últimas décadas aconteceram como resultado do processo de globalização; processo responsável pela otimização da produção, do comércio e dos investimentos globais. A Globalização expandiu não só as relações de troca internacionais como também expandiu o vão que separa os Estados ricos daqueles em desenvolvimento (LIU, 2019). A Crise Financeira de 2008 e a intensificação do sentimento de insatisfação com o ordenamento globalizante liberal resultaram então no

⁸ “Due to its difference from western political systems, China's socialist road has drawn misunderstanding and skepticism over the past decades. A number of so-called China-watchers have long predicted a pessimistic future for China, and the theory of a "China collapse" has never ceased. But the truth is that China's development rate has surpassed many major economies in the world. The CPC as the leading party of the country is getting stronger. The country's circle of friends in the international community is expanding. In China, political legitimacy is built on competence and experience. Practice has proven that socialism with Chinese characteristics is the best way to ensure the fundamental interests of the overwhelming majority of the Chinese people. But this does not mean the CPC will rest on its laurels. The country still faces many daunting challenges, ranging from corruption to poverty and pollution”.

⁹ grand strategy is the key contributor that aligns a country's national power with its world status.

¹⁰ it underlines the connection of a country's strategic interests with the international environment and the importance of the expansion of national interests (especially the international interests) in the context of China's rise. It also emphasizes the willingness to take actions, requiring countries to take the strategic initiative based on their national power, so as to expand national strategic interests.

surgimento de mais lideranças populistas e medidas protecionistas ao redor do globo. E é neste contexto internacional que a China se apresenta como uma nova opção de globalização (LIU, 2019).

A China se beneficiou da globalização mesmo estando num espaço desprivilegiado nas Cadeias Globais de Valor. Inicialmente a participação chinesa no sistema econômico internacional deu-se de forma orientada à exportação de bens de baixo valor agregado, feitos a partir da mão-de-obra barata dos trabalhadores chineses, e preocupada em atrair investimento direto estrangeiro. Essa estratégia foi seguida por investimentos em indústrias pesadas, de larga escala e capital-intensivas. E em meio a este processo, a Crise de 2008 sinalizou a necessidade de se superar um modelo baseado em exportações; para isso, a China alterou mais uma vez sua postura na economia internacional (LIU, 2019).

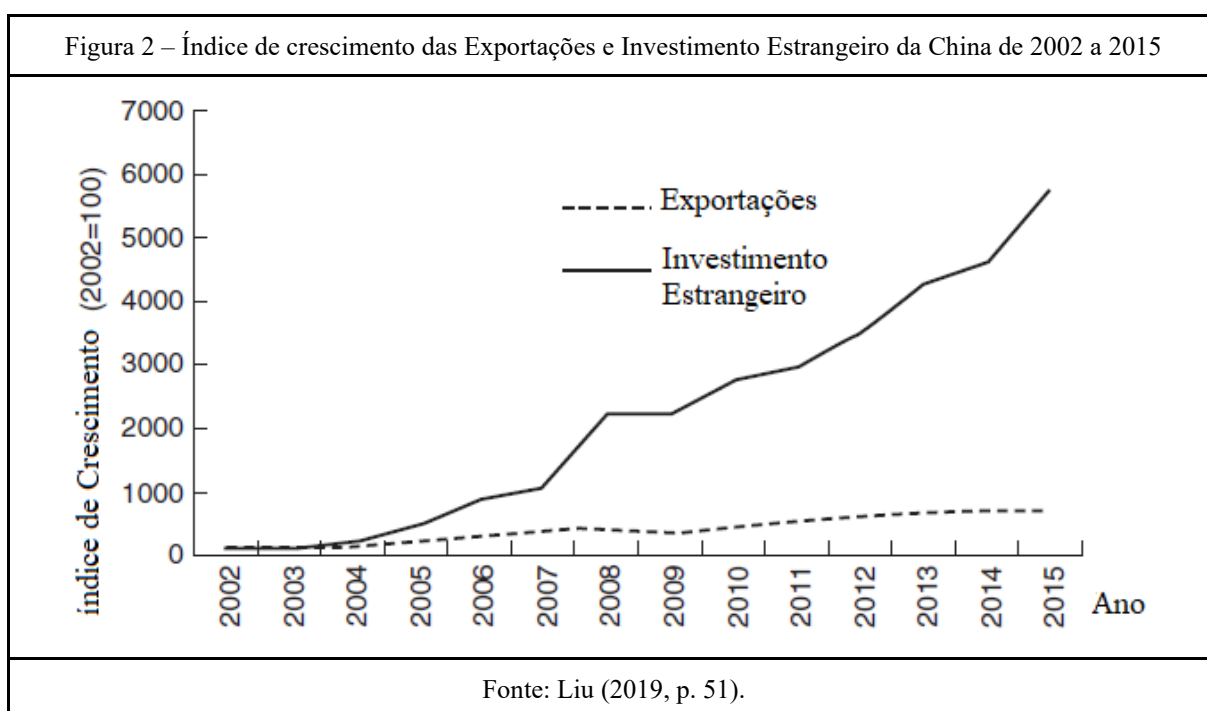
A política externa chinesa sob Dèng XiaoPing – e depois dele também – seguiu o mantra “*Tao Guang Yang Hui*”, ou “esconda suas capacidades e espere o seu tempo”, que pregava uma abordagem *passivista* quanto aos assuntos internacionais, e com foco voltado às atividades domésticas e no desenvolvimento nacional. Essa estratégia seguia a ideia de que para evitar ataques a China deveria permanecer distante do radar estrangeiro, longe de qualquer insinuação de que a China representasse ameaças contra a ordem internacional ocidental, escondida e sem chamar atenção, assim, podendo manter seus planos de crescimento e prosperidade sem ser vitimada por mais obstáculos postos por outras potências estrangeiras que se sintam intimidadas pelo potencial chinês (CHANG-LIAO, 2016).

Alguns meses depois da nomeação de Xí Jinping ao cargo de presidente da República Popular da China, em outubro de 2013, “*Tao Guang Yang Hui*” deixou de ser uma prioridade na diplomacia chinesa, e foi substituído por uma nova abordagem: “*Fen Fa You Wei*”, ou “empenhar-se por conquistas”. Agora era entendido que era impossível esconder a China dos radares estrangeiros, que seu tamanho econômico era grande demais para a capa de invisibilidade de Dèng. Assim, a participação política da China no sistema internacional deveria ser tão grande quanto sua força econômica (CHANG-LIAO, 2016).

A crise de 2008 desacelerou as trocas internacionais, e sob o lema de “*Fen Fa You Wei*” a China sinalizou uma mudança de postura, interessada em garantir a superação dessa desaceleração. As melhores condições de vida dos cidadãos chineses fizeram com que a mão-de-obra barata deixasse de ser uma “vantagem” chinesa (e hoje observa-se a migração desse tipo de indústrias para outros países asiáticos). Isso significou também aumento da capacidade doméstica de absorção da produção chinesa, mas só o mercado doméstico – apesar de extenso – não se mostrou como demanda suficiente. Assim a estratégia passou a ser aquecer mercados

externos já existentes e criar mercados que antes não existiam. Para isso, a China assumiu o papel de Estado investidor (além do papel que já empenhava na atração de investimento externo); papel esse que se intensificou com o passar dos anos, apresentando taxas de crescimento comparáveis com as de países centrais nos anos de 1980 e 1990 responsáveis pelo que Dicken (1986) chamou de Global Shift (LIU, 2019).

Apesar de algumas flutuações, o IDE da China (OFDI), de apenas alguns bilhões de dólares por ano antes de 2005, subiu para US\$55,9 bilhões em 2008 e ultrapassou US\$100 bilhões em 2013. Em 2015, a China, com seu OFDI atingindo US\$145,6 bilhões, notavelmente acima de seu investimento estrangeiro (US\$135,6 bilhões), ocupa apenas o segundo lugar no mundo, atrás dos Estados Unidos¹¹ (LIU, 2019, p.51, tradução da autora).



Programas de promoção do desenvolvimento chinês, como o *Made in China 2025* e *Internet Plus*, aparecem como programas instrumentalizadores do Sonho Chinês, mas a BRI (*Belt and Road Initiative*) – apelidada de A Nova Rota da Seda – representa também uma “ofensiva charmosa¹²” global; um esquema de globalização dos interesses chineses, que atravessa cada vez mais Estados e empresas; e por consequência de todo esse processo e todas essas vozes, representa um esquema de compartilhamento dos interesses de todos esses participantes. “É um vínculo estratégico de construção dos sonhos das pessoas dos países ao

¹¹ Despite some fluctuations, China’s outward FDI (OFDI), from only several billion US dollars per year before 2005, rose to 55.9 billion US dollars in 2008 and exceeded 100 billion US dollars in 2013. In 2015, China, with its OFDI reaching 145.6 billion US dollars, notably in excess of its foreign investment (135.6 billion US dollars), ranked only second to the United States in the world.

¹² Ver mais em: WALT (2023).

longo das rotas, e um vínculo de convergência dos sonhos dos países envolvidos na Iniciativa e daqueles temporariamente não envolvidos¹³” (SHANG, 2019. 12 p. tradução da autora). Mais que isso, essas são formas de posicionar a China, não como uma mera exportadora de produtos manufaturados de baixa qualidade, mas como parte importante do processo produtivo dos países desenvolvidos, como produtora, como vendedora, mas sobretudo, como criadora e arquiteta de novas tecnologias, gerando inovação. Assim, alterando o tipo de capital movimentado pela China.

Os investimentos no exterior das empresas estatais e de capital privado chinesas são categorizados entre Encorajados (aqueles que podem receber eventuais incentivos e subsídios do Estado), Restritos (são aqueles que necessitam de autorização por parte do governo para serem realizados) e Proibidos, isso de acordo com os interesses centrais do CPC (CEPAL, 2021).

Quadro 1 - Categorização dos Investimentos Chineses	
Encorajados	<ul style="list-style-type: none"> ● Investimentos ligados à BRI e à infraestrutura; ● Tecnologia de ponta, capacidade de manufatura avançada, P&D; ● E&P de petróleo e gás natural, mineração e extração de recursos naturais (para estes é necessária uma avaliação de interesse econômico); ● Agricultura, silvicultura, pecuária e piscicultura; ● Setores culturais, logísticos e outros serviços; ● e estabelecimento de agências e redes de atendimento no exterior por instituições financeiras qualificadas.
Restritos	<ul style="list-style-type: none"> ● Investimentos em países e regiões sensíveis; ● Setores imobiliário, hoteleiro, cinema, entretenimento e esportes; ● Criação de fundos ou plataforma de investimento em ações offshore que não tenham finalidade comercial concreta ou específica; ● Investimentos relacionados ao uso de equipamentos em desacordo com as normas técnicas dos países anfitriões; ● Investimentos que infringem os padrões ambientais e de segurança;
Proibidos	<ul style="list-style-type: none"> ● Investimentos que envolvem exportação de tecnologia de guerra ou produtos militares ● Jogos de azar e indústria do sexo ● Investimentos que podem prejudicar a segurança nacional
Fonte: J. P. MORGAN, 2018, p. 19 (tradução da autora).	

Como evidenciado pelo Quadro 1, são encorajados investimentos relacionados à BRI e à construção de infraestrutura, a oferta internacional de produtos primários e recursos

¹³ “It is a strategic tie of building the dreams of the people from the countries along the routes, and also a bond of converging the dreams of countries involved in the Initiative and those temporarily uninvolved”.

energéticos, o fortalecimento dos relacionamentos culturais, logísticos e financeiros da China com o restante do sistema internacional, e o desenvolvimento de tecnologia de ponta. É perceptível que todos esses investimentos estão associados à estratégia do CPC de reposicionamento da China nas cadeias globais de valor e nas hierarquias políticas do sistema internacional, seja através do incentivo ao abastecimento das indústrias chinesas, da criação de demanda para elas, ou o desenvolvimento de inovação técnica e tecnológica.

As altas taxas de crescimento da economia chinesa indicam sucesso com as reformas econômicas e o regime de abertura comercial, iniciado por Deng, e a crescente participação nos processos de tomada de decisão internacional, iniciada por Xí. É difícil negar que a China seja a nação que mais se beneficia do atual processo de globalização. “Abraçar o globalismo trouxe à China riqueza e poder sem precedentes, que também serviram de base para o novo Sonho Chinês¹⁴” (WANG, 2013, p. 10, tradução da autora). Mas esse processo não acontece segundo as marés do mercado. É evidente que o planejamento inédito do Socialismo com Características Chinesas seja o principal responsável pela força chinesa na política e na economia globalizada, esse que, arredio ao interesse de outras potências – devido ao trauma civilizacional do Século de Humilhação – busca assumir a dianteira da globalização naquelas questões que afetam a China e seu povo no século XXI.

Na tentativa unilateral de “trazer mais benefícios” (hùi jì) para áreas periféricas, Beijing demonstra que reconhece a superioridade econômica chinesa e a necessidade de comprometer-se com ajudar economicamente seus vizinhos. A proposta de Xí, da Iniciativa da Nova Rota da Seda, a criação do Fundo da Roda da Seda de US\$ 40 Bilhões, e do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB) de US\$ 50 Bilhões, indicam o preço que Beijing está disposta a pagar para liderar a integração regional com a economia chinesa¹⁵ (CHANG-LIAO, 2016. p. 86, tradução da autora).

Entretanto, essa mudança de abordagem não foi uma tarefa simples, o processo de desenvolvimento da política externa chinesa era descentralizado – resultado de governos anteriores mais preocupados com a institucionalização das normas, como os de Jiang Zemin e Hu Jintao – o que significou dificuldades em realizar ações coordenadas amplas, para atender os interesses nacionais em escalas maiores. A fim de resolver a fragmentação de interesses e transformá-la numa abordagem una, Xí estabeleceu o Comitê Nacional de Segurança (CNS),

¹⁴ Embracing globalism has brought China unprecedented wealth and power which has also been served as a foundation for the new Chinese Dream

¹⁵ In the unilateral attempt to “bring more benefits” (hùi jì) to peripheral areas, Beijing is demonstrating a recognition of China’s economic superiority and the need to commit to economic support of its neighbors. Xí Jinping’s proposition of the New Silk Road initiative, along with the creation of the \$40 billion Silk Road Fund and the \$50 billion Asia Infrastructure Investment Bank (AIIB), indicates the price Beijing is willing to pay for leading the region’s integration with the Chinese economy.

para planejar e sincronizar políticas externas aos esquemas de segurança interna e internacional (CHANG-LIAO, 2016) – sendo importante apontar que a segurança é uma noção que tem se expandido para incluir outras esferas políticas: como economia, sociedade e meio-ambiente, através do Novo Conceito de Segurança ¹⁶ (Xīnān quán guān diàn, 新安泉 厂 甸 关). Com isso, Xi demonstrou interesse em promover – além de novos valores e normas diplomáticas para a China – uma agenda política bem articulada e com objetivos claros (CHANG-LIAO, 2016).

Mas, apesar de objetivos claros, as lideranças chinesas não indicam com clareza em quais Estados as políticas de “ofensiva charmosa” serão aplicadas. Além disso, essa postura chinesa não garante apenas recompensas para certos Estados (que compartilham de interesses semelhantes a China, ou que auxiliam o desenrolar de objetivos benéficos à China) há também punições econômicas para aqueles Estados hostis aos objetivos chineses, seja com a aplicação de sanções unilaterais, ou na participação (quando convém) de sanções multilaterais – que muitas vezes são iniciadas pelos EUA. Essa, entretanto, não é uma estratégia nova, sendo usada especialmente como resposta ao desrespeito a sua integridade territorial – como o caso de dos assuntos referentes a Taiwan em relação à política de “uma só China”. A abordagem de sanções econômicas pode significar certa relutância por parte dos líderes chineses em assumir uma postura mais violenta e mais coercitiva, como a intimidação militar ou a interferência em assuntos domésticos (CHANG-LIAO, 2016).

A nova postura chinesa no sistema internacional apareceu primeiro nas relações com seus vizinhos, para depois apresentar-se como uma estratégia a ser aplicada ao restante do globo. O objetivo é construir infraestrutura que garanta conectividade entre a China e seus vizinhos, para trazer benefícios para estes Estados e potencializar parceiros à China. É uma estratégia que apresenta noções como “desenvolvimento comum” e “*Shuang Ying*” (“*win-win*”), além de enquadrar a China de acordo com sua natureza benevolente (CHANG-LIAO, 2016). Ou seja, a construção de uma linha de infraestrutura onde a locomotiva do desenvolvimento chinês pode alcançar áreas mais distantes, e impulsionar vagões que antes eram estáticos; e não menos importante, transportar cada vez mais.

O Sonho Chinês é a principal marca do mandato de Xi, aparecendo não só como tema predominante em seus discursos – e notavelmente, seu discurso na exibição da “Rota para o Rejuvenescimento” do Museu Nacional da China – como também representa o pensamento estratégico central do CPC quando o assunto é o desenvolvimento do Socialismo com

¹⁶ Ver mais em PEOPLE’S (2002).

Características Chinesas (WANG, 2013). Em outras palavras, o Sonho Chinês apresenta-se não só como um enunciado em volta de políticas de desenvolvimento econômico, mas também como modo de consonância ideológica e mobilização nacional.

Apesar do Sonho Chinês não ser um conceito inédito – presente nos discursos de outros líderes chineses – esse também não é um conceito com definição exata, mas é notável sua conexão com o período do Século de Humilhação, e as noções de “rejuvenescimento” da nação chinesa. Xi descreve que “realizar o grande rejuvenescimento da nação chinesa é o maior sonho da nação chinesa na história moderna¹⁷” (XI, 2012, apud WANG, 2013, p. 1, tradução da autora). Entende-se que o "rejuvenescimento" é referente à superação do trauma civilizacional e o retorno a um estado de orgulho quanto à história chinesa, suas conquistas, e seus legados. Assim, é possível entender o Sonho Chinês como um processo de identificação com um trauma civilizacional – o Século de Humilhação – seguido do curso de glória civilizacional proveniente do Socialismo com Características Chinesas, devido aos crescentes avanços na qualidade de vida de sua população e à cada vez mais relevante presença chinesa no sistema internacional (WANG, 2013).

1.4 A FACE PARA O EXTERIOR

Além das políticas implementadas pelo Partido Comunista Chinês, as relações internacionais da China também acontecem na mídia e na academia. É interessante apontar que a participação política da China no sistema internacional não depende apenas das decisões feitas dentro do Partido ou anunciadas em discursos de Xi; ela depende também da sua percepção dentro do sistema internacional. A interpretação do que é exposto pela China – seja por mensagens orais de seus oficiais, ou números crus quanto aos seus investimentos diversos, e suas taxas de crescimento – faz parte também das equações políticas, econômicas e militares, da China e do resto do globo. É importante não só a interpretação daqueles encarregados da elaboração das políticas (contra, com, ou em relação com a China), como também a interpretação daqueles responsáveis pela construção de opinião pública e pela distribuição de informação aos indivíduos.

A cobertura da mídia é parte determinante da construção da atitude pública, logo, é parte do que integra a tomada de decisões políticas e o andamento da diplomacia (OKUDA, 2016). Se o mundo enxerga a China como uma potência ameaçadora, entendendo que o seu crescimento é amedrontador, e que seu desenvolvimento intimida todas aquelas instituições

¹⁷ “to realize the great rejuvenation of the Chinese nation is the greatest dream for the Chinese nation in modern history”

estabelecidas no mundo cosmopolita; ou se o mundo aceita o Desenvolvimento Pacífico e confia que a China cumprirá seu compromisso com a Não-Intervenção, são variáveis significativas tanto para a abordagem chinesa para com o restante do sistema internacional, quanto do restante do sistema internacional para com a China.

Em 2014 – ano de centenário do início da Primeira Guerra Mundial – no Fórum Econômico Mundial em Davos, o primeiro-ministro japonês Shinzo Abe, comparou o comportamento chinês contemporâneo com o da Alemanha no pré-Primeira Guerra, insinuando suposta inclinação belicosa chinesa. A grande cobertura jornalística desse ocorrido fundamentou a tendência de relacionar a China com a metáfora de Thucydides: em que o crescimento de Atenas motivou medo e insegurança em Esparta, iniciando a Guerra do Peloponeso. Na história moderna, a China nunca esteve com tamanha força militar, ou com tanta presença significativa nos fóruns internacionais, quanto na contemporaneidade, significando um momento de alto grau de segurança nacional. Entretanto, de maneira um tanto quanto paradoxal, esse é um momento de grande sentimento de insegurança doméstica para a China (OKUDA, 2016).

E esse não é um sentimento sem justificativa. Enquanto o esforço chinês em melhorar sua imagem junto à opinião pública no exterior – e assim facilitar sua navegação e ganhar reconhecimento no oceano diplomático – tem certo grau de sucesso, a cobertura midiática dos Estados Unidos, do Reino Unido e do Japão, continuam a reportar uma versão agressiva e danosa da China; de um futuro em que a maior participação chinesa no mundo cosmopolita significaria guerra e instabilidade não só na Ásia, como no mundo todo. A ansiedade profunda de que a ascensão chinesa levaria a um inevitável confronto militar com os EUA acaba por chover nas tentativas chinesas de cultivar uma maré mais favorável para a sua política internacional (OKUDA, 2016).

Mas, como supracitado, a conduta pessimista em relação à China acontece não só na mídia ocidental, como também pela academia. As principais escolas de Relações Internacionais – como, por exemplo, a Teoria Realista – reconhecem a agressividade como uma lógica esperada dos Estados – até mesmo como um comportamento inerente dos Estados Nacionais – o que resulta em compreender o Desenvolvimento Pacífico como propaganda, e a BRI como tentativa ameaçadora de domínio. Mas é importante reconhecer que as teorias de relações internacionais que pregam universalismos caem muitas vezes na armadilha de marginalizar aquelas narrativas de Estados não-centrais ou não-ocidentais (QIN, 2018).

O motor desenvolvimentista chinês e sua participação no mercado internacional são nitidamente beneficiados pela estabilidade e pela paz global; assim, não é interessante para a

China assumir uma postura armamentista, belicosa ou ultra nacional (WANG, 2013). Geração de energia, construção de infraestrutura e produção de tecnologia de ponta são todos pontos estratégicos não só para a indústria chinesa e seus projetos de desenvolvimento, mas para todos os Estados, são também pontos que necessitam da paz e estabilidade onde são aplicados e internacionalizados pela China.

Assim, é lógico assumir da China uma postura que – ao contrário do enunciado por Japão, EUA, e Reino Unido – cultive confiança entre seus Estados e empresas parceiras, e mantenha-se distante de desgastes políticos ou entraves militares. Essa postura pode ser observada também na nomenclatura usada pelo governo chinês com o uso da palavra “rejuvenescimento” em vez de “ascensão” ou “avanço”, que conota retorno à equidade ou correção ao que é justo, em vez da busca por novos poderes ou vantagens (WANG, 2013).

2. DESAFIOS CONCEITUAIS

Entende-se que o sistema internacional contemporâneo é uma ordenação construída em torno de democracias liberais. Assim, o liberalismo permeia tais faces da vivência contemporânea que o faz impossível de ser ignorado; está presente não só como dispositivo comercial, mas também como sistema de organização global que dita o funcionamento do cosmopolitismo. Dessa forma, expressasse a importância da ambientação teórica deste trabalho.

A principal argumentação deste trabalho se sustenta na interpretação das teorizações feitas em torno da Globalização Embutida e seus desdobramentos – sendo este um conceito derivado do Liberalismo Embutido. Aqui, então, será tratado do desenvolvimento do Liberalismo Embutido, sua derivação para a Globalização Embutida, e o contexto de sua conceituação inicial, para então propor questões sobre o transbordamento desses conceitos, além das possibilidades e dificuldades de sua aplicação em contextos conjunturais distintos daqueles em que – e para que – foram desenvolvidos.

2.1 O LIBERALISMO EMBUTIDO

O Liberalismo Embutido é um conceito apresentado pelo cientista político austríaco John Ruggie (1982) no qual ele identifica a distinção de três configurações do ordenamento liberal internacional ao longo da história. São essas: Liberalismo Clássico, Liberalismo Embutido e Neoliberalismo. Segundo ele, o regime internacional liberal (clássico) inglês – pautado na supremacia do mercado e suas dinâmicas, na confiança no *Laissez-faire* e no papel secundário, quase que negligenciável, do Estado – não sobreviveu às turbulências políticas e a destruição material das Guerras Mundiais. Por isso, foi substituído por uma nova versão da ordem liberal; o Liberalismo Embutido – representado pelas políticas econômicas de auxílio por parte dos Estados Unidos nos pós-Segunda Guerra – marcado por uma maior participação do Estado nos mecanismos do mercado; configuração essa que depois foi substituída, em momento de maior prosperidade, pelo Neoliberalismo e seus padrões de desregulações, medidas de austeridade, e corte de despesas governamentais.

As ideias apresentadas aqui como Liberais são aquelas desenvolvidas no Reino Unido, nos Estados Unidos, e na Europa Ocidental, a partir de princípios iluministas quanto à importância do indivíduo, da igualdade, e da liberdade, e que tenta enquadrar Estado e Mercado como personagens distintos e opostos – pelo menos em uma situação ideal. Ao longo das várias faces (e todos os adjetivos adicionados ao seu nome) o Liberalismo preocupou-se com o

funcionamento de um sistema marcado pelo livre mercado e pela atuação mínima por parte do Estado, mesmo que a ênfase em cada um desses pressupostos varie de teórico para teórico.

Desde Adam Smith até os contemporâneos, os pensadores liberais têm compartilhado um conjunto coerente de premissas e crenças sobre a natureza dos seres humanos, a sociedade e as atividades econômicas. O Liberalismo assumiu muitas formas – tivemos o liberalismo clássico, neoclássico, keynesiano, monetarista, austríaco, das expectativas racionais, etc. [...] No entanto, todas as formas do liberalismo econômico estão comprometidas com o mercado e com o mecanismo dos preços como meio mais eficiente de organizar as relações econômicas internas e internacionais (GILPIN, 2002, p.45).

O Liberalismo baseia-se na identificação da natureza humana como inerentemente comercial, onde “transportar, vender e trocar” são naturais às pessoas. Segundo o entendimento liberal, os consumidores individuais (sejam pessoas, firmas ou famílias) são reconhecidos como atores racionais que buscam satisfazer suas necessidades humanas, pelo menor custo possível, pensando sempre na relação custo/benefício; assim, gerando o aumento da eficiência por meio da sofisticação dos processos de produção, venda, troca ou transporte. E tal como a natureza, o mercado para o Liberalismo funciona segundo um conjunto de leis econômicas que tendem ao equilíbrio, assim, não sendo necessário – nem desejável – que o Estado intervenha na economia, pois ações exógenas podem desestabilizar o equilíbrio autorrealizável da economia liberal (GILPIN, 2002).

O Liberalismo Embutido (também chamado de Liberalismo Enraizado, ou *Embedded Liberalism*) recebe esse nome por apresentar cláusulas sociais embutidas na organização liberal. Seria então um arranjo onde o Estado teria responsabilidades sociais e de manutenção do bom funcionamento do mercado sem lesar o bem-estar social, através de intervenções domésticas. Seria, então, um “novo protecionismo”, responsável pela reconstrução das instituições, da infraestrutura no pós-guerra e da estabilidade econômica no Ocidente. “Ao contrário do nacionalismo econômico dos anos trinta, essa seria de caráter multilateral; ao contrário do liberalismo do padrão ouro e do livre comércio, seu multilateralismo seria baseado no intervencionismo doméstico¹⁸” (RUGGIE, 1982, p. 393, tradução da autora).

Ruggie (1982) entende também que os acordos de Bretton Woods deram aos Estados maior poder de intervenção do que era permitido pela organização do padrão ouro, o que os direcionava às noções Embutidas (de *Embeddedness*) presentes em Polanyi. O economista húngaro Karl Polanyi (1957) apresenta a história da economia segundo oscilações cíclicas das tendências na economia política, que são comumente chamadas de movimentos pendulares.

¹⁸ “Unlike the economic nationalism of the thirties, it would be multilateral in character; unlike the liberalism of the gold standard and free trade, its multilateralism would be predicated upon domestic interventionism”.

Aqui é usada a ilustração de um pêndulo de corda, onde mudanças nas forças econômicas alteram a posição do pêndulo – e conseqüentemente, da realidade da economia-política. Nessa ilustração o pêndulo movimenta-se entre momentos de “mercados socialmente desenraizados”, e “mercados socialmente re-enraizados”; ou seja, momentos em que a economia se apresenta numa versão mais (neo)liberalizada, pautada na confiança de um mercado autorregulado, e momentos em que se observa políticas protecionistas, keynesianas, ou de proteção social, marcados pela movimentação em prol de justiça social e da sustentabilidade (DALE, 2013).

No fundo, conclui Polanyi (1936-1940), a Primeira Guerra Mundial “foi o resultado das tentativas de aliviar a tensão econômica” causada pela pressão dos mercados livres globais sobre os sistemas nacionais cada vez mais inflexíveis. A guerra não conseguiu aliviar a tensão, servindo, ao contrário, apenas para reforçar as tendências à intervenção estatal e à autarquia, derrubando a economia de mercado, a civilização liberal e tudo mais (DALE, 2013, p.30.)

Uma teorização semelhante à dos pêndulos de Polanyi, e interessante ao assunto do Liberalismo Embutido de Ruggie, é a Revolução Passiva de Antonio Gramsci (1975). Que, apesar do nome aparentemente incoerente e até mesmo contraditório, serve como mais uma visão do fenômeno aqui tratado. As palavras “Revolução” e “Passiva”, uma seguida da outra, causam estranheza; para uma revolução é inerentemente necessária a ação, e onde há passividade não há forma de se cunhar uma revolução. E essa é exatamente a ideia que Gramsci procura comunicar.

A Revolução Passiva de Gramsci diz respeito – não a um movimento popular organizado – mas a um reformismo burguês que concede aos trabalhadores parte do que é exigido pelas massas, podendo conter e até mesmo pacificar os anseios populares; evitando uma revolução de fato, e mais importante ainda, evitando a ruptura das relações de exploração. A Revolução Passiva apresenta-se na forma de políticas de Bem-estar Social, leis trabalhistas, e certas melhorias na qualidade de vida da classe trabalhadora. É uma Revolução no que se entende por inovações na dinâmica social; mas é conservadora, pois não dá protagonismo à classe trabalhadora, nem altera o sistema de exploração. E é Passiva porque serve como uma válvula de escape para controlar e pacificar os ideais revolucionários populares (DEL ROIO, 2009).

O Liberalismo Embutido de Ruggie, além de apoiar-se nas formulações de Polanyi, pode ser entendido como uma manifestação do que Gramsci chamou de Revolução Passiva. Porque todas essas formulações conseguem descrever uma mesma situação de maior ação estatal e maior preocupação com o bem-estar populacional, que acontece em momentos alternados de desvalorização do bem-estar da classe trabalhadora em favor da liberalização –

ou seja, a menor participação estatal e a prosperidade de grandes empresas – para que as contradições da exploração capitalista possam ser contidas, garantindo a continuação desta organização política no globo.

Antes de tudo, toda a história do liberalismo embutido e da subsequente virada para o neoliberalismo indica o papel essencial desempenhado pela luta de classes seja em ameaçar ou restaurar o poder da classe de elite. Embora tenha havido um eficaz escamoteamento, temos vivido toda uma geração de sofisticadas estratégias implementadas pela classe de elite a fim de restaurar, melhorar ou, como na China e na Rússia, construir um poder de classe avassalador (HARVEY, 2011, p.215).

Mas apesar do conceito do Liberalismo Embutido ter surgido através da contribuição de Ruggie, a essência do seu empreendimento é comumente atribuída às políticas conhecidas como keynesianas. A teoria geral keynesiana surge em momento de acirrada polarização entre as proposições liberais clássicas – em que a recuperação econômica viria naturalmente, sendo evitadas intromissões estatais – e as teorias marxistas – preocupada com uma iminente luta de classes devido ao acirramento das contradições capitalistas na crise da década de 1930. Nesse cenário, aceitou-se a coincidência excepcional de que “dentro de uma economia capitalista nada se poderia fazer de útil para neutralizar as depressões” (ALVES, 2020). Logo, era necessária uma reformulação do ordenamento liberal para que as economias capitalistas pudessem resolver suas crises.

O que todas essas várias formas de Estado tinham em comum era a aceitação de que o Estado deveria concentrar-se no pleno emprego, no crescimento econômico e no bem-estar de seus cidadãos, e de que o poder do Estado deveria ser livremente distribuído ao lado dos processos de mercado – ou, se necessário, intervindo ou mesmo substituindo tais processos – para alcançar esses fins. E políticas fiscais e monetárias em geral, caracterizadas como "keynesianas", foram implantadas extensamente para suavizar os ciclos de negócio e assegurar um nível de emprego razoavelmente pleno. Um "compromisso de classe" entre o capital e o trabalho foi advogado geralmente como a principal garantia da paz e da tranquilidade domésticas. Os Estados intervieram ativamente na política industrial e passaram a estabelecer padrões para o salário social, construindo uma variedade de sistemas de bem-estar (cuidados de saúde, instrução, etc.). Essa forma de organização político-econômica é hoje denominada normalmente "liberalismo embutido" (HARVEY, 2011, p.20)

Apesar da implementação nacional e internacional de mecanismos keynesianos, esse não foi paradigma livre de oposições por parte das camadas conservadoras estadunidenses, marcadas pelo seu “individualismo radical”. Assim, alcançado certo sucesso na resolução de problemas relacionados à distribuição de renda e desemprego, surgiu então demanda para a introdução de políticas econômicas que substituíssem os aparatos *New-Deal-Keynesianos*, que não eram mais entendidos como necessários (ou inevitáveis), de acordo com a visão conservadora popular (PALLEY, 2004).

Um outro motivo para a desestabilização, e conseqüente desuso, do Keynesianismo surge de graves divergências intelectuais internas a respeito dos mecanismos de distribuição de renda e o papel da rigidez de salários nominais na variação das taxas de desemprego. A visão Neo-Keynesiana de flexibilidade de salários foi principalmente adotada por economistas estadunidenses (e de certa forma, foi precursora da agenda Neoliberal de flexibilização do mercado de trabalho). Em contraste, a visão Pós-Keynesiana entende que o desemprego surge como resultado de déficits de demandas causadas por incertezas e falta de confiança do mercado. Essas dissonâncias abriram caminho para a “bastardização¹⁹” (PALLEY, 2004, p.1 tradução da autora) do Keynesianismo e serviram de oportunidade para que o Neoliberalismo apresentasse as correções de mercado do *New Deal* como distorções; fazendo com que a política econômica abandonasse o objetivo do pleno-emprego e mirasse na flexibilização dos salários (PALLEY, 2004).

Podemos, portanto, interpretar a neoliberalização seja como um projeto utópico de realizar um plano teórico de reorganização do capitalismo internacional ou como um projeto político de restabelecimento das condições da acumulação do capital e de restauração do poder das elites econômicas (HARVEY, 2011, p.22)

Dessa forma, entende-se que o Keynesianismo foi paradigma bastante aceito no pós-Segunda Guerra Mundial, sendo essencial para o desenvolvimento dos atuais aparatos de controle fiscal e monetário; momento de pico da expansão das estruturas sindicais e protecionistas no estilo do *New Deal*. Mas em meados da década de 1970, impulsionada pelas incertezas econômicas provenientes dos choques do petróleo da OPEP e a Guerra do Vietnã, sua força foi substituída pelo Neoliberalismo. Assim, o dinamismo intelectual neoliberal e o palavrório do mercado-livre puderam se popularizar na centralidade dos discursos em momento de descontinuidade entre teóricos keynesianos (PALLEY, 2004).

2.1.1 Sobre o Contexto Liberal

Giovanni Arrighi (2016), apresenta a economia política global por meio de um padrão histórico de acumulação de capital, responsável por desenvolver as lógicas, as técnicas e as tecnologias do sistema capitalista. Os chamados Ciclos Sistêmicos de Acumulação de Capital (CSA) indicam períodos em que diferentes Estados (Hegemônicos) instituíram inovações para

¹⁹ Bastardization

revigorar o capitalismo e expandir sua capacidade de acumulação. Veneza²⁰, Países Baixos, Reino Unido, e Estados Unidos da América foram responsáveis por apresentar modos distintos de globalização à economia política internacional, dessa forma moldando as estruturas (tanto infraestruturas quanto superestruturas) do capitalismo global.

O CSA veneziano deu-se como resultado de sua participação nas rotas de comércio vindas da Ásia, responsável por internalizar os custos de transporte dos bens provenientes das Rotas da Seda para o restante da Europa. Os Países Baixos foram hegemônicos quando, em seu CSA, internalizaram totalmente os custos de transporte internacional por meio das Companhias Marítimas de Comércio. O CSA do Reino Unido deu-se por conta da Primeira Revolução Industrial, internalizando os custos de produção (ARRIGHI, 2016).

Os Estados Unidos ascendem no sistema internacional como potência de capacidades hegemônicas já durante a Primeira e a Segunda Guerras Mundiais, estas que fragilizaram as estruturas europeias (não só suas malhas de infraestrutura, como também sua população). Assim, o lócus global de produção e acumulação capitalista, a Europa, tornou-se terra arrasada. E é nesse contexto que o ciclo britânico perde espaço para uma nova potência, os Estados Unidos da América.

Na época da ascensão e plena expansão do regime de acumulação norte-americana, os Estados Unidos já eram mais do que um Estado nacional plenamente desenvolvido. Eram um complexo militar de dimensões continentais, com poder suficiente para fornecer a uma vasta gama de governos subalternos e aliados uma proteção efetiva, e para fazer ameaças verossímeis de estrangulamento econômico ou aniquilação militar a governos inamistosos, em qualquer parte do mundo. Combinando-se com o tamanho, a insularidade e a riqueza natural de seu território, esse poder permitiu à classe capitalista norte-americana “internalizar” não apenas a proteção e os custos de produção, como já fizera a classe capitalista britânica, mas também os custos de transação, ou seja, os mercados de que dependia ou a auto-expansão de seu capital (ARRIGHI, 2016, p. 223).

No contexto de ruína europeia, os Estados Unidos serviram de credor para sua reconstrução, e apresentaram-se como protetores da paz ocidental. Sua participação na Segunda Guerra Mundial rendeu uma posição privilegiada no – recém-criado – Conselho de Segurança na Organização das Nações Unidas. As Guerras Mundiais serviram como momento de ruptura na organização da economia política internacional, circunstância propícia para a instauração de uma nova ordem no sistema internacional. Do legado desses conflitos fez-se a necessidade de repensar e atualizar o ordenamento global, e é nessa ocasião que os Estados Unidos, em sua posição privilegiada como Estado hegemônico, participam ativamente nessa construção, no

²⁰ Apesar de Veneza não ser um Estado Nacional, é preferível referir-se ao primeiro CSA como veneziano em vez de Italiano, porque a unificação italiana (séc. XIX) deu-se muitos séculos depois do decorrer desse ciclo (séc. XVI).

desenvolvimento de um sistema, que funcionasse a seu favor, a partir de seus ideais (ARRIGHI, 2016).

Nos primeiros anos da década de 1940, as instituições conhecidas como Acordos de Bretton Woods foram elaboradas com o intuito de instaurar uma nova organização para o sistema monetário internacional. Esses acordos chamam atenção para dois nomes notáveis na Economia: Harry Dexter White, nos EUA; e de John Maynard Keynes, na Grã-Bretanha. Bretton Woods acontece principalmente por imposição dos Estados Unidos, e seus resultados refletem sobretudo os interesses estadunidenses. A fragilidade europeia e a oferta de créditos estadunidenses fizeram com que a paridade ouro-dólar de White pudesse concretizar-se, acordando num sistema de moedas com valor fixo atrelado ao dólar, tornando-o central à economia global (COZENDEY, 2013).

Curiosamente, a delegação soviética foi uma das nações que aceitaram os acordos em 1944, mas no ano seguinte, por decisão de Josef Stalin, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) rescindiu sua participação. Essa resolução contribuiu para o estabelecimento da configuração da Guerra Fria e a oposição dos sistemas Capitalista e Comunista no sistema internacional. Antes disso, a inerente incompatibilidade dos princípios fundamentais desses dois sistemas econômicos não era condição que justificasse uma separação do mundo em duas ordens separadas; sendo a URSS até mesmo objeto de exaltação por economistas ocidentais (COZENDEY, 2013).

Uma ideia que se popularizou nesse período foi o reconhecimento do individualismo – cultivado pelas democracias liberais ocidentais – como motor para o desenrolar das Guerras Mundiais e a explosão tanto dos fenômenos nazifascistas, quanto das revoluções comunistas. Assim, como alternativa a esses processos, foi proposto um modelo capaz de manter as liberdades individuais e promover um ambiente de maior coesão social: o Estado de Bem-Estar Social (COZENDEY, 2013).

A ascensão da social-democracia europeia, consubstanciada na vitória trabalhista na Inglaterra no imediato pós-guerra, trouxe consigo nacionalizações de setores estratégicos e forte intervenção do Estado na economia, vistas como formas mais eficientes de gestão, no contexto de políticas de distribuição de renda que contrarrestassem o prestígio comunista e os fantasmas do fascismo. Havia então, até certo ponto e num cenário onde ainda não irrompera a concorrência bipolar da Guerra Fria, uma convergência relativa entre as visões sobre a melhor forma de gerir a economia que fazia parecer natural a participação da União Soviética nas instituições encarregadas da reorganização da economia internacional (COZENDEY, 2013, p.22).

O *New Deal*, do presidente democrata Franklin D. Roosevelt (1933-1945) é exemplo de política condizente com essa lógica, onde o governo estadunidense preocupou-se com a criação de demanda e funcionou como garantidor do pleno-emprego, no pós-crise de 1929. Essa

organização não está necessariamente interessada em proteger o exercício do livre comércio, mas com as relações internacionais – políticas e comerciais – que preservem a coesão social e o equilíbrio econômico doméstico (COZENDEY, 2013). Seguindo a prosperidade do modelo dos EUA, o período no qual vigorou o sistema acordado em Bretton Woods foi apelidado de “Os 30 Gloriosos”, foi momento de crescimento extraordinário para aqueles Estados incluídos nessa sistematização – Estados Unidos, a Europa Ocidental e o Japão – 30 anos (da década de 1940 até o final dos anos 1960) de desenvolvimento econômico e social, de industrialização e em busca da coesão social, como o pleno-emprego. (GILPIN, 2002).

Nesse contexto, as políticas dos Estados Unidos da América, tanto internas, quanto aquelas voltadas ao âmbito internacional, refletiam um mesmo interesse: garantir sua prosperidade e manter-se poderoso no sistema internacional, o que incluía conter o avanço da União Soviética – sujeito internacional de grande potencialidade, o que era preocupante para o domínio estadunidense. Isso se traduziu em abordagens diversas; seja através do multilateralismo, como os acordos de Bretton Woods, ou por medidas unilaterais, como o Plano Marshall (SIMON, 2010).

O Plano Marshall foi anunciado em 1947, pelo secretário de Estado dos EUA, George Marshall, e tinha como finalidade estabilizar os países da Europa Ocidental afetados pelas Guerras Mundiais. Curiosamente, um plano semelhante – o Plano de Reconstrução Europeia – foi sugerido ainda em 1944, por Keynes, mas foi rejeitado. O Plano Marshall funcionou de forma a conceder empréstimos a juros baixos para que Estados europeus comprassem produtos estadunidenses. Isso, além de abrir as economias europeias ao capital e a investimentos vindos dos EUA, serviu de demanda para as grandes empresas exportadoras estadunidenses, que contribuíram para o crescimento econômico dos EUA (SIMON, 2010).

O Plano Marshall funcionou também como mecanismo de consolidação do capitalismo na Europa Ocidental frente ao avanço do comunismo soviético, e o fez como exemplo de uma suposta boa vontade estadunidense frente às crises globais; conseguindo, com isso, uma boa imagem no sistema internacional. O Plano Marshall foi instrumento que permitiu maior espaço de manobra para os Estados Unidos dentro de um sistema internacional pautado por Bretton Woods (SIMON, 2010).

Mas ao final da década de 1960 a demanda que impulsionou o sistema de Bretton Woods foi diminuindo, assim como as taxas de crescimento e de produtividade. A função de liderança internacional empenhada pelos Estados Unidos da América enfraqueceu-se. Os EUA que antes eram exemplo de políticas econômicas estáveis foram substituídos por uma crescente adesão a medidas inflacionárias (COZENDEY, 2013).

Nesse contexto, de maior insatisfação interna e internacional para com suas decisões, o governo estadunidense assumiu mais políticas inflacionárias na sua economia, como a tentativa de esconder os custos da Guerra do Vietnã ao não o repassar em aumento de taxas para sua população. Assim, para resolver o corolário desses comportamentos, os Estados Unidos precisariam diminuir o valor de sua moeda; e isso foi alcançado com o desmonte de um pilar central ao sistema financeiro internacional como um todo: a paridade ouro-dólar (GILPIN, 2002).

O fim derradeiro do Sistema de Bretton Woods aconteceu nos primeiros anos da década de 1970, durante o governo do presidente Nixon (janeiro de 1969 a agosto de 1974), com o abandono do compromisso dos Estados Unidos em manter a paridade dólar-ouro. Com isso, já em 1980 os pilares que sustentavam o Sistema Bretton Woods tinham mudado, estavam mudando ou havia pressão para mudar. Bretton Woods foi substituído pelo Dólar-Wall Street, um sistema de taxas flexíveis e com fluxo de capitais cada vez mais rápidos e maiores. Os bancos centrais nacionais, responsáveis por manter as reservas das paridades fixas em Bretton Woods, tiveram seu protagonismo substituído por bancos privados – excepcionalmente, aqueles no Norte Global, e principalmente nos Estados Unidos da América. E a mentalidade que prezava pela coordenação internacional em prol da estabilidade econômica e financeira global foi substituída pela razão de "deixar sua casa em ordem", onde as crises econômicas encontram "culpados" individuais (COZENDEY, 2013).

O ressurgimento liberal na década de 1970, representado pela instauração do sistema Dólar-Wall Street, aparece com o nome de Neoliberalismo, depois de um interregno, com uma nova roupagem, trazendo consigo uma postura similar, mas renovada, em relação ao seu antecessor, o Liberalismo Clássico do Século XIX. Sendo notável o seu comportamento desfavorável em relação às medidas de coesão e bem-estar social. O Neoliberalismo contemporâneo é proveniente da Escola de Economia de Chicago, e foca na eficiência da competição de mercados, no papel dos indivíduos em determinar resultados econômicos, e na visão de que intervenções estatais na economia e regulações de mercado são, na verdade, distorções danosas e artificiais em relação ao estado "natural" do mercado (PALLEY, 2004).

Uma vez que a estratégia tinha "detido as elites", o neoliberalismo passou a funcionar como um "movimento social de cima", orientado a pôr em prática um regime de regras, políticas e práticas sociais que reivindicam fidelidade à doutrina. Tendo-se tornado hegemônico, o neoliberalismo veio, finalmente, caracterizar uma etapa no desenvolvimento do capitalismo, uma fase marcada, por parte das elites dominantes, por uma profunda antipatia por coletividades sociais e redistribuição, por compromissos com a privatização e sistemas de governança inspirados no mercado, e por uma estrutura que privilegiava capitais voltados à exportação e a financeirização (Peck et al., 2010; Mudge, 2008; Mirowski, 2009, apud. Dale 2013, p.37).

Em momento de declínio dos índices de lucro e de crescimento, a insatisfação com o sistema de taxas fixas fez com que os Estados Unidos abandonassem o complexo de regras internacionais que criaram – na sua jornada de reconstruir a economia-política no pós-guerras – e assumissem a inauguração de um novo sistema, capaz de mantê-lo na vanguarda do sistema internacional, mantendo seu poder e a posição privilegiada de sua moeda e de suas decisões.

O tipo de poder que antes vinha do fato de que os Estados Unidos eram um elo forte da economia política internacional, pautado no seu poder como Estado e nos seus compromissos internacionais, perdeu espaço para uma nova forma de se mostrar poderoso sem precisar manter compromissos enquanto liderança global, ou como exemplo de boa governança: o poder livre, selvagem, e natural dos mercados e das finanças. Agora então, os Estados Unidos poderiam deixar o papel de “líder” para ser só “o primeiro” e o “maior”. E gradualmente, com a abertura das economias, e maior pressão para escolher entre políticas internas ou as obrigações internacionais, as políticas de Bem-estar Social foram deixadas de lado em prol de uma realidade mais liberal, ainda que essa tendência não tenha afetado o globo de forma homogênea.

O vigor em ascensão das reformas neoliberais no comércio internacional na década de 1980 abriu o mundo inteiro às forças transformadoras das finanças e do mercado. Assim agindo, abriu um espaço para a entrada e a incorporação tumultuosas da China ao mercado mundial de maneiras que não teriam sido possíveis no contexto do sistema de Bretton Woods. A espetacular emergência da China como potência econômica global a partir de 1980 foi em parte uma consequência não pretendida da virada neoliberal no mundo capitalista avançado (HARVEY, 2011, p.132).

Hoje, os Estados Unidos da América continuam sendo o terceiro maior país do mundo, é a maior economia mundial, com PIB de US\$21 trilhões (e um PIB PPC de quase US\$20 trilhões), que cresce a uma taxa anual de 2,16%. Mantém-se como membro permanente do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas e membro original da Organização do Tratado do Atlântico Norte. E mesmo usando apenas 3,6% do seu PIB em gastos militares, essa porcentagem significa quase US\$800 bilhões, mais que a soma dos 10 demais países que mais gastam com militarismo e segurança (CIA, 2022). Mais do que números e títulos, essas representações resgatam mais uma vez a dificuldade de se superar a influência, a presença e os interesses dos EUA no mundo.

2.2 A GLOBALIZAÇÃO EMBUTIDA

Enquanto Ruggie trabalha o conceito de Liberalismo Embutido, o título deste trabalho não cita liberalismo, em vez disso, consta a palavra globalização. Isso acontece justamente como forma de se evitar confusões semânticas, e para indicar a influência de outras formulações conceituais quanto à atuação chinesa no sistema internacional.

O uso da palavra Liberalismo, na formulação de Ruggie, acontece principalmente para diferenciar as políticas evidenciadas pelo Liberalismo Embutido (e o estabelecimento do Keynesianismo), que seria um multilateralismo liberal, de uma outra elaboração econômico-política que também recebia bastante atenção nessa mesma época no sistema internacional: a economia política fascista, que também pode ser entendida como a internacionalização de um multilateralismo não-liberal (HELLEINER, 2019). Dessa forma, a utilização do termo Liberal funciona para criar um antagonismo entre o conceito apresentado por Ruggie e a organização fascista. Antagonismo que não necessariamente aparece em outras formulações do Liberalismo.

Tentar aplicar o Liberalismo Embutido à China pode causar certo estranhamento, dado que a China é um Estado que foge das condições comuns do capitalismo ocidental (e nesse caso, foge não só das condições comuns do capitalismo, como foge também da classificação de Ocidental).

Quanto a isso, Helleiner (2019) entende que o Liberalismo Embutido é compatível com várias outras formas de organização da economia, como as estratégias de desenvolvimento no Sul-Global e até mesmo com a economia centralmente planejada da União Soviética – sendo notável a quase-adesão da URSS aos acordos de Bretton Woods. E isso pode significar facilidade em aplicar os conceitos do Liberalismo Embutido fora da conjuntura em que foi cunhada, mas também configura risco de simplificar situações mais recentes e mais complexas. Mas, como mencionado anteriormente, o Liberalismo Embutido tem sua construção teórica em volta da realidade do capitalismo do Norte Global, especificamente a dos Estados Unidos da América – mesmo que essa seja uma teorização congruente com outras realidades político-econômicas.

Além disso, este trabalho não tem qualquer intenção de indicar a natureza do funcionamento do sistema político e econômico chinês – o Socialismo com Características Chinesas – classificá-lo como socialismo/comunismo de fato, ou rotulá-lo como uma expressão distinta do capitalismo global. Então, mesmo que Xing (2019) entenda que, independentemente da construção econômica e política doméstica da China “a ascensão econômica da China é parte integral do contínuo processo histórico de expansão do capitalismo, e como fenômeno deve ser entendido como parte do sistema mundo capitalista²¹” (XING, 2019, p.3, tradução da autora), é necessário atentar-se à dificuldade que o conceito “Liberal” carrega, reconhecendo que essas denominações podem causar confusão quando tratadas em conjunto.

²¹ The economic rise of China is an integral part of the continuously historical process of the global expansion of capitalism, and such a phenomenon must be understood within the capitalist world system

Neste trabalho, ao substituir Liberalismo por Globalização, além da solução de quaisquer pontos de confusão, retrata-se a preocupação com as relações internacionais, não só as trajetórias de desenvolvimentos nacionais de forma isolada. Busca-se, então, evidenciar os conceitos de Liberalismo Embutido, as forças pendulares, e os efeitos da revolução passiva no sistema internacional; suas condições históricas e conjunturais nas relações de poder entre os Estados nacionais.

Um outro motivo deste trabalho substituir o Liberalismo Embutido por Globalização Embutida é a referência a outra formulação quanto à participação chinesa no sistema internacional: a Globalização Instituída pela China (GIC) de Vadell, Secches e Burger (2019) – que também recebe o nome de *Embedded Chinese Globalization* (ECG), ou ainda *Globalización Incrustada China*. Essa formulação reconhece que: (i) a internacionalização política e econômica chinesa está se expandindo, alcançando cada vez mais regiões e desenvolvendo relações de parceria com novos Estados; e (ii) que essa internacionalização se apresenta de maneira contrastante as tendências neoliberais ocidentais.

Dessa forma, podemos identificar dois aspectos interessantes que diferenciam o projeto chinês em relação à globalização neoliberal. Em primeiro lugar, observa-se um forte controle estatal das instituições financeiras que promovem o desenvolvimento e o investimento, sejam elas apenas chinesas: China Development Bank (China Development Bank) ou o Cexim, como exemplos paradigmáticos; sejam multilaterais ou minilaterais (Wang, 2015): Silk Road Fund, NBD e AIIB. Em segundo lugar, há uma forte ênfase nos investimentos físicos em infraestrutura, característica ausente na globalização neoliberal, onde prevalece o princípio da supraterritorialidade e a primazia do capital financeiro.²² (VADELL *et. al.*, 2019, p. 51 tradução da autora).

Na GIC, o termo globalização é usado para indicar uma “aceleração da interconectividade do mundo²³” por meio de uma “poderosa força transformadora que é responsável por um intenso abalo das sociedades, economias e instituições de governança da ordem global²⁴” (HELD *et al.*, 1999, p.2-7 apud. VADELL *et. at.* 2019, p. 46-47, tradução da autora). Isso significa que a ação chinesa não só aumenta a malha de relações econômicas e

²² De esta manera, podemos identificar dos aspectos interesantes que diferencian el proyecto chino en relación a la globalización neoliberal. En primer lugar, observamos un fuerte control estatal de las instituciones financieras que promueven el desarrollo y las inversiones, sean estas chinas: Banco de Desarrollo de China (China Development Bank) o el Cexim de China, como ejemplos paradigmáticos; sean estas multilaterales o minilaterales (Wang, 2015): Fondo de la Ruta de la Seda, NBD y BAI. En segundo lugar, se observa el fuerte énfasis en las inversiones físicas en infraestructura, característica ausente en la globalización neoliberal, donde prima el principio de la supraterritorialidad y la primacía del capital financiero.

²³ aceleración de la interconectividad del mundo

²⁴ poderosa fuerza transformativa que es responsable por una intensiva sacudida de las sociedades, economías e instituciones de gobernanza del orden global

políticas internacionais por meio da incorporação de novas regiões ao circuito das cadeias globais de valor, como o faz na vanguarda de um – não necessariamente inédito, mas distinto – tipo de investimento, funcionando como força transformadora no sistema internacional e fortalecendo seus interesses nacionais.

Dialeticamente a China assume uma posição na arena internacional onde seu desenvolvimento econômico se desdobra para muito além de suas fronteiras. As possibilidades abertas por um estágio único e novo de desenvolvimento (Nova Economia do Projeto) colocam o país em condições de destravar os investimentos em infraestrutura em escala global. Suas instituições financeiras, a capacidade instalada de sua indústria, uma governança baseada na razão (Science-Based Government) e a velha bandeira que um dia sacudiu a periferia colonial em nome do direito ao desenvolvimento e planejamento das políticas nacionais são os cordéis da GIC [Globalização Instituída pela China] (DANTAS *et. al.* 2021, p.102-103).

Mas apesar da GIC representar um contraste com as tendências neoliberalizantes da economia ocidental, ela não significa um afronto à economia política internacional ocidental, em outras palavras, o contraste não significa inerente conflito. Isso porque, apesar das inovações políticas trazidas por Xi, a tradição política chinesa ainda se preocupa em “manter a discricção” (VADELL *et. al.* 2019, p. 60) e por conta de preocupações quanto a um cenário internacional cada vez mais radicalizado e anti-china (VADELL *et. al.*, 2019) que podem ser entendidas como resultado da ação dos presidentes estadunidenses Donald Trump, com o início da Guerra Comercial com a China, e Joe Biden, com a tentativa de boicote dos Jogos Olímpicos de Inverno e a identificação da China como a principal ameaça política e econômica dos EUA (PECEQUILO, 2021).

Dessa forma, é possível dizer que a GIC compreende a internacionalização do investimento chinês como intensificador dos relacionamentos de interdependência global, e mais do que isso, o faz incluindo Estados historicamente excluídos da economia global ou negligenciados como parceiros interessantes no comércio global – são eles principalmente os países da África e da América Latina. Uma postura que pode ser chamada de Globalização Inclusiva (LIU, 2019).

Desde 2013, a RPC [República Popular da China] por meio da Iniciativa BRI, por um lado, questiona os fundamentos da globalização neoliberal e, por outro, apresenta-se como resposta a esse processo no contexto de crise do sistema capitalista. A China, sem desafiar diretamente o modelo liderado pelo Ocidente, está propondo um projeto de capitalismo global com uma superestrutura institucional paralela, principalmente financeira por meio de iniciativas multilaterais e plurilaterais: [...] Essas instituições também incorporam os princípios de um novo regime de cooperação internacional (Domínguez Martín, 2016 e 2018). Esse modelo que chamamos de GIC e que Liu e Dunford (Liu e Dunford, 2016) definem como “globalização inclusiva”, é baseado na

interconectividade, investimentos em infraestrutura e uma superestrutura institucional financeira controlada pelos Estados²⁵ (VADELL *et. al.*, 2019, p.49 tradução da autora)

Liu (2019) apresenta o conceito de Globalização Inclusiva como forma de descrever a participação chinesa no processo de globalização; indicando que a China, além de promover reformas internas que a permitisse entrar nas organizações internacionais de comércio, estabeleceu mecanismos governamentais adaptados à globalização, que garantem altos níveis de crescimento econômico e são capazes de garantir demandas sociais da população chinesa. Liu (2019) entende que a Globalização Neoliberal está interessada em apenas dois pontos específicos: tecnologia e a integração espacial no processo de acumulação de capital – ou seja a internacionalização das cadeias produtivas e de comércio. E esses são pontos que também interessam a Globalização Inclusiva. Logo, entende-se que esta não é uma dissolução da Globalização Neoliberal, mas um passo na direção à reforma das contradições do processo de Globalização.

A promoção da globalização requer um novo modelo de governança econômica global, sob o qual é essencial que os governos atuem para manter a justiça social e a equidade de mercado e combinem suas ações com as poderosas forças de acumulação de capital sob os mecanismos de mercado, para que mais áreas e pessoas possam se beneficiar do desenvolvimento econômico e da globalização. [...] A BRI é justamente o esforço que a China está fazendo para promover a globalização econômica inclusiva nesse contexto²⁶ (LUI, 2019, p. 61, tradução da autora).

Um outro motivo para a substituição de Liberalismo em favor da Globalização Embutida é a organização interna da economia política chinesa, dessa vez não por conta de possíveis confusões semânticas, mas por conta de um aspecto importante que distingue essas duas colocações: A Globalização Embutida Chinesa não se trata de um fenômeno que busca modificar o papel das instituições internas da China, na qual ela o internacionaliza, como é o caso dos moldes do Liberalismo Embutido nos Estados Unidos no pós-Guerras Mundiais, é um

²⁵ Desde 2013, la RPC por medio de La Iniciativa BRI, por un lado, cuestiona los fundamentos de la globalización neoliberal y, por otro, se presenta como una respuesta a este proceso en el contexto de una crisis del sistema capitalista. China, sin estar desafiando directamente al modelo liderado por Occidente, está proponiendo un proyecto de capitalismo global con una superestructura institucional paralela, principalmente financiera por medio de las iniciativas multilaterales y plurilaterales [...]. Estas instituciones incorporan también los principios de un nuevo régimen de cooperación internacional (Domínguez Martín, 2016 y 2018). Este modelo que denominamos de GIC y que Liu y Danford (Liu y Dunford, 2016) definen como “globalización inclusiva”, está basada en la interconectividad, las inversiones en infraestructura y una superestructura institucional financiera controlada por los Estados.

²⁶ Further promoting globalization requires a new model of global economic governance, under which it is essential that governments act to maintain social justice and market fairness, and combine their actions with the powerful forces of capital accumulation under market mechanisms, so that more areas and people will benefit from economic development and globalization. [...] The BRI is precisely the effort China is making to promote inclusive economic globalization in this context

fenômeno que existe inteiramente nas relações internacionais chinesas, ou seja refere-se apenas as suas políticas globalizantes.

Aqui compreende-se que a Globalização Embutida Chinesa é um instrumento com capacidade de impulsionar o pêndulo do sistema internacional – o qual é formado majoritariamente por democracias liberais – na direção de políticas chamadas de Keynesianas. Mas a organização interna chinesa, pautada no Socialismo com Características Chinesas, e também identificado como Nova Economia do Projeto Chinês, “é estágio superior de desenvolvimento alcançado pela China, resultado do acúmulo de todo um novo acervo em matéria de planificação econômica e organização e racionalização da produção em grande escala” (DANTAS *et. al.*, 2021, p. 96) e não um momento passageiro e intermediário entre organizações liberalizantes e de austeridade. A organização interna chinesa é um projeto duradouro que não pode ser representado por um pêndulo. Assim, ao entender o relacionamento da Globalização Instituída pela China com a Nova Economia do Projeto chinês – e mais importante ainda, seus locais de aplicação (externo e internamente, respectivamente) – é possível distinguir a Globalização Embutida Chinesa do Liberalismo Embutido.

Os EUA exportaram o Liberalismo Embutido – como exemplo do New Deal no seu funcionamento interno e o Plano Marshall nas suas relações internacionais – o que representou um impulso dos Movimentos Pendulares de Polanyi tanto em seu território quanto no exterior. Mas a Globalização Embutida Chinesa não representa um Movimento Pendular em direção às políticas socialmente embutidas, ou uma revolução passiva, dentro do território chinês. Embora seja possível entender que a Globalização Embutida fortaleça a Nova Economia do Projeto Chinês, esse não representa o mesmo esquema que aconteceu com os EUA.

2.3 TRANSBORDANDO TEORIAS

O colapso do ordenamento liberal no século XX, devido a crises como a de 1929, e as Guerras Mundiais, resultaram no adote de um arranjo mais preocupado com a coesão social – o Liberalismo Embutido – como forma de evitar insurgências comunistas ou fascistas. Hoje, num ambiente marcado por políticas neoliberais, é possível afirmar que a primeira metade do século XXI foi marcada por diversas crises – sendo elas ambientais, sanitárias, bélicas, e econômicas, chamando a atenção para o notável avanço de partidos e personalidades da extrema direita e/ou nazifascistas. Nesse contexto, segundo as formulações de Polanyi, espera-se movimento em direção às ações socialmente orientadas, por parte do ordenamento liberal.

Como supracitado, a participação chinesa na economia política internacional é uma temática bastante popular, envolvendo uma multiplicidade de lentes e perspectivas. A abertura

chinesa para o comércio internacional como o entendemos hoje é um fenômeno muito recente; temos por exemplo sua entrada na OMC, que aconteceu só em 2001, sete anos depois da criação da organização. Além disso, a China só assumiu sua cadeira permanente do Conselho de Segurança da ONU depois de quase 30 anos de existência do mesmo, em 1971; e por isso desperta a curiosidade não só na academia, como em instituições governamentais, privadas e interestatais.

Além da dimensão de sua extensão territorial e o tamanho de sua população – e conseqüentemente, de seu contingente de mão-de-obra e mercado consumidor – a China torna-se ator singular por seu sucesso na direção do desenvolvimento social, econômico, e tecnológico, em um período curto. Saindo de uma situação miserável na década de 1950, à potência global presentemente, e mirando no título de nação desenvolvida, em um futuro próximo. Realizações feitas sob o governo do Partido Comunista Chinês, que funciona segundo a organização política e econômica chamada de Socialismo com Características Chinesas, ambas, dentro de um sistema internacional (neo)liberal. Uma situação complexa e repleta de contradições.

O comportamento chinês, dentro e fora de suas fronteiras, apresenta-se como voltado a conquistas nacionais, ao melhoramento de sua infraestrutura, e à vida de seus cidadãos. Sua organização segundo os Planos Quinquenais também põem a China como fruto do planejamento estatal para o desenvolvimento; usando das relações internacionais – e aqui dando ênfase à manipulação de sua moeda e os arranjos de cooperação internacional para infraestrutura (como da *Belt and Road Initiative*) – não como ambiente para a manutenção do livre comércio, mas como instrumento de aperfeiçoamento de seus interesses domésticos.

Assim, não é absurdo pensar a presença chinesa como entidade capaz de promover inclinações para uma nova força pendular, em direção às cláusulas sociais. Aqui não há qualquer intenção de creditar a China como nação que supera ou superará o capitalismo, ou até mesmo o liberalismo; mas sugerir enxergá-la como força capaz de incentivar uma maior adesão a ações socialmente inclinadas, embutidas, em seus Estados parceiros, ou até mesmo no sistema internacional. Responder se esse efeito causaria então o fortalecimento da estrutura liberal, ou se resultaria no seu enfraquecimento derradeiro em prol de um sistema mais socialmente orientado, não faz parte do escopo deste trabalho, apesar de ser uma questão interessante.

A China é personagem de grande influência no sistema internacional atual, e sujeita a atenção proveniente de suas ações e conquistas. Sua organização construída em volta do Socialismo com Características Chinesas faz dela um objeto complexo para a análise por parte do ocidente, e daquelas regiões submetidas à influência ocidental, tal como a América Latina.

Assim, agora faz-se necessário entender como se-dá o fenômeno China e sua atuação no cenário internacional, para então analisar o quão adequada é a formulação da Globalização Embutida para explicar a China hoje.

3. INICIATIVA CINTURÃO E ROTA

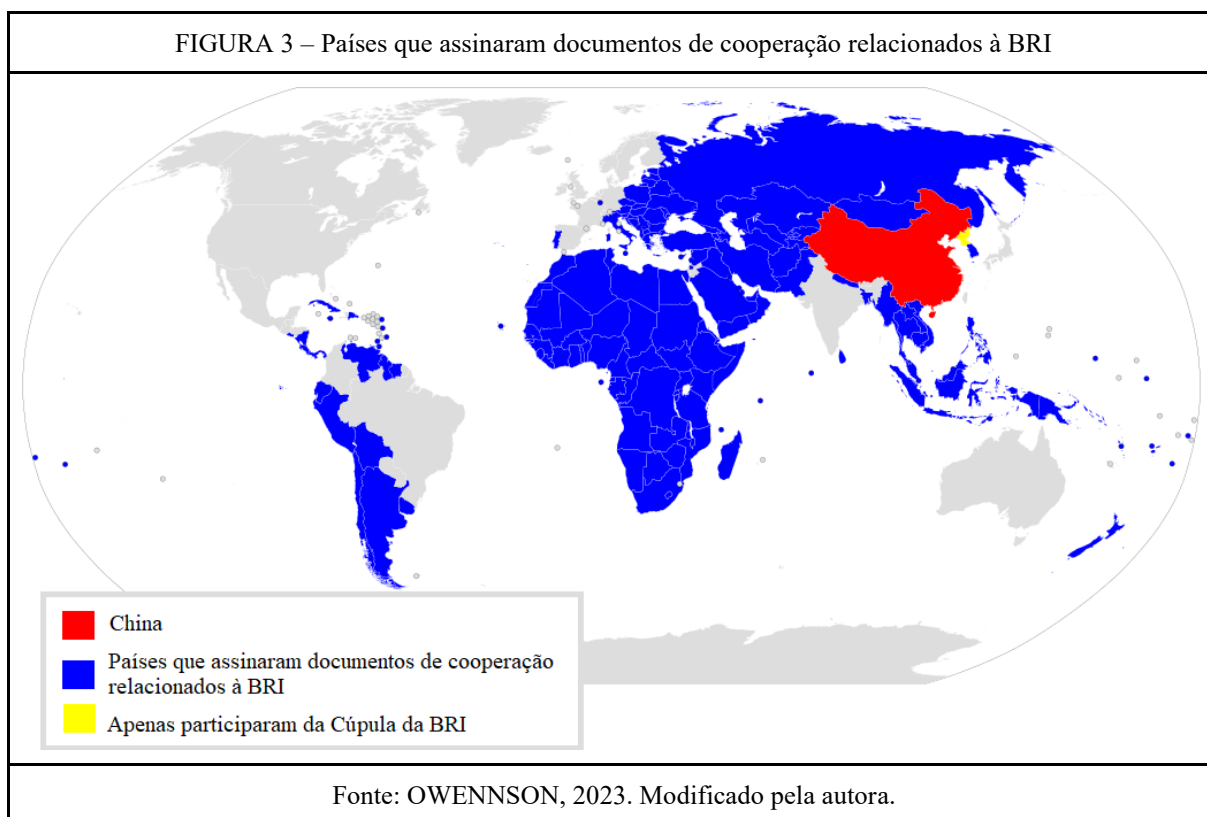
A Rota da Seda, ou melhor, as Rotas da Seda existiram por mais de mil anos a partir de exploradores e comerciantes e como resultado de negociações quanto a questões de segurança entre o império chinês e grupos nômades euroasiáticos. Foi uma fusão entre os mercados do Oriente Médio, Europa e África com as políticas expansionistas da diplomacia da dinastia Han (PETERS, 2021). Os caminhos específicos da antiga Rota da Seda mudavam constantemente devido a contextos comerciais, geográficos e políticos, sendo assim, um fenômeno de formação quase orgânica (SINTUSINGHA et al. 2021). Em contraste, a BRI, a Nova Rota da Seda, é um projeto desenvolvido e protagonizado pelo governo da China, que utiliza de um símbolo cultural abstrato para promover seus planos de desenvolvimento. Hoje, a antiga Rota da Seda serve como fonte de continuidade histórica e como metáfora que nomeia os atuais projetos de internacionalização da economia política chinesa (PETERS, 2021).

Organizada pelo CPC e com interesses de longo prazo, a BRI é um projeto que serve para coordenar a situação econômica doméstica e internacional chinesa de forma generalizada; não é resultado de uma dificuldade específica, mas uma resposta geral ao contexto econômico e político da China e do sistema internacional (LIU, 2019), usando do desenvolvimento econômico e a formação de laços mais profundos com outros países para garantir sua segurança doméstica e diminuir riscos de represálias vindas de outras potências, como os EUA (CLARKE, 2017). Isso significa que a BRI está passível a possíveis mudanças na sua organização, de acordo com a mudança nos interesses do CPC e as circunstâncias externas dos mercados e dos governos de seus parceiros. Assim, para atender a pretensão de se reposicionar nas hierarquias econômicas e políticas do sistema internacional, o CPC busca, no momento, a diversificação dos mercados que interagem com a China (LIU, 2019).

A ideia central da EPI da iniciativa “One Belt, One Road”, que cobre cerca de 65% da população mundial e um terço do PIB mundial, é criar cinturões econômicos viáveis: (1) um cinturão terrestre que inclua países vizinhos ao redor da China, especialmente os países da Rota da Seda original através da Ásia Central, Ásia Ocidental, Oriente Médio e Europa; e (2) um cinturão marítimo que liga as instalações portuárias da China à costa africana, subindo pelo Canal de Suez até o Mediterrâneo²⁷ (XING, 2019, p.6, tradução da autora).

²⁷ The central idea of the IPE of the “One Belt, One Road” initiative, which covers about 65 percent of the world’s population and one-third of the world’s GDP, is to create viable economic belts: (1) a land belt that includes neighboring countries surrounding China, especially those countries on the original Silk Road through Central Asia, West Asia, the Middle East and Europe; and (2) a maritime belt that links China’s port facilities with the African coast, pushing up through the Suez Canal into the Mediterranean

Até 2020, foram interligados pelo Cinturão e pela Rota 138 países; destes, 38 estão localizados na África Subsaariana; 34 na Europa e Ásia Central (sendo 18 deles na União Europeia); 25 no Leste Asiático e Pacífico; 18 América Latina e Caribe; 17 no Oriente Médio e Norte da África; e 6 Sudeste Asiático. E de acordo com a classificação do Banco Mundial²⁸, desses 138 países que fazem parte da BRI, 33 (ou 23,9%) são de Renda Alta; 39 (ou 28,3%) são de Renda Média-Alta; 40 (ou 29%) são de Renda Média-Baixa; e 26 (ou 18,8%) são de Renda Baixa (COUNTRIES, 2020). Observa-se então a heterogeneidade das capacidades econômicas dos países que fazem parte da BRI.



“Desde 2013, a aplicação cumulada da BRI totaliza US\$ 932 bilhões, cerca de US\$ 561 bilhões em contratos de construção e US\$ 371 bilhões em investimentos não-financeiros²⁹” (NEDOPIL, 2022, p. 3, tradução da autora). O que representa mais de quatro Planos Marshall com valores ajustados para a inflação. Na primeira metade de 2022 não houve investimento na

²⁸ Anualmente, o Banco Mundial classifica os países de acordo com sua Renda Nacional Bruta per capita. A classificação de 2020 indica que são de baixa renda aqueles países com RNB per capita menor que US\$1.035,00; são de renda Média Baixa aqueles entre US\$1.035,00 e US\$ 4.045,00; são Média Alta aqueles entre US\$4.046,00 e US\$12.535,00; e são de renda Alta aqueles com RNB per capita maior que US\$12.535,00 (HAMADEH; et al, 2021).

²⁹ Since 2013, cumulative BRI engagement amounts to US\$932 billion, about US\$561 billion in construction contracts, and US\$371 billion in non-financial investments

BRI em áreas relacionadas à queima de carvão; isso pode ser resultado das propostas do CPC em ampliar a atuação chinesa em projetos de preservação ambiental. Entretanto neste mesmo período, 80% dos investimentos chineses em energia no exterior e 66% dos contratos de construção chineses foram referentes a petróleo e gás natural (NEDOPIL, 2022), o que pode indicar que a preocupação ambiental é secundária ao interesse em garantir fontes de energia/combustíveis. Um fenômeno interessante, que se entende como resultado da implementação da BRI, é o crescimento acelerado do IED em países em desenvolvimento, crescimento que excede aquele dos investimentos BRI (NEDOPIL, 2022). E como o objetivo da BRI é diversificar os parceiros comerciais da China, os investimentos tidos como “adversários” não impactam negativamente os propósitos da BRI, pois se entende que estes investimentos funcionam para aquecer os mercados locais, o que é favorável também para o mercado chinês.

Na esfera doméstica, a BRI tem como objetivo a manutenção da situação econômica chinesa. Ou seja, a manutenção das suas altas taxas de produção, de níveis baixos de desemprego dos nacionais chineses, e um índice de crescimento do PIB dentro das expectativas do CPC para os planos de desenvolvimento. Isso é possível porque, na esfera internacional, a BRI funciona de forma a redirecionar o capital e a capacidade produtiva chinesa em direção a estes projetos de construção de infraestrutura. Ao oferecer esses bens e serviços, a China busca impulsionar e estabilizar relacionamentos comerciais já existentes e abrir novos mercados à EPI chinesa (XING, 2019). Potencializar o que antes eram apenas possíveis parceiros.

Basicamente, a BRI é o resultado dos efeitos combinados do desenvolvimento da globalização econômica, das mudanças no padrão econômico mundial e da transformação do próprio modelo de desenvolvimento da China, juntamente com outros fatores, como o objetivo de criar paz e estabilidade no entorno ambiental e buscando a diversidade da oferta de recursos naturais³⁰ (LIU, 2019, p. 42, tradução da autora).

A BRI é um projeto dominado por empresas estatais (NEDOPIL, 2022) e oferece infraestrutura dura e branda (*Hard e Soft*), ou seja, oferece tanto a construção de estruturas físicas – como uma linha ferroviária ou um hospital – quanto aquelas imateriais – como o treinamento dos funcionários desta linha ou deste hospital; proporcionando projetos que atendem as demandas concretas e organizacionais dos Estados parceiros (LIU, 2019). Os projetos da BRI promovem modernizações na malha de infraestrutura dos países contemplados pela Rota e o Cinturão para garantir a dinamicidade dessas economias e o consequente

³⁰ Basically, the BRI is the result of the combined effects of the development of economic globalization, changes in the world economic pattern, and the transformation of China’s own development model, along with other factors such as the goal of creating peace and stability in the surrounding environment and seeking diversity of the natural resources supply.

crescimento econômico chinês, através da oferta de bens públicos globais. Essa postura econômica e política chinesa procíclica aparece como uma forma de superar a apatia dos mercados no pós crise de 2008 (RODRIGUES, 2022).

Apesar do foco em infraestrutura (portos, oleodutos, estradas), tecnologia de informação (*data centers*), e acordos garantidores de recursos (mineração, petróleo, gás), na segunda metade de 2022 a BRI atentou-se a projetos menores e com implementações mais rápidas (como aqueles de energia solar e eólica). Notou-se uma diminuição de quase 42% no tamanho médio dos projetos de construção, caindo de US\$ 558 milhões para US\$ 325 milhões de 2021 até o primeiro semestre de 2022. Mas notou-se também o crescimento acentuado, de 300%, dos investimentos no setor de tecnologia entre 2021 e 2022. (NEDOPIL, 2022). Assim, nota-se que, tal qual os planos quinquenais de desenvolvimento, a estruturação da BRI está suscetível a mudanças de estratégia conforme ocorrem mudanças nos mercados e nas políticas internas e internacionais.

3.1. HERANÇA E VALORES

O termo Rota da Seda aparece pela primeira vez na academia ocidental por meio do geógrafo alemão Ferdinand von Richthofen (1877) e é referente às antigas rotas terrestres e marítimas de comércio que se desenvolveram entre a Ásia (especialmente a China), Oriente Médio, África e Europa na antiguidade; que significavam também linhas de alianças políticas entre os territórios conectados. Essas rotas, feitas por meio de caravanas e navios, eram responsáveis pela troca de bens mercadológicos (como a seda, cerâmica e papel), culturais (como música, moda e literatura) e espirituais (como com a expansão do budismo, islamismo e cristianismo). Assim, podendo ser entendida como uma das primeiras experiências no processo de globalização na história humana (LIU, 2019).

Liu (2019) apresenta conexões entre a Antiga Rota da Seda e o desenvolvimento da história e das relações econômicas globais quando aponta o déficit comercial europeu em relação à China – causado pela compra de artigos de luxo chineses pelas monarquias europeias através da Rota da Seda – como dispositivo motivador das grandes navegações europeias; estas que buscavam internalizar custos de transporte com a Ásia e a obtenção de metais preciosos nas Américas. Em um primeiro momento isso significou diminuição de custos e maior capacidade de consumo, mas depois resultou em processos de colonização por parte das potências europeias na África e Ásia e a instauração do século de humilhação na China (LIU, 2019).

As Antigas Rotas da Seda dão nome à iniciativa Um Cinturão Uma Rota porque servem como ilustração dos valores e visões que o CPC propõe ao projeto. O Espírito da Rota da Seda

(*Silk Road Spirit*) é o conceito que abrange esses valores e visões imputados à BRI, e aparece através de palavras-chave como: “Paz e Cooperação”; “Abertura e Inclusividade”; “Aprendizado Mútuo”; e “Benefício Mútuo” (LIU, 2019). E através destas palavras-chaves é possível entender os objetivos a serem alcançados e as preocupações a serem superadas pelo CPC através da BRI. Em meio às críticas, estes projetos são descritos pela China como empreendimentos que visam a prosperidade comum.

Criticamente, essas são imagens e narrativas simbólicas importantes para o consumo internacional e doméstico chinês para justificar e legitimar a liderança do Partido Comunista que opera em escala global com força e confiança³¹ (SINTUSINGHA *et al.* 2021, p.4, tradução da autora).

O Ocidente, principalmente os Estados Unidos, imputam interesses militares e intenções de substituição hegemônica nos projetos internacionais chineses, isso acontece em momento de recuo estadunidense de responsabilidades internacionais – aprofundado durante o mandato de Trump – e a ascensão da China como alternativa de liderança globalizadora (SINTUSINGHA *et al.* 2021). Assim, ao evocar palavras como “Paz e Cooperação” atreladas à instituição histórica da Antiga Rota da Seda, é possível perceber a intenção de diminuir as projeções ocidentais de supostos interesses militares ou hegemônicos à China e à BRI. “Paz e Cooperação” são palavras que exprimem a preocupação chinesa de garantir que a BRI não seja posta como um projeto securitizador.

“Abertura e Inclusividade”, por sua vez, indicam a preocupação em expor a BRI como um projeto interessado em abranger Estados que o CPC entende como comumente negligenciados no sistema econômico internacional, como a Eurásia, África e América do Sul. E de forma semelhante, “Aprendizado e Benefício Mútuo” enfatiza a preocupação em desatrelar o projeto chinês de noções como neocolonialismo ou exploração, evidenciando em contrapartida um caráter conciliador, que está disposto a atender os interesses destes Estados a fim de fechar acordos. É interessante apontar que aqui são considerados acordos de Benefício Mútuo (*Win-win*) aqueles projetos nos quais os Estados participantes recebem algum grau de benefício, sendo importante frisar que o uso desta expressão neste contexto não implica qualquer proporção ou extensão de dito benefício, indica apenas que estas interações não resultam em total desvantagem ou prejuízo para uma das partes.

³¹ Critically, these are important symbolic images and narratives for both international and Chinese domestic consumption to justify and legitimise the Communist Party leadership that forcefully and confidently operates at a global scale

3.2. PLANO MARSHALL II E OUTRAS CRÍTICAS

Apesar da China rejeitar a analogia entre a BRI e o Plano Marshall (LIU, 2019), é difícil escapar desta comparação, principalmente em um trabalho que se propõe a utilizar do Liberalismo Embutido como uma das contribuições teórica à análise da BRI. O Plano Marshall e a BRI são ambos projetos interessados em resolver o problema da baixa demanda internacional, causada respectivamente pelas Guerras Mundiais e pela Crise de 2008, que tornaram o sistema internacional incapaz de absorver espontaneamente a capacidade de produção da potência instaurados do(a) Plano/Iniciativa; ambos os projetos também foram pautados pelo interesse em estimular a internacionalização de sua moeda (XING, 2019). Mas, apesar das similaridades, estes dois projetos se diferenciam em dois pontos essenciais: as mentalidades e as condicionalidades domésticas (LIU, 2019).

O Plano Marshall foi desenvolvido sob a mentalidade da Guerra Fria, de forma que a reconstrução e a estabilização econômica europeia serviam como um meio de se alcançar um objetivo maior, o de conter o avanço da União Soviética. A BRI foi desenvolvida como resposta a uma crise econômica, feita para garantir mercados aos negócios da China, sem agenda de securitização ou de competição ideológica, não há na BRI políticas interessadas em debilitar os EUA, o sistema capitalista, ou a ordem internacional no geral (XING, 2019; LIU, 2019).

É sabido que é necessário o reconhecimento da política de Uma Só China (ou seja, o não reconhecimento do caráter estatal da ilha de Taiwan) para que um Estado participe de projetos como a BRI, mas essa não é uma condição que afeta os processos político e econômico domésticos do Estado-parceiro. Hoje apenas 13 países e a Santa Sé reconhecem Taiwan como um Estado³² (AUSTRALIA-TAIWAN, 2023), e são em geral Estados pouco expressivos na economia política internacional; o não-reconhecimento de Taiwan é uma condicionalidade bastante aceita no sistema internacional, aceita inclusive pelos EUA, UE e pelo Brasil. Em contrapartida, o Plano Marshall exigia condicionalidades que afetam diretamente os processos políticos e econômicos domésticos do Estado-parceiro, como a abertura comercial aos negócios estadunidenses – que em alguns casos significava o abandono parcial da soberania do Estado-receptor – e a estabilização de tarifas e da balança de pagamentos (SIMON, 2011; LIU, 2019).

³² Reconhecem Taiwan como Estado: Essuatíni; Ilhas Marshall; Nauru; Palau; Tuvalu; Belize; Guatemala; Haiti; Honduras; São Cristóvão e Neves; Santa Lúcia; Paraguai; São Vicente e Granadinas.

“É estimado que dois terços das reservas recuperáveis de petróleo e gás natural que já foram descobertas estão localizados em países em que a Antiga Rota da Seda passava³³” (LIU, 2019, p. 58, tradução da autora), e que conseqüentemente, estão localizados em países abrangidos pela BRI. Além disso “a maioria dos Estados [pelos quais a BRI passa] são ex-colônias europeias e/ou atuais Estados-Clientes dos Estados Unidos³⁴” (SINTUSINGHA *et al.* 2021, p. 6, tradução da autora). Assim, não é surpresa que a BRI seja alvo de acusações quanto a intenções hegemônicas, a perpetuação de dependências ou a repetição do padrão histórico de colonização no século XXI.

A inserção dos produtos manufaturados chineses – aqui frisando a questão do Brasil e também da Argentina na América do Sul – é uma preocupação quando o assunto é a sobrevivência das indústrias destes países em desenvolvimento, que normalmente possuem um parque industrial frágil e/ou insipiente. Existe o temor de que a inserção de produtos chineses no mercado brasileiro faça com que a indústria doméstica perca espaço no mercado doméstico e no exterior, como no caso das exportações brasileiras no Mercosul (HIRATUKA, 2019). Mas justamente porque a China não impõe condicionalidades aos Estados-receptores de seu investimento, que a crítica quanto a manutenção do “imperialismo por outras mãos”, ou “a dependência por outras mãos” fica enfraquecida, e por sua volta escancara, não um resultado da política econômica chinesa, mas a fragilidade das economias periféricas frente ao sistema neoliberal. O superávit comercial brasileiro em seu comércio com a China na venda de commodities não interfere no investimento brasileiro na indústria e tecnologia ou ainda na inserção de medidas de proteção a suas indústrias. Comércio e imperialismo não são sinônimos e não devem ser tratados como tal.

Seria errôneo conferir à China a principal ameaça ao desenvolvimento do Brasil. Isto porque não é apenas a exportação de commodities per se à China que configura o padrão assimétrico de trocas comerciais, mas sim a dependência relativa a tal tipo de exportação. Não é sensato que o Brasil não explore suas potencialidades como a exportação de alimentos e recursos naturais. Estados Unidos e Europa fazem o mesmo. O problema está em não diversificar a pauta, cuja explicação está em problemas estruturais que fogem ao objetivo deste trabalho (CUNHA, et al. 2015. p. 165).

É possível entender que a BRI não tem a intenção de funcionar como um corredor de mobilidade econômica ou política para os países do Sul Global, não é um instrumento cujo

³³ It is estimated that two-thirds of the recoverable oil and gas reserves that have been discovered in the world are located in countries along the ancient Silk Road

³⁴ Many of the countries are either former European colonies and/or current US ‘client states

propósito é desenvolver a Periferia e transformá-la em Centro, ou impor que esses Estados se comportem de forma semelhante à China. A BRI é um instrumento cujo propósito não abrange a emancipação econômica e social global dos Estados-Receptores, esse é um interesse que cabe às organizações destes países.

A maioria dos acadêmicos, políticos e empresários chineses veem a BRI com um olhar “positivo e entusiasmado³⁵” (XING, 2019, p. 6, tradução da autora), como um instrumento efetivo na emergência e legitimação da China como desenvolvedora de políticas em detrimento de uma postura passiva no sistema internacional. Entende-se que a inserção econômica internacional da China serve como instrumento garantidor do bom funcionamento da economia interna chinesa e o cumprimento de suas metas de desenvolvimento; assim, o internacional serve ao nacional. Mas esse serviço não se estende a motivos geopolíticos além daqueles interessantes à agenda de Rejuvenescimento, ou a medidas de segurança contra antagonismos estadunidenses nas áreas econômica e ideológica.

Assim, fica claro que eventuais relacionamentos de dependência ou re-primarização destes Estados periféricos se dá, não como resultado de projeto chinês para que estes Estados mantenham-se com subalternos, mas por consequência de um histórico em que o Centro do sistema internacional sistematicamente impediu a Periferia de conquistar e/ou manter posturas emancipadoras e tiveram (e têm) sua organização política e democrática lesada – como no caso da Operação Condor³⁶ na América Latina, por exemplo.

As parcerias e trocas econômicas da China com o Centro/ Norte Global têm como objetivo o alcance de um mercado com maior poder aquisitivo e acesso a tecnologias e técnicas de produção mais avançadas, enquanto as relações econômicas com a periferia – aqui, especialmente a América do Sul – concentram-se na obtenção de recursos naturais e energéticos (CEPAL, 2021). A partir disso é possível entender que o mercado do Centro se apresenta como instrumento e como alvo dos esforços chineses de mobilidade dentro das cadeias globais de valor, enquanto o mercado da periferia pode ser entendido, agora, como apenas um instrumento da estratégia chinesa. Entretanto, essa dinâmica pode mudar. O avanço das obras de infraestrutura da BRI pode refletir a ressignificação do papel da periferia global nas suas relações com a China. Porém, esse é um aspecto que depende da utilização estratégica dos bens públicos globais que a China oferece pelas governanças dos Estados-receptores.

³⁵ Positive and enthusiastic

³⁶ Ver mais em DE SOUZA (2011).

3.3 DESTINO: LATAM³⁷

A América do Sul é uma região muito diversa, tanto entre os Estados, quanto dentro dos seus territórios nacionais. São Estados com diferentes extensões, biomas, marcos culturais e linguísticos, níveis de desenvolvimento econômico e presença no mundo cosmopolita. Mas, apesar disso, a construção histórica da região resultou em similaridades em pontos-chave, que permitem que essa região seja entendida dentro de uma conjuntura razoavelmente coerente. São Estados que foram colonizados por impérios ibéricos – com exceção das Guianas e Suriname – sofreram com o genocídio de seus povos indígenas e serviram ao Sistema Internacional moderno como fontes de matéria prima e polos de mão-de-obra escrava. Hoje, sua participação no Sistema Internacional acontece, em sua maioria, na forma de oferta de bens de baixa complexidade e pouco valor agregado.

Em um primeiro momento, a BRI não abrangia a região latino-americana, seja pela distância entre Ásia e América Latina, quando pela situação do relacionamento destas duas regiões, que até então, sob a perspectiva do CPC, já atendia as demandas chinesas dentro da sua planificação de desenvolvimento (RODRIGUES, 2022). Entretanto, mudanças na política externa dos países da América do Sul, devido a instauração de governos conservadores a partir de 2015 – como por exemplo: na Argentina em 2015 com a eleição de Macri; no Brasil em 2016 com a posse de Temer, e no Peru em 2016 com a eleição de Kuczynski – alteraram a situação. A ascensão de governos conservadores na América do Sul, alinhados aos EUA, e a própria mudança na postura dos EUA em relação à China – agora mais preocupados com a presença chinesa na região latina – instaurou na China interesse em aprofundar os laços sino-latinos, para que a América Latina voltasse a assumir um papel satisfatório dentro do projeto de rejuvenescimento chinês (RODRIGUES, 2022).

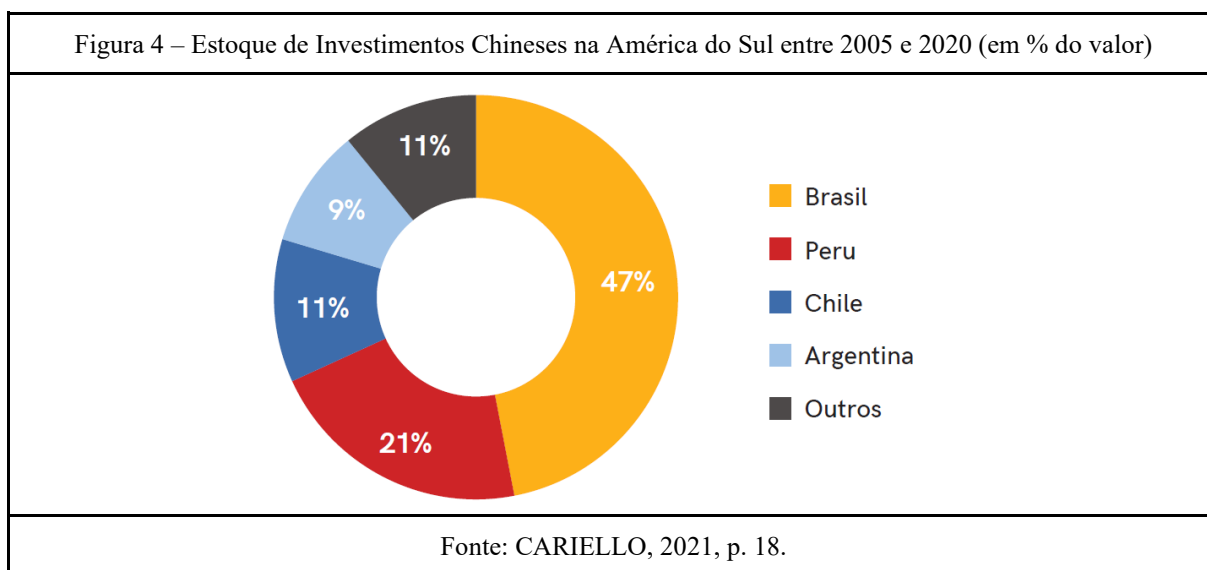
É sabido que a maior parte dos investimentos chineses se concentram principalmente na Ásia, e que não só a Rota da Seda, como toda a estratégia de internacionalização do capital chinês é mais intensa em regiões mais próximas geograficamente da China. E entendendo também que o fenômeno BRI é novo nos solos latino-americanos, espera-se que o investimento chinês na América Latina seja, por agora, relativamente pequeno.

Dito isso, existe um histórico de intensificação do relacionamento sino-latino que se inicia em 2001, resultado da entrada chinesa na OMC, da maior quantidade de visitas de Estado e a aprovação do 11º Plano Quinquenal, que incentiva maiores auxílios econômicos da China para países em desenvolvimento (RODRIGUES, 2021).

³⁷ LATAM é posto como referência à “Latin America” - LAT. AM., sem conexão com a empresa de aviação.

Neste contexto, o Panamá foi o primeiro país a assinar este acordo com a China, em novembro de 2017, após a troca do reconhecimento diplomático de Taiwan para Pequim no início deste ano. Posteriormente, outros 18 países da América Latina e Caribe (Antígua e Barbuda, Barbados, Bolívia, Chile, Costa Rica, Cuba, Dominica, Equador, El Salvador, Granada, Guiana, Jamaica, Peru, República Dominicana, Suriname, Trinidad e Tobago, Uruguai e Venezuela) assinaram memorandos de entendimento e/ou documentos de cooperação relativos ao BRI com a China. Consequentemente, independentemente de alguma das negociações pós-2017 ser oficialmente designada (ou não) como projetos BRI pelo governo anfitrião ou pela China, a conexão simbólica entre os acordos de cooperação e o anúncio de projetos como portos, rodovias e parques industriais é evidente³⁸ (RODRIGUES, 2022, p. 15, tradução da autora).

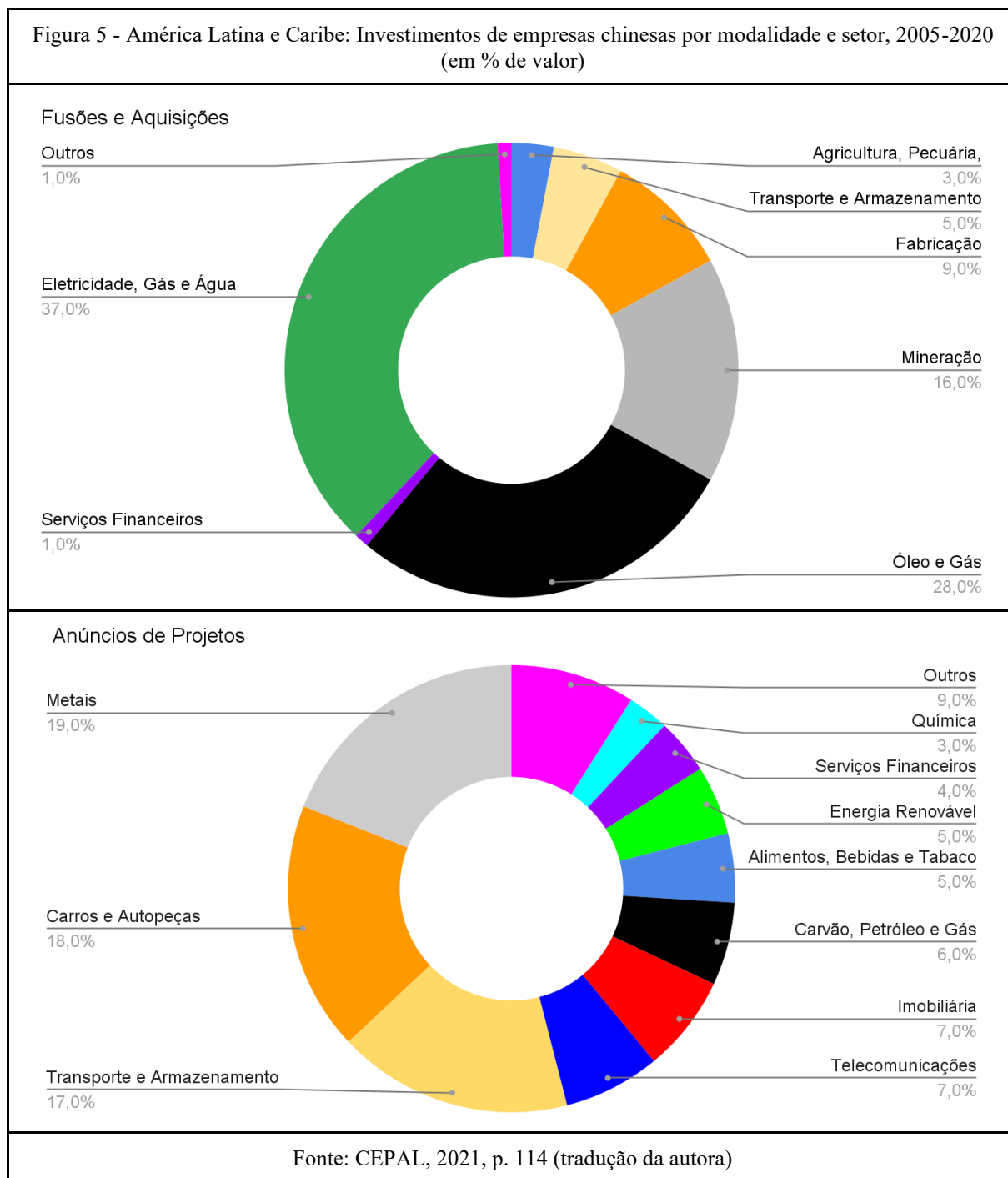
Em 2017 a BRI chega à América do Sul com a assinatura dos primeiros acordos de cooperação, e nota-se a ausência da incorporação do Brasil (vide Figura 3). Entretanto, sobre isso é interessante notar que, como supracitado por Rodrigues (2022), a designação formal dos acordos como sendo ou não parte da BRI não os desatrela dos interesses e resoluções presentes na BRI. A maioria dos investimentos chineses na América do Sul concentra-se no Brasil (vide figura 4) e são realizados por empresas estatais chinesas, logo, realizam seus projetos de acordo com a estratégia geral do CPC (CARIELLO, 2021).



Como ilustrado pela Figura 5, “Eletricidade, Gás e Água” (37%), “Óleo e Gás” (28%) e “Mineração” (16%) são os principais alvos do investimento chinês através de fusões e

³⁸ In this context, Panama was the first country to sign this agreement with China, in November 2017, after switching diplomatic recognition from Taiwan to Beijing earlier that year. Later, another 18 countries in Latin America and the Caribbean (Antigua and Barbuda, Barbados, Bolivia, Chile, Costa Rica, Cuba, Dominica, Ecuador, El Salvador, Grenada, Guyana, Jamaica, Peru, Dominican Republic, Suriname, Trinidad and Tobago, Uruguay and Venezuela) signed memorandums of understanding and/or cooperation documents regarding the BRI with China. Consequently, regardless of whether any of the post-2017 negotiations are officially designated (or not) as BRI projects by the host government or by China, the symbolic connection between the cooperation agreements and the announcement of projects such as ports, highways and industrial parks is evident.

aquisições; e “Metals” (19%), “Carros e Autopeças” (18%) e “Transportes e Armazenamento” (17%) são os principais destinos para o investimento chinês em anúncios de projetos na América Latina e Caribe.



Esses são tipos de investimentos condizentes com os investimentos encorajados pelo CPC (vide Quadro 1 - categorização dos investimentos chineses), relacionados à infraestrutura, logística, capacidade de manufatura avançada, exploração e produção de petróleo e gás natural, mineração e extração de recursos naturais. Isso reforça a noção de que a América Latina serve

à China como fonte de energia e matérias primas, assim se fazendo necessário também a atenção aos transportes e armazenamentos para o escoamento desses produtos.

4. UMA ROTA PARA O BRASIL

A BRI foi recentemente estendida à região Latino-Americana e isso significa a ascensão de questões quanto aos possíveis resultados da intensificação da presença chinesa nesta região. Dificuldades presentes na América Latina, como instabilidade política e cooperação regional incipiente não são únicas a essa região, são dificuldades que o investimento chinês muito provavelmente encontrou quando seus projetos de cooperação internacional – como a BRI – alcançaram território africano. Entretanto, a América Latina traz especificidades a serem consideradas.

Enquanto é entendido que os diversos Estados africanos ainda têm seu desenvolvimento inibido por servirem de palco para imposições neocoloniais de potências europeias³⁹ – como, por exemplo, o caso do Franco CFA⁴⁰ – aqui se aponta que a América Latina é considerada como o "quintal" de um dono só, os Estados Unidos; uma potência ocidental exponencialmente maior, com maior capacidade de manobra política e militar que qualquer Estado europeu. Outra especificidade latino/sul-americana a ser considerada é o papel do Brasil como líder regional. Não há um país africano que sozinho controle mais de 44% do território da região, como é o caso do Brasil na América do Sul. É possível reconhecer que uma liderança brasileira significa avanços para a integração do continente, e de forma semelhante, práticas isolacionistas ou a desvinculação do Brasil de cooperações na região latino-americana – como ocorreu notavelmente nos governos de Temer e de Bolsonaro – são comportamentos que se traduziram em dificuldade e até mesmo o enfraquecimento da integração regional do restaurante dos Estados sul americanos (JIANG, 2020).

Dessa forma, são objetivos deste capítulo apresentar o desenrolar do relacionamento entre Brasil e China; analisar como a China busca incluir o Brasil na sua Rede de Globalização Embutida; e finalmente, como os Estados Unidos reagem, e como se supõem que possam reagir, a essa aproximação da China com um Estado estratégico dentro de sua área de influência.

4.1 BRASIL EM FOCO

Dividido em 26 estados e o Distrito Federal, a República Federativa do Brasil é o sexto maior país do mundo e se estende por mais de 8 milhões de km²; faz fronteira com quase todos os países da América do Sul (com exceção de Chile e Equador) e representa uma população de

³⁹ Ver mais em LOPES (2011).

⁴⁰ Ver mais em SYLLA (2017).

aproximadamente 217 milhões de pessoas, sendo assim o sétimo país mais populoso do globo. O seu PIB PPC de quase US\$ 3 trilhões faz do Brasil a 8ª economia do mundo. E das 82 Organizações Internacionais que o Brasil faz parte, é interessante frisar aqui o Mercosul e os BRICS (CIA, 2022). “Sob o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) o Brasil era visto como um dos mercados emergentes mais fortes do mundo e um contribuinte para o crescimento global⁴¹” (CIA, 2022, tradução da autora). E o terceiro mandato de Lula (2022-2026) indica uma provável reinserção do Brasil na arena política e econômica internacional após o interregno diplomático do mandato de Bolsonaro.

Isso não significa uma repetição das medidas anteriores do Brasil, uma vez que o cenário internacional do início do milênio não pode ser replicado. No entanto, indica uma facilidade para as análises quanto às relações internacionais brasileiras, já que Lula da Silva anuncia postura a interesses de política e economia internacional já conhecidos: esforço em restaurar o capital político e econômico brasileiro aos níveis pré-golpe de 2016 (VILARINHO, 2023). Hoje, as principais questões internacionais para o Brasil giram em torno das consequências da crise sanitária de 2020, dos conflitos entre Rússia e Ucrânia e dos embates comerciais, políticos e de segurança entre EUA e China (VILARINHO, 2023).

E não só isso, como evidenciada pela participação de Lula da Silva na COP 27 (27ª Conferência do Clima da Organização das Nações Unidas), a agenda climática é um ponto interessante de manobra para o Brasil no sistema internacional, tanto no âmbito político quanto econômico. Metas quanto ao combate ao desmatamento e o garimpo ilegal, maior regulamentação da mineração e a preservação do meio ambiente agradam demais líderes estrangeiros, especialmente os europeus, como Macron (VILARINHO, 2023), resultam na liberação de verbas, como aquelas vindas da Noruega e Alemanha⁴², e aparecem também na estratégia de parceria entre Brasil e China.

A reafirmação do Brasil como player relevante na política mundial, especialmente na agenda da governança ambiental e climática, endossa e articula ações dos governos subnacionais da Amazônia brasileira, na perspectiva de atrair investimentos e direcionar arranjos de cooperação técnica e financeira para a periferia do sistema-mundo. A Amazônia se apresenta como região-solução para reduzir emissões de gases do efeito estufa e promover políticas públicas de desenvolvimento sustentável local e global (PINTO, 2022).

A floresta amazônica serve ao sistema internacional como uma solução à emissão de carbono global, o que inclui as emissões chinesas. Esse “esquema de lavagem de reputação

⁴¹ Under President Luiz Inacio LULA da Silva (2003-2010) Brazil was seen as one of the world's strongest emerging markets and a contributor to global growth

⁴² Ver mais em ALEMANHA (2022).

climática” acontece por meio da compra de créditos de carbono e investimentos em fundos de preservação ambiental. Hoje, observa-se que o discurso de Lula da Silva indica o retorno do uso da Amazônia como ativo na política brasileira, atraindo investimentos estrangeiros e dando ao Brasil maior capacidade de barganha em acordos internacionais. Nessa perspectiva, a renovada agenda climática brasileira apresenta-se como oportunidade para que a China compense as emissões resultantes da BRI e assim resulte em projetos conjuntos favoráveis ao Brasil (PINTO, 2022).

Como já mencionado, a política externa chinesa tornou-se mais ativa sob Xi em 2013, logo, durante os dois primeiros mandatos de Lula da Silva o CPC ainda seguia “*Tao Guang Yang Hui*”, ou seja, seguia uma postura mais reservada, preocupada em evitar atenção internacional e consequentes obstáculos à sua política econômica e autonomia nacional. Portanto, observa-se o desencontro entre os momentos de expansão diplomática de Lula da Silva e aquela protagonizada por Xi. Desencontro que se supera em 2023. E hoje fica clara a intenção brasileira de receber investimentos chineses; ainda em seu primeiro mês no novo mandato Lula da Silva já anuncia planos de fortalecer, não só as relações sino-brasileiras, como também as relações sino-latinas.

[eu] Disse a Lacalle [atual presidente do Uruguai] e digo a meus ministros, vamos intensificar as discussões com a União Europeia e vamos fincar esse acordo para que a gente possa discutir apenas um possível acordo entre China e o Mercosul. Eu acho que é possível (LULA, 2023).

4.2. DO RELACIONAMENTO SINO-BRASILEIRO

Entende-se que a parceria estratégica entre Brasil e China é relevante para a constante reorganização da ordem global; o Brasil (principalmente sob os governos de Lula da Silva e Rousseff) e a China (sob o CPC) compartilham de objetivos similares na sua participação política e econômica no âmbito global, como o interesse na democratização das relações internacionais e o desenvolvimento de uma agenda multipolar, a preocupação na afirmação de sua autodeterminação, e o empenho na sua modernização tecnológica e de infraestrutura (CUNHA, *et al.* 2015).

As relações diplomáticas entre Brasil e China foram firmadas em 1974 (25 anos depois da Revolução Chinesa, e ainda durante o regime de ditadura militar no Brasil) sob o princípio da não ingerência e o respeito a integridade territorial, e se concentraram principalmente nos fluxos de mercadoria (CUNHA, *et al.* 2015; HIRATUKA, 2019). A década de 1980 foi para a China momento marcado pelas reformas econômicas de Dèng e a acentuação de seu crescimento econômico e sua participação política internacional; no Brasil, esse mesmo período

foi marcado pela re-instauração da democracia e o enfrentamento de uma das mais graves crises econômicas de sua história, em decorrência da dívida externa adquirida durante a ditadura, foi chamada de “década perdida” (CUNHA, *et al.*, 2015, p. 144).

A “década perdida” recebeu esse nome por conta da estagnação econômica resultante das medidas fiscais, comerciais e sociais impostas pelo FMI, conforme a formulação do Consenso de Washington; o que conseqüentemente também significou uma estagnação política devido à subordinação brasileira à globalização liberalizante vinda do Norte Global (CUNHA, *et al.*, 2015). Já na década de 1990, os presidentes brasileiros Franco (1992-1995) e Cardoso (1995-2003) assumiram uma postura mais crítica ao modelo liberal, mesmo que ainda alinhados ao Norte Global. Assim, o Brasil apresentou-se mais interessado nas articulações de cooperação Sul-Sul com outros países em desenvolvimento, como aqueles que hoje fazem parte dos BRICS – Rússia, Índia, China e África do Sul – mas principalmente a China (CUNHA, *et al.*, 2015).

A cooperação no setor científico-tecnológico foi um dos campos em que mais se desenvolveram contatos e onde mais se avançou na tessitura de acordos em diversos níveis. O desenvolvimento maior nessa área se deu em consequência do reconhecimento do potencial de colaboração existente em vista de certas similitudes de condições de desenvolvimento e da existência de considerável margem de complementaridade entre as estruturas industriais e de pesquisa [entre Brasil e China], sendo que os setores mais beneficiados pela celebração desses acordos foram os de geociências, exploração de petróleo, aeronáutica e aeroespacial, transportes, medicina e saúde, fontes de energia, tecnologia da informação, recursos hídricos, indústria química, biotecnologia e agropecuário (CUNHA, *et al.*, 2015. p.147).

No começo do século XXI o relacionamento sino-brasileiro ganhou maior relevância, uma acentuada aproximação entre China e Brasil aconteceu no começo dos anos 2000 até 2011 – durante os mandatos de Lula da Silva (2003-2011) –, esse avanço desacelerou depois de 2011 – durante os mandatos de Rousseff (2011-2016) – e entre 2015 e 2016 esse relacionamento se contraiu – durante o golpe contra Rousseff e o governo de Temer (2016-2018) (HIRATUKA, 2019), culminando em uma crise diplomática entre Brasil e China durante o mandato de Bolsonaro⁴³ (2019-2022) (vide Figuras 5 e 6).

Entretanto, o mandato de Bolsonaro não significou a ruptura dos laços políticos sino-brasileiros, em vez disso a China continuou bastante presente no comércio (vide Figuras 6 e 7), e seus investimentos no país não tiveram mudanças significativas (vide Figura 11). É assumido que eventuais flutuações em 2020 sejam resultado da Pandemia, uma vez que a falta de diálogo diplomático entre Brasil e China foi superado com a substituição do governo federal brasileiro por agentes paradiplomáticos brasileiros, como, por exemplo, o então governador do estado de

⁴³ Ver mais em CAPOMACCIO (2021).

São Paulo, Dória (2019-2022), com a introdução de projetos como o Missão China⁴⁴ e a parceria entre Sinovac e Instituto Butantã para o desenvolvimento de vacinas contra o vírus pandêmico.

Hoje, a China e o Brasil compartilham de mecanismos de cooperação de alto nível e fazem parte de uma “parceria estratégica global”, como exemplo disso temos o Comitê de Coordenação e Cooperação de Alto Nível China-Brasil (COSBAN), o Comitê Conjunto de Intercâmbio e Cooperação Brasil-China (JIANG, 2020), BRICS e o Programa CBERS (Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres). A introdução do Brasil nos acordos relativos à BRI apresenta-se como uma extensão natural tanto por parte da Iniciativa chinesa quanto por parte do histórico do relacionamento sino-brasileiro (JIANG, 2020).

Além disso, é interessante mencionar o Programa de Parcerias de Investimento (PPI⁴⁵), proposto por Temer em 2016, e que já anunciou 250 projetos que visam melhorar a infraestrutura brasileira, sua malha rodoviária, portos, aeroportos e a malha energética. Esse é um tipo de projeto que, assim como a BRI, demanda alta intensidade de capital e dificuldade técnica, e tem um retorno lento dos investimentos. Assim, também por terem propostas muito similares, o PPI pode funcionar como facilitador da introdução da BRI no território brasileiro (JIANG, 2020).

4.2.1. No Comércio

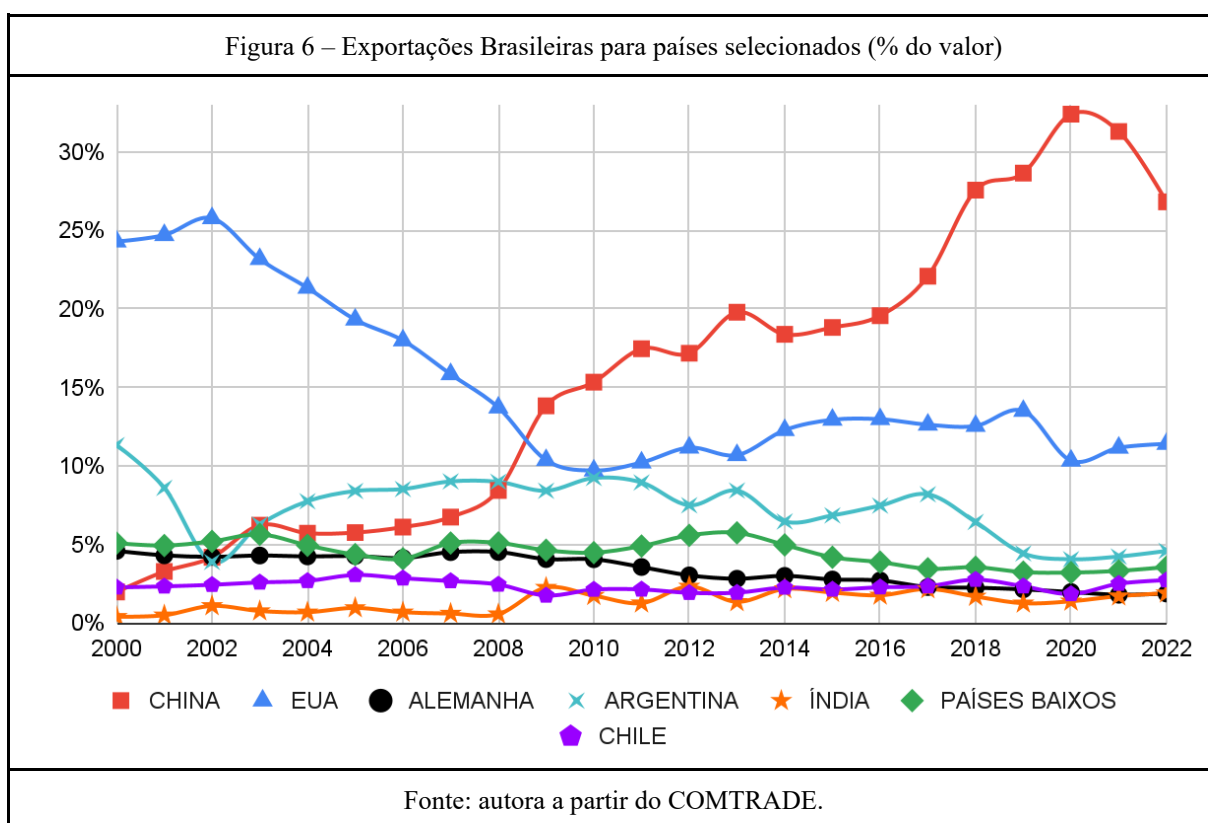
De acordo com o Observatório de Complexidade Econômica (OEC, 2023), em dezembro de 2022, as exportações com origem no Brasil destinaram-se principalmente para: (i) China (US\$ 6,53 Bilhões); (ii) EUA (US\$ 3.6 Bilhões); (iii) Argentina (US\$ 978 Milhões); (iv) Países Baixos (US\$ 779 Milhões); e (v) Chile (US\$ 704 Milhões). E as importações com destino ao Brasil são, principalmente, vindas da(dos): (i) China (US\$ 4.72 Bilhões); (ii) EUA (US\$ 3.84 Bilhões); (iii) Alemanha (US\$ 1.09 Bilhões); (iv) Argentina (US\$ 981 Milhões); e (v) Índia (US\$ 906 Milhões). Sendo estes, então, os atuais principais parceiros comerciais do Brasil (e os países selecionados nas Figuras 6 e 7).

Como ilustrado pela Figura 6, nota-se que, enquanto as exportações brasileiras para Alemanha, Chile, Índia e Países Baixos mantiveram-se estáveis entre 2000 e 2020; aquelas com destino a Argentina, China e EUA apresentaram maiores alterações. Depois de uma queda entre 2000 e 2002, as exportações para a Argentina mantiveram-se em torno dos 10% até 2017,

⁴⁴ Ver mais em MISSÃO (2019).

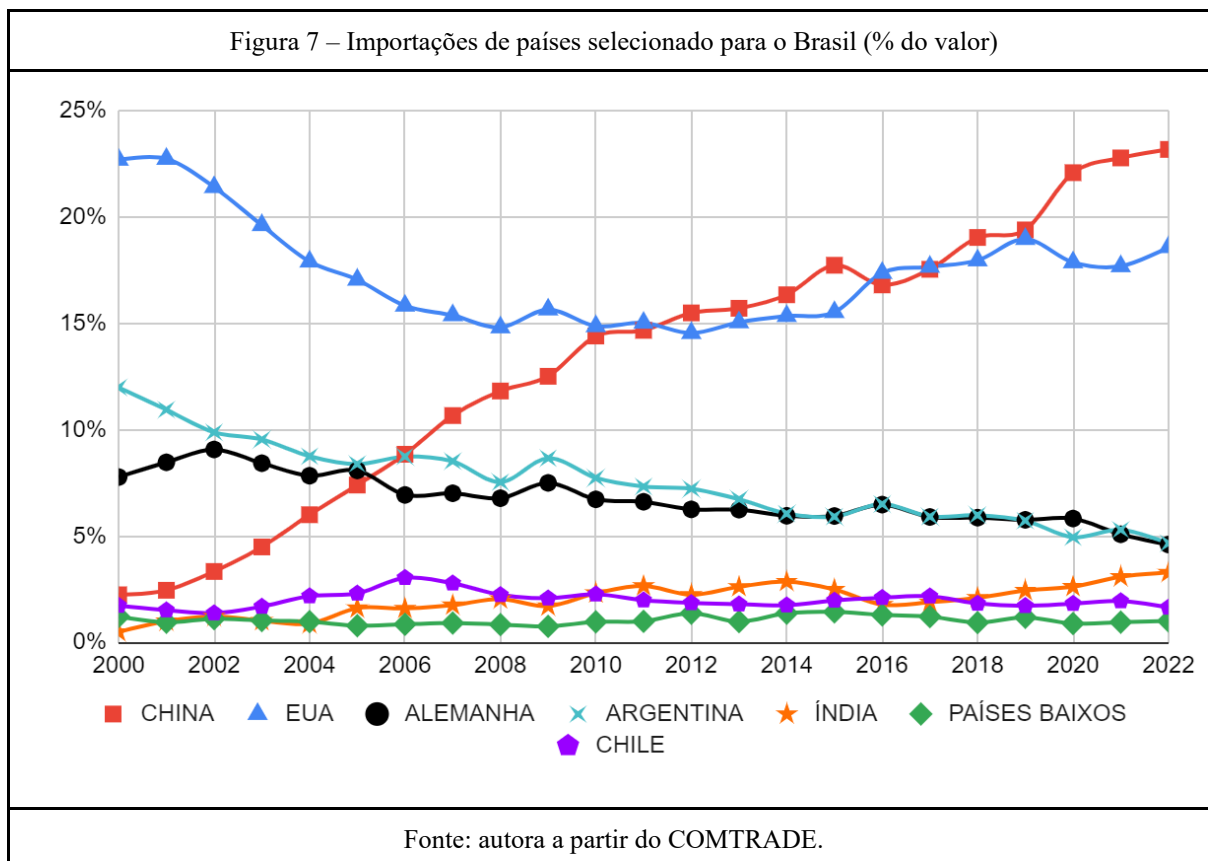
⁴⁵ Ver mais em PPI (2023).

momento que mais uma vez presenciaram queda. As exportações para a China seguiram um padrão de crescimento moderado entre 2000 a 2008 – quando sua participação no mercado brasileiro se igualou à Argentina – depois disso apresentaram crescimento acelerado superando a presença dos EUA entre 2008 e 2009; e de 2019 até hoje a China mantém, com grande margem, o posto de principal destino das exportações brasileiras. Já as exportações para os EUA apresentaram um padrão oposto ao chinês, depois de um crescimento moderado entre 2000 e 2002 a participação dos EUA teve queda acentuada até 2010, momento em que perdeu o posto de principal parceiro comercial do Brasil para a China, e teve sua participação igualada à Argentina, depois disso, mesmo com algumas flutuações sua participação não ultrapassou a faixa de 15%.



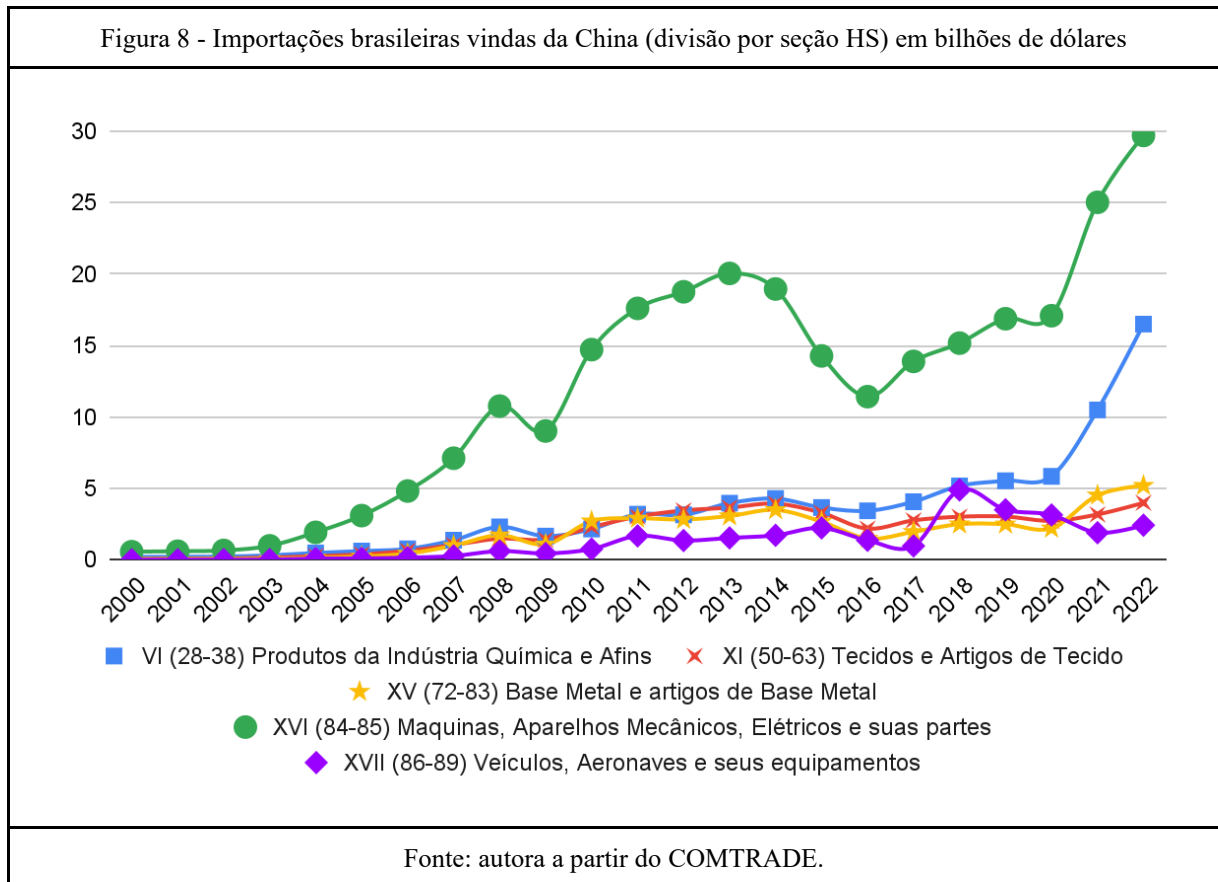
A presença chinesa nas importações brasileiras se comporta de forma semelhante ao quadro sobre exportações, como ilustrado na Figura 7, é possível identificar três aglomerados, (i) um formado por Países Baixos, Índia e Chile sem alterações notáveis e com presença pouco expressiva em comparação com os demais países selecionados; (ii) outro aglomerado formado por Argentina e Alemanha, onde ambas têm sua representação nas importações brasileiras diminuindo entre 2000 e 2020; e por último, (iii) o terceiro aglomerado com Estados Unidos e China. Entre 2000 e 2010 nota-se tanto uma queda na presença estadunidense nas importações brasileiras quanto um crescimento acentuado por parte da China, entre 2010 e 2019 ambos os

países mantiveram uma presença muito similar, e em 2019 as linhas se destoam e a presença chinesa supera a dos EUA por uma margem maior. Dessa forma, é constatado que a China é a principal parceira comercial do Brasil tanto nas Importações quanto nas Exportações.

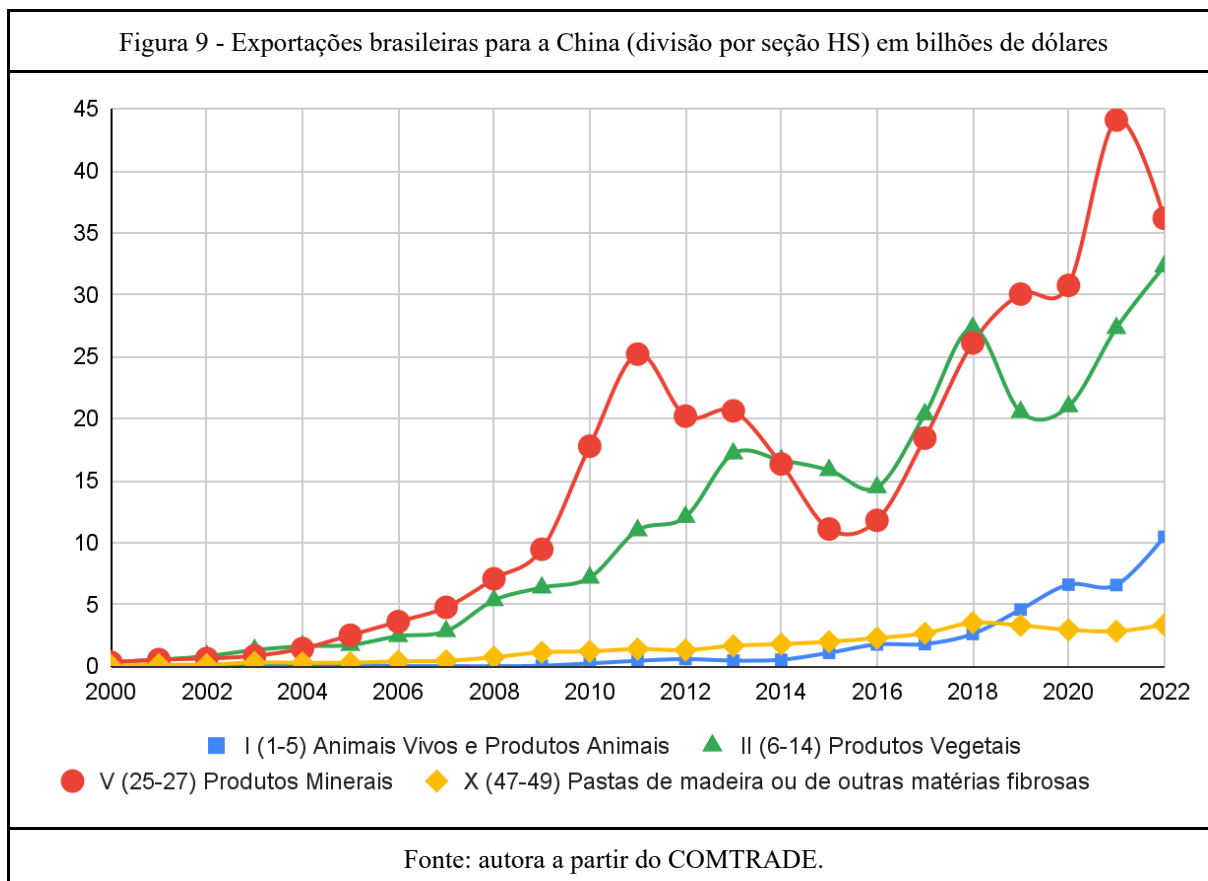


Visto o total das importações e exportações no comércio sino-brasileiro, se faz necessário analisar as particularidades dessas trocas. A Figura 8 analisa as importações brasileiras vindas da China destaca de forma expressiva a seção XVI (que corresponde a máquinas e aparelhos mecânicos, equipamento elétrico e suas partes, gravadores e reprodutores de som, gravadores e reprodutores de imagem e som de televisão, suas partes e acessórios – o que inclui reatores nucleares, caldeiras, máquinas e aparelhos mecânicos, e suas partes, máquinas e equipamentos elétricos e suas partes, gravadores e reprodutores de som, gravadores e reprodutores de imagem e de som de televisão, suas partes e acessórios) em verde com círculos; a seção VI (que corresponde a produtos das indústrias químicas ou afins – o que inclui químicos inorgânicos; compostos inorgânicos ou orgânicos de metais preciosos, elementos radioativos ou de isótopos; químicos orgânicos; produtos farmacêuticos; fertilizantes; extratos de curtimento ou tinturas; preparações de perfumaria, cosméticos ou produtos para lavagem, lubrificantes, ceras artificiais, produtos dentários; substâncias albuminoides; amidos modificados; colas; enzimas; explosivos; produtos pirotécnicos; partidas; ligas pirofóricas;

certas preparações combustíveis; produtos fotográficos ou cinematográficos; e produtos químicos diversos) em azul com quadrados.



Quanto às exportações brasileiras com destino à China vemos três linhas de destaque na Figura 9: a Seção V (que corresponde à Produtos Minerais – o que inclui sal, enxofre, terras e pedra, materiais de gesso, cal e cimento, minérios, cinzas, combustíveis minerais, óleos minerais e produtos de sua destilação, substâncias betuminosas e ceras minerais) em laranja com círculos; a Seção II (referente à Produtos Vegetais – o que inclui plantas vivas e suas partes, vegetais comestíveis e certas raízes e tubérculos, frutas e nozes comestíveis, casca de frutas, café, chá, mate e especiarias, cereais, produtos da indústria de moagem, malte, amidos, inulina, glúten de trigo, sementes e frutas oleaginosas, grãos, sementes e frutas diversos; plantas industriais ou medicinais, palha e forragem, laca, gomas, resinas e extratos vegetais) em verde com triângulos; e a seção I (referente à animais vivos e produtos animais – o que inclui carne e miúdos comestíveis, peixes e crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos, produção de laticínios; ovos de aves; mel natural; e demais produtos comestíveis de origem animal) em azul com quadrados.

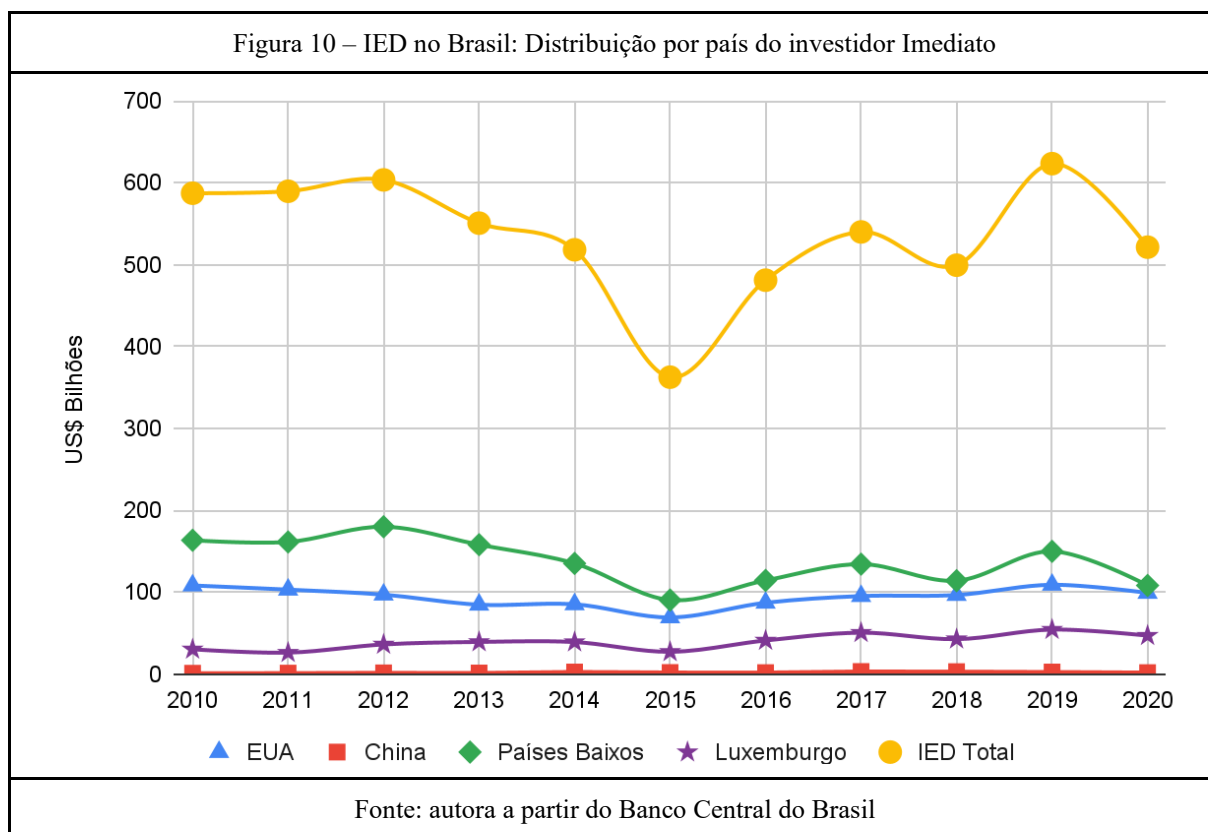


Com base nos gráficos das Figuras 8 e 9 constata-se que as relações de comércio sino-brasileiras apresentam tendência geral de crescimento, com alguns setores muito mais acentuados que outros. Nota-se que a maioria dos bens que o Brasil importa da China são máquinas e aparelhos mecânicos e elétricos, e produtos da indústria química, ou seja, produtos industrializados, com maior valor agregado e provenientes de um processo de produção e desenvolvimento mais complexo. E, em contrapartida, o Brasil exporta para a China principalmente produtos minerais, vegetais e animais, ou seja, exporta commodities, produtos de baixo valor agregado, provenientes da agricultura/agroindústria e mineração; são também produtos que se encaixam na classificação do CPC como setores encorajados para o investimento chinês (ver Quadro 1).

4.2.2. Nos Investimentos

Hoje a China é o principal parceiro comercial do Brasil, tanto em importações quanto em exportações (CIA, 2022), e o ano de 2024 representa o marco de meio século de relações diplomáticas entre o Brasil e a República Popular da China. Mas a participação de empresas chinesas no Brasil ainda é bem menor que aquela de tradicionais investidores na região, como EUA e Europa (vide Quadro 2 e Figura 10), ainda assim é notável que o crescimento do IED

chinês no Brasil acontece de forma acelerada e se apresenta como tópico de importância crescente (HIRATUKA, 2019), ainda mais agora que a postura de expansão diplomática de Lula da Silva encontra a de Xi, um ambiente propício para o acordo de projetos ambiciosos.



Quadro 2 – IED no Brasil entre 2010 e 2020 – Participação no capital em US\$ milhões. Distribuição por país do investidor imediato⁴⁶

	Média do valor Investido	Total do valor Investido	%	classificação
Total	534 214	5 876 349	100,00%	-
Países Baixos	137 072	1 507 788	25,66%	1
Estados Unidos	93 917	1 033 087	17,58%	2
Espanha	62 487	687 359	11,70%	3
Luxemburgo	39 287	432 154	7,35%	4
França	27 580	303 375	5,16%	5
...				
Alemanha	11 168	122 848	2,09%	10
México	10 449	114 935	1,96%	11
Chile	9 234	101 572	1,73%	12
Ilhas Virgens Britânicas	7 250	79 748	1,36%	13
Itália	6 860	75 462	1,28%	14

⁴⁶ Investidor imediato participa diretamente no capital da empresa investida com poder de voto igual ou superior a 10%.

Bermudas	5 853	64 387	1,10%	15
...				
Uruguai	3 575	39 320	0,67%	22
Austrália	3 048	33 528	0,57%	23
Irlanda	1 929	21 216	0,36%	24
Áustria	1 926	21 181	0,36%	25
Panamá	1 917	21 088	0,36%	26
China	1 842	20 257	0,34%	27
...				
África do Sul	275	3 022	0,05%	40
Peru	220	2 415	0,04%	41
Israel	200	2 200	0,04%	42
Liechtenstein	188	2 067	0,04%	43
Nova Zelândia	163	1 788	0,03%	44
Emirados Árabes Unidos	143	1 575	0,03%	45
...				
Fonte: autora a partir do Banco Central do Brasil				

Observando a Figura 10 e o Quadro 2 é possível identificar a participação chinesa no Investimento Externo Direto no Brasil como pouco expressiva, sendo, no geral, menor que o investimento irlandês no Brasil. De acordo com os dados fornecidos pelo Banco Central do Brasil, o total de IED Chinês feito no Brasil entre 2010 e 2020 corresponde à aproximadamente US\$ 20.257 bilhões, uma média de US\$ 1.841 bilhões por ano, o que corresponde à 0,34% do IED total feito no Brasil neste período; enquanto os investimentos da Irlanda totalizam em aproximadamente US\$ 21.215 bilhões, uma média de US\$ 1.928 bilhões, o que corresponde a 0,36% do IED total no Brasil. É importante frisar essa comparação porque a Irlanda é um Estado que não aparece em qualquer discussão quanto à agência em mudanças na Ordem Global ou a respeito de disputas de interesse na América Latina.

Não só a Irlanda, como se tem 26 países que participam mais do IED no Brasil que a China, em sua maioria, países que assim como a Irlanda, nunca foram cogitados como sucessores hegemônicos ou desafiadores da atual balança de poder internacional, como México, Uruguai, Panamá, Noruega e Suécia. A partir da Figura 4 e do Quadro 2 também é possível visualizar que os Estados Unidos não são o Estado que mais participa do IED no Brasil, esse título pertence aos Países Baixos (Holanda), que investiu mais de US\$ 400 bilhões a mais que os EUA no Brasil de 2010 a 2020. Entretanto, os Países Baixos – assim como a Irlanda e os demais países usados como exemplo acima – não foram identificadas como atores que afrontam a Doutrina Monroe ou desestabiliza a influência dos EUA na região.

Mas, superando uma análise mais superficial, é interessante apontar que estes dados podem não significar a totalidade dos investimentos de capital chinês no Brasil.

[...] Nem todos os países fornecem dados sobre os ingressos de IED por origem do capital e isso significa que há países que são excluídos das estatísticas; por outro, porque grande parte dos fluxos de capitais não entra diretamente da China, mas é investido por meio de terceiros mercados. Este último é o fator mais relevante neste caso. Em estudo sobre o Brasil, por exemplo, estimou-se que em 2016, 80% dos investimentos de origem chinesa entraram por meio de terceiros países, principalmente Luxemburgo e Países Baixos⁴⁷ (Banco Central do Brasil, 2018 apud CEPAL, 2021, p. 105 tradução nossa).

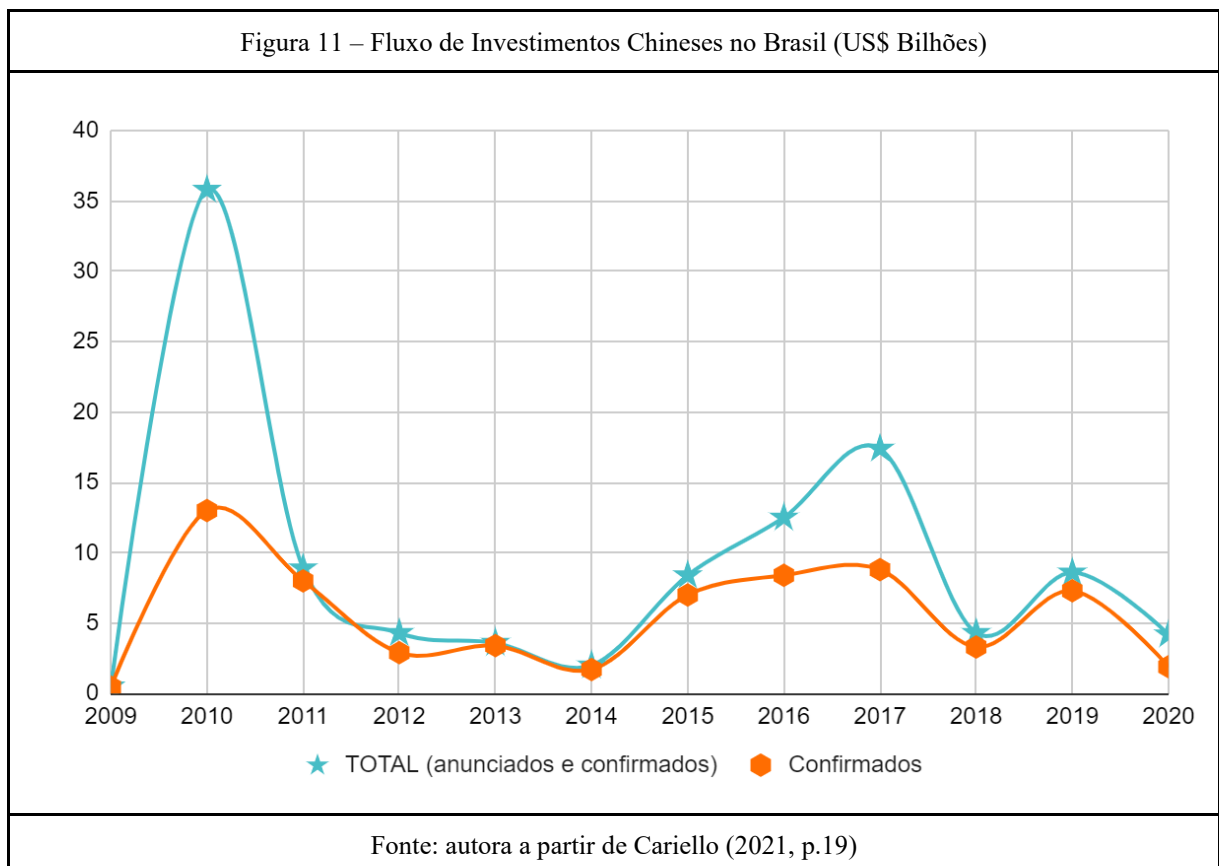
Ao observar apenas os investimentos que entram diretamente da China, negligencia-se aquele capital chinês que passa por terceiros mercados, ou seja, as transações indiretas. A utilização de países terceiros é uma estratégia que pode ser utilizada para evitar tributações, através da intermediação dos investimentos por Paraísos Fiscais. Nesta configuração, o fluxo deixa de apresentar sua origem como China e passa ser caracterizado como capital de países como Luxemburgo e Países Baixos. Isso é possível quando o país de origem real do capital abre empresas *offshore* nesses paraísos e de lá realizam seus investimentos; assim o fluxo de capital é contabilizado em um país, mas não é lá onde a operação é liquidada.

Como já explicitado no capítulo anterior, a economia política chinesa – tanto nacional, quanto internacional – é particular à sua configuração, com ênfase na participação estatal e na organização dos planos quinquenais de desenvolvimento. Assim, enquanto comumente atribui-se a razão de evitar taxações no uso de terceiros Estados para a realização de transações indiretas, no caso chinês é possível entender que este comportamento pode ser resultado também da tentativa das empresas de se evitar as restrições nas categorias de investimento (vide Quadro 2) a fim de conter-se apenas nas flutuações do mercado, sem a influência dos interesses do Estado Chinês.

O investimento chinês no Brasil manteve-se muito baixo até 2009. Já o ano de 2010 foi marcado por um primeiro pico de interesse, o ano da “descoberta” (CARIELLO, 2021, p.18). Entretanto, esse entusiasmo não se manteve por toda a década. Mesmo os números permanecendo superiores àqueles pré-2010, é possível observar que entre 2011 e 2014 houve uma constante queda nos investimentos, e de 2015 em diante a quantia investida oscilou

⁴⁷ [...] No en todos los países se proporcionan datos sobre las entradas de IED por origen del capital y eso significa que hay países que están excluidos de las estadísticas; por otro lado, porque gran parte de los flujos de capital no ingresan directamente desde China, sino que se invierten a través de terceros mercados. Este último es el factor más relevante en este caso. En un estudio sobre el Brasil, por ejemplo, se estimó que en 2016 el 80% de las inversiones de origen chino ingresaron a través de terceros países, sobre todo Luxemburgo y los Países Bajos.

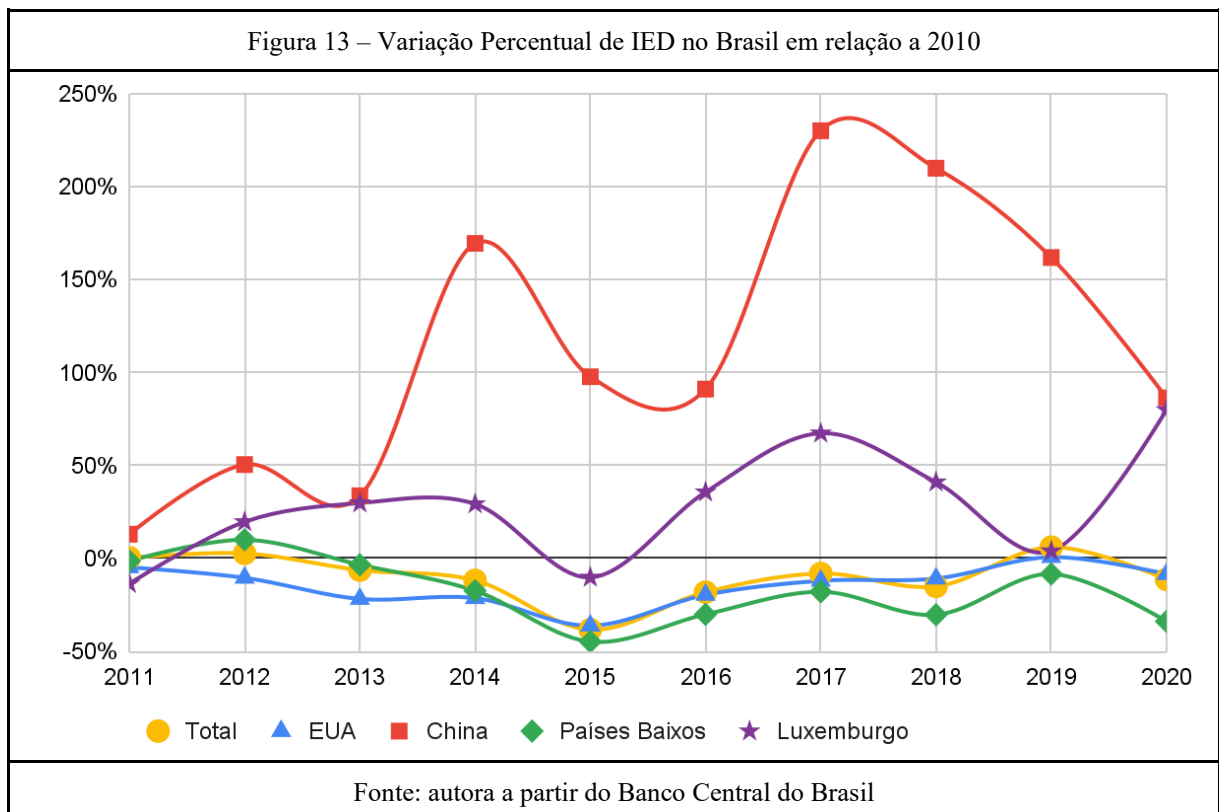
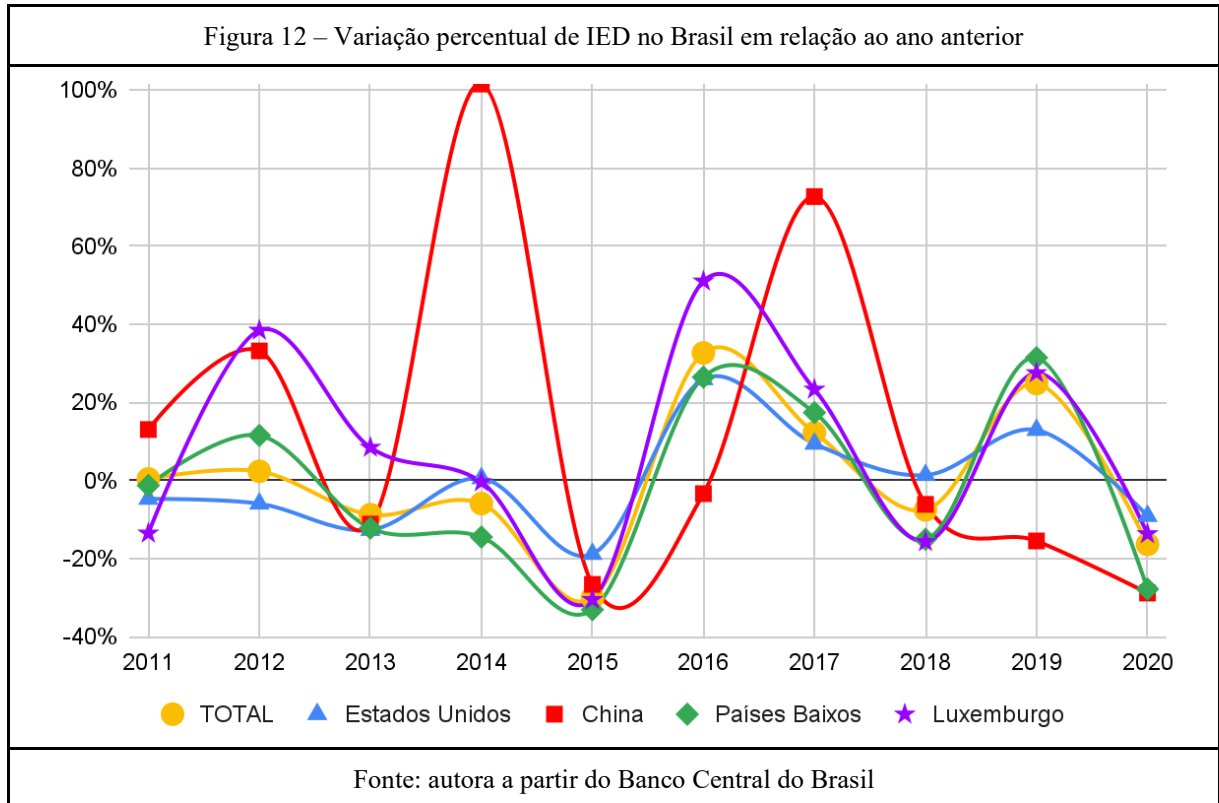
bastante (HIRATUKA, 2019; CARIELLO, 2021) como ilustrado na Figura 11. Ambas as Figuras 12 e 13 indicam o percentual de variação no investimento externo direto feito no Brasil, e apesar de seus referenciais de tempo distintos (uma em relação ao ano anterior e outra em relação à 2010, respectivamente), ilustram um mesmo movimento: de que a China não acompanha as mesmas tendências que o restante do mundo quanto ao IED aplicado no Brasil.



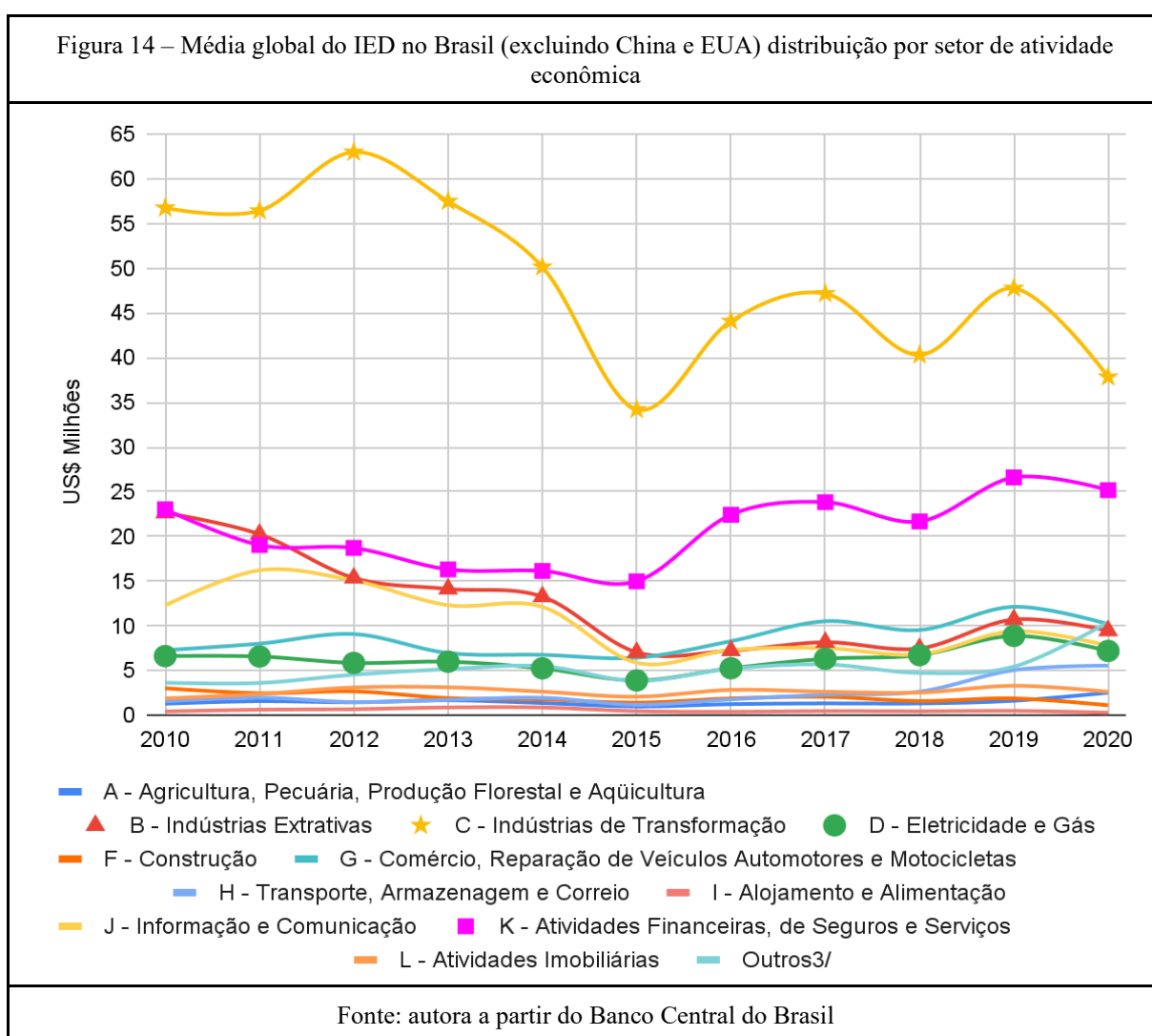
Observa-se que as linhas indicando o IED total (amarelo com círculos) e o IED dos dois maiores investidores no Brasil – Países Baixos (verde com losangos) e Estados Unidos (azul com triângulos) – quase se sobrepõem, enquanto a linha chinesa (vermelha) se destaca por apresentar um padrão distinto. A partir disto, é possível entender que, em vez de acompanhar as flutuações do mercado, como o restante do globo, o investimento chinês é feito a partir de uma lógica própria de internacionalização de capital.

Capital estrangeiro e empresas transnacionais – especialmente vindos dos EUA, Europa Ocidental e Japão – foram, e são, protagonistas em todo o processo de industrialização brasileiro. Primeiramente, os setores brasileiros que mais receberam IED foram aqueles relacionados à manufatura, ou seja, os setores inseridos na estratégia de substituição de importações. Hoje, entretanto, com uma mudança nesses fluxos, nota-se que a maioria dos

investimentos estrangeiros no Brasil concentra-se em serviços, especialmente em telecomunicações, serviços financeiros e no setor de energia (HIRATUKA, 2019).



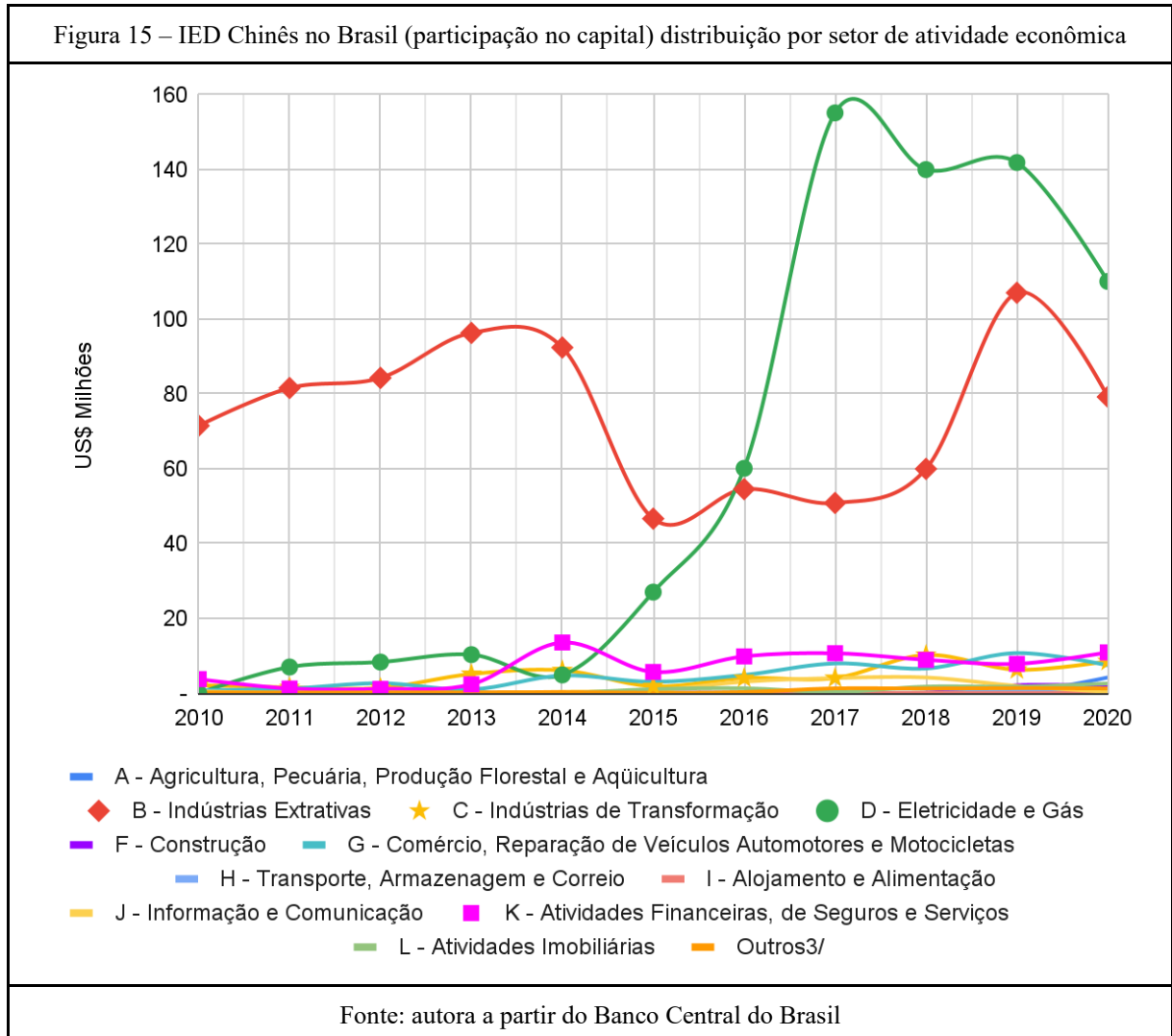
O gráfico da Figura 14 foi feito a partir da média de todos os Investimentos Diretos feitos do Brasil, distribuídos por setor de atividade econômica e por país do controlador final⁴⁸ levando em conta os países que constam na base de dados do Banco Central do Brasil, excluindo China e Estados Unidos. Dessa forma, é possível identificar as tendências de investimento do restante do globo. Nota-se que grande parte do IED no Brasil se concentra na Indústria de Transformação (amarelo com estrelas); que Atividades Financeiras, de Seguros e Serviços Relacionados (rosa com quadrados) ganha destaque a partir de 2017; e que Indústrias Extrativas (vermelho com losangos) – que até 2014 mantinha-se próxima de Atividades Financeiras – sofreu queda entre 2014 e 2015 e manteve-se baixa.



A Figura 15 ilustra a distribuição do IED chinês no Brasil por atividade econômica, e a partir dela nota-se que o setor de Indústrias Extrativas se manteve – apesar de certas oscilações

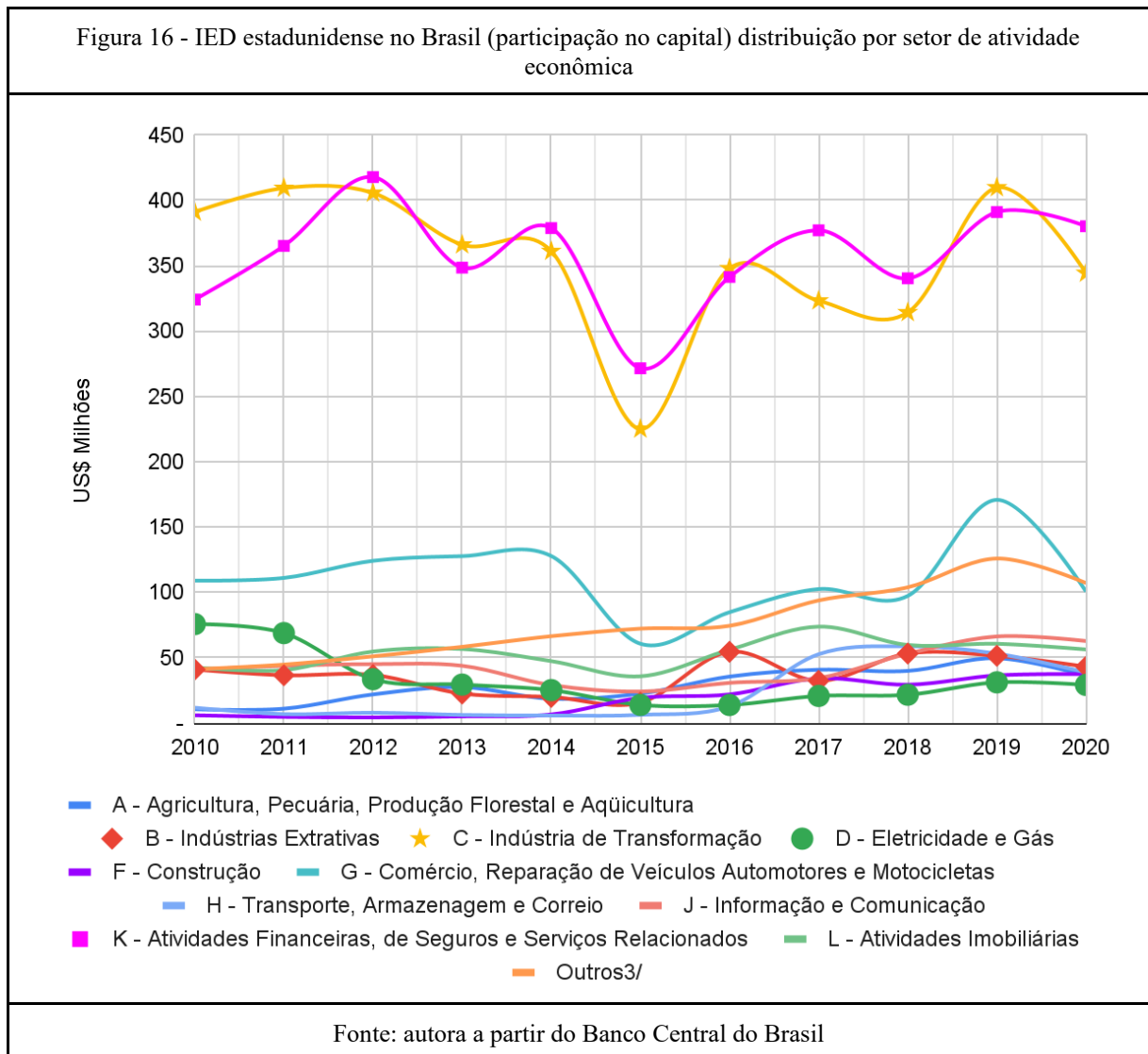
⁴⁸ O controlador final ocupa o topo da cadeia de controle e não necessariamente coincide com o investidor imediato, que participa diretamente no capital da empresa investida

entre 2014 a 2018 – como um dos principais focos do investimento chinês no Brasil, sendo o setor mais investido até 2016 quando foi ultrapassado pelo setor de Eletricidade e Gás (verde com círculos), este que cresceu substancialmente desde 2014, com pico em 2017.



A Figura 16 ilustra a distribuição do IED estadunidense no Brasil por atividade econômica e a partir dela nota-se um foco contínuo nos setores de Indústria de Transformação e Atividades Financeiras, de Seguros e Serviços Relacionados, ambos apresentando oscilações semelhantes. É interessante apontar que os setores priorizados pela China aparecem com pouca participação no cenário estadunidense, e vice-versa. Observando as Figuras 14, 15 e 16 é possível identificar que o IED chinês no Brasil foca em setores muito distintos daqueles que os EUA e o restante do globo investem: os setores de Indústria de Transformação e Atividades Financeiras, de Seguros e Serviços Relacionados aparecem na base no quadro chinês, com pouco investimento comparado com os setores destacados supracitados; e Indústrias Extrativas e Eletricidade e Gás não se destacam no quadro estadunidense, também próximos à base do

gráfico. Apesar de não serem idênticos, os investimentos dos EUA são bem mais similares aos do resto do mundo.



4.3 TRILATERALIDADE

Aqui, o termo Trilateralidade é posto como referência ao relacionamento trilateral que envolve China, Brasil e Estados Unidos. No início dos anos 1800 os Estados latino-americanos – muitos deles recém independentes – deixaram para trás o antigo relacionamento de colônia-metrópole para serem submetidos à Doutrina Monroe; política internacional dos EUA sobre o restante da América, que rejeitava qualquer outra interferência externa na área, se não a dos EUA. O Corolário Roosevelt, a "Política do *Big Stick*" introduzido no início dos anos 1900, concedeu aos Estados Unidos autorização para o uso da força para assegurar seus interesses na América Latina. Durante a década de 1960 a diplomacia dos EUA ocupou-se com o financiamento de golpes militares de extrema-direita na América Latina para evitar movimentos

entendidos como comunistas na região (PIRES & NASCIMENTO, 2020). No geral, apesar das mudanças na política externa estadunidense na América Latina ao longo do tempo, um elemento não mudou: sua intensa influência na região que é impossível de ser ignorada quando se trata das configurações de novas parcerias destes países.

Depois de quase 200 anos sob a Doutrina Monroe, o presidente democrata Obama (2009-2017) anunciou em 2013 o fim da postura “América para os Americanos”, em favorecimento de um relacionamento pautado em respeito e interesses mútuos. Mas essa mudança expirou-se sob o mandato do republicano Trump (2017-2021), que redirecionou as mesmas ansiedades que puseram de pé a Doutrina Monroe anos antes, sobre as diplomacias da Rússia, e principalmente, da China, colocando-as como potências interessadas em “se aproveitar” dos povos latinos (PIRES & NASCIMENTO, 2020).

Enquanto Bush e Obama não enxergavam a presença econômica chinesa no continente americano como uma ameaça grave às estratégias estadunidenses, esse não foi o entendimento de Trump, e também não representa a percepção do atual presidente dos EUA, Biden. Observa-se que o governo do democrata Biden reconhece a China como a principal ameaça – tanto política, quanto econômica – aos interesses dos Estados Unidos (PECEQUILO, 2021). Assim, não é absurdo entender que a presença chinesa na América do Sul seja uma grande preocupação para o presente governo estadunidense, e que a Doutrina Monroe ainda seja instrumentalizada por Biden, mesmo que não tão explicitamente como em Trump.

4.3.1. Guerra Comercial e outras divergências

Como já mencionado, um ponto de preocupação para o Brasil, e também para o restante do globo, é o agravamento das tensões entre Estados Unidos e China. A chamada Guerra Comercial entre Estados Unidos e China se iniciou em julho de 2018 quando os EUA sob o governo de Trump, impuseram consecutivas tarifas a produtos chineses, que por sua vez receberam retaliações por parte da China, que impôs tarifas aos produtos estadunidenses. Foi um processo não linear, com momentos de acirramento das taxações e momento de acordos e expectativa de resolução (PAUTASSO *et al*, 2021). Inicialmente as tarifas sobre produtos chineses tinham foco aqueles produtos interessantes ao projeto *Made in China 2025*, como maquinário industrial e robótica, mas depois estenderam-se a outros setores. Uma suspensão temporária foi anunciada em 2020 – das tarifas em alguns equipamentos médicos e de proteção sanitária – devido à Pandemia, mas isso não significou o fim desse impasse (PAUTASSO *et al*, 2021).

A Guerra Comercial iniciada por Trump é continuada por Biden e hoje adquire outras facetas, como o âmbito dos investimentos no exterior, uma ofensiva charmosa. O projeto BUILD – Build Back Better World (B3W) – desenvolvido pelo G7 (EUA, Canadá, Alemanha, França, Itália, Japão e Reino Unido) em junho de 2021 com protagonismo do governo Biden é posto como forma de rivalizar a estratégia geopolítica da BRI. É um programa global que busca resolver a deficiência em infraestrutura no Sul Global através de investimentos de capital privado vindo do G7 e seus aliados, e que muito provavelmente atingirá Estados já contemplados pela BRI (MWADI MAKENGO, *et al.*, 2022; LI, 2022; ZHAO, 2021).

A B3W é um projeto ideológico que nomeia valores como democracia, respeito aos direitos humanos e preservação do meio-ambiente (LI, 2022; ZHAO, 2021), como forma de se beneficiar da “vantagem do atrasado⁴⁹” (MWADI MAKENGO, *et al.*, 2022, p. 4), tradução da autora), ou seja, salientar problemas da BRI e apresentar-se como uma alternativa melhor, a partir de um foco na transparência e sustentabilidade. Mas é interessante apontar que os países no Sul Global necessitam de aproximadamente US\$ 40 trilhões em investimentos em infraestrutura e em financiamentos para o seu desenvolvimento para alcançar os níveis de infraestrutura do Norte Global. Esse é um valor que não pode ser suprido apenas pelas empresas e bancos estatais chineses, que já não estão com o mesmo fôlego, de acordo com as tendências econômicas. Dito isso, é pouco provável que projetos sob o B3W sejam tão atrativos como os projetos da BRI, isso porque a B3W funciona a partir de bancos privados que visam o lucro, diferente dos bancos atrelados à BRI, que são públicos e respondem também às estratégias de longo prazo do CPC (LI, 2022). Assim, apesar de adversários, esses dois projetos (BRI e B3W) podem ser instrumentalizados como complementares pelos Estados receptores (MWADI MAKENGO, *et al.*, 2022).

A retórica anti-china alimentada por Trump – e continuada durante o mandato de Biden – às bases conservadoras e grupos ligados aos setores produtivos nos EUA, acontece devido ao temor de que a China supere os EUA quanto à competitividade tecnológica e o domínio sobre a informação, seja devido à obtenção e controle de inteligência, quanto a táticas de *soft power* (PAUTASSO *et al.*, 2021). Com a intenção de conter a China, a Guerra Comercial se caracteriza também como uma guerra híbrida.

[...] há um intento de recriar uma Nova Guerra Fria, afinal a China é o atual país desafiante da hegemonia estadunidense e comandado por um Partido Comunista de tradições marxistas-leninistas. Ora, os EUA replicam a lógica de contenção como forma de coesionar seus aliados e evitar a expansão do rival, enquanto criam tensões

⁴⁹Taggard's advantage

através da Guerra Comercial, do apoio aos movimentos separatistas na China, do cerco militar, etc.. (PAUTASSO *et al*, 2021, p. 20).

Existe o receio de que a Guerra Comercial, então Híbrida, se desenvolva para uma Guerra Convencional. Reconhece-se nos EUA um possível interesse em utilizar-se de aliados na região, como Austrália e Japão, em uma guerra por proxy com a China em torno da reivindicação de caráter estatal à ilha de Taiwan. A renúncia de Cài Yīngwén – Partido Democrático Progressista, pró-independência – da presidência de Taiwan indica que a ilha tem mais interesse em manter o status quo do que participar de um conflito com a China. Mas apesar disso, a probabilidade de uma guerra por proxy contra a China não é nula, principalmente quando se observa a situação dos conflitos envolvendo a Rússia, outra grande adversária dos EUA no sistema internacional (LANDER, 2023).

A simbiose das relações sino-estadunidenses entrelaça camadas de cooperação e competição, podendo resultar em acomodação, mas também encerrando grande potencial disruptivo, não somente pela divergência dos projetos de globalização, mas pelas contradições típicas dos períodos de transição sistêmica (PAUTASSO *et al*, 2021, p. 21).

As imposições tarifárias entre China e EUA significaram pequena mudança na economia brasileira, com aumentos entre 1% e 2% na exportação de soja e aço, um impacto insignificante no PIB brasileiro (CARVALHO *et. al.*, 2019). Simulações de Carvalho *et. al.* (2019) indicam que a Guerra Comercial entre China e EUA beneficiaria – mesmo que pouco – o mercado brasileiro, que supriria as demandas por produtos vegetais e minerais destes dois países. Mas as preocupações quanto à Guerra Comercial transbordam as trocas mercadológicas; elas tocam em possíveis ameaças à soberania e ingerências nos fluxos comerciais e relações diplomáticas do restante do globo, aqui principalmente o Brasil, com os Estados em disputa, o que dificultaria o desenvolvimento e crescimento político e econômico brasileiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o passar dos anos e dos planos quinquenais, a China ascendeu sua relevância nos fóruns internacionais e intensificou sua presença na economia global, sendo entendida como um dos principais atores nos cenários geopolíticos contemporâneos. Entretanto, as teorias que explicam as relações internacionais foram desenvolvidas para contemplar um recorte específico de Estados Nacionais, as democracias liberais ocidentais, e esses são adjetivos que não são convencionalmente aplicados à China. Governada pelo CPC desde a década de 1950, a China oferece um desafio para os pesquisadores de relações internacionais, a inovação teórica que permita o entendimento holístico da China – sob o Socialismo com Características Chinesas – no sistema internacional.

Hoje, o principal projeto de internacionalização da economia chinesa é a Iniciativa Um Cinturão Uma Rota; também conhecida como BRI. Entende-se que esse projeto configura a expansão de uma EPI nova, diferente da atual ordem global liberal, e protagonizada pela China. Entretanto, não é uma estratégia *totalmente* inédita; ela é muitas vezes comparada com o Plano Marshall e não é muito distante de políticas ditas como keynesianas. Tendo isso em vista, este trabalho se preocupou em esclarecer o caráter da atuação chinesa no Brasil – país que, apesar de sua preponderância na região Sul-Americana, ainda se encontra excluído da BRI – indagando se este relacionamento se encaixa no conceito de globalização embutida, conceito elaborado para entender a internacionalização chinesa.

Para isso foi necessário expor quais são as características do ordenamento interno chinês que a faz tão distinta das democracias liberais ocidentais, e que justificam a preocupação com inovação teórica; o que é o Liberalismo Embutido e porque é preferível utilizar o termo Globalização Embutida para explicar a internacionalização da economia chinesa; como se dá a BRI; como se deu o relacionamento sino-brasileiro e quais são as expectativas dessa integração.

Hoje, a China é uma potência em todas as frentes do tripé básico das relações internacionais: economia, política e segurança. Possui o maior PIB PPC do mundo; está presente e tem nacionais nas chefias dos mais importantes fóruns internacionais; possui grande arsenal nuclear e é o segundo Estado que mais gasta com militarismo no mundo (CIA, 2022; U.S.-CHINA ECONOMIC AND SECURITY REVIEW COMMISSION, 2022). Mas não foi sempre assim. Depois de um processo de colonização e subjugação ao Ocidente por meio de guerras e exclusão do sistema internacional – conhecido como Século de Humilhação – e a resultante revolução comunista (POMAR, 2003), a China passou de país extremamente pobre à potência global devido à sua organização econômica pautada nos Planos Quinquenais de

Desenvolvimento, que garantiram a constante modernização da economia chinesa (FAIRBANCK & GOLDMAN, 2006; JABBOUR & GABRIELE, 2021).

A atual configuração econômica chinesa pode ser simplificada em dois pontos-chave: o domínio das empresas estatais em setores estratégicos; e a manutenção de um bom relacionamento do governo com as empresas privadas e a população, por meio de subsídios estratégicos e programas de bem-estar social (JABBOUR & GABRIELE, 2021). Notavelmente, esses são pontos comuns à estratégia do Liberalismo Embutido.

O poderoso engajamento e intervenção do estado nos assuntos econômicos domésticos e internacionais da China traz as marcas da teoria keynesiana que leva em conta a psicologia humana, a incerteza do sistema e a demanda de liquidez de ativos para a oferta de dinheiro ao moldar as políticas monetárias, fiscais e de investimento do país⁵⁰ (SINTUSINGHA et al. 2021, p. 11, tradução da autora).

O conceito do Liberalismo Embutido foi desenvolvido por Ruggie (1982) para nomear um período intermediário entre o adote do liberalismo clássico e do neoliberalismo. Partindo dos Movimentos Pendulares exposto por Polanyi (1957) – formulação semelhante ao conceito de Revolução Passiva, de Gramsci (1975) – Ruggie entende que a organização liberal clássica não é o suficiente para a superação de crises profundas, tanto internamente, quanto no âmbito internacional. Sendo, então, necessária a introdução de políticas socialmente embutidas – tidas como Keynesianas –, ou seja, com uma maior atuação Estatal para a implementação de medidas protetivas e de bem-estar social, para que então, superada a crise, o (neo)liberalismo possa ser reintroduzido. São exemplos dessa construção o New Deal e o Plano Marshall. Válvulas de escape das contradições liberais, para que esta organização econômica e política possa perdurar.

Mas, apesar de Helleiner (2019) entender que o Liberalismo Embutido é um conceito compatível com organizações econômica-políticas fora do capitalismo tradicional, como até mesmo a URSS; é interessante frisar as diferenças que justifiquem a mudança semântica neste trabalho. Como supracitado, o Liberalismo Embutido é um instrumento exógeno e endógeno de superação das crises do capitalismo liberal global. O que se propõe chamar de Globalização Embutida Chinesa concentra-se apenas no âmbito internacional, não representa uma mudança na postura das instituições internas chinesas, e não se apresenta como uma estratégia pontual para o retorno a um momento mais liberal. Nesse sentido, a Globalização Embutida é a extensão

⁵⁰ Moreover, the powerful engagement and intervention of the state in China's domestic and international economic affairs bears the hallmarks of the Keynesian theory that takes into account human psychology, system uncertainty and asset liquidity demand for money supply in shaping the country's monetary, fiscal and investment policies

do conceito do Liberalismo Embutido, incorporando a noção de Globalização Instituída pela China (GIC) de Vadell, Secches e Burger (2019).

A GIC nomeia o entendimento de que a internacionalização econômica que a China promove – através de suas parcerias comerciais e de investimento no exterior – é diferente da atual globalização pautada no neoliberalismo; isso porque funciona segundo o protagonismo das forças estatais chinesas – ou seja, de acordo com os interesses do CPC e com destaque de bancos e outras empresas estatais chinesas – e foca na promoção de investimentos em infraestrutura. De forma contrastante, a atual globalização liberal, protagonizada pelos EUA é marcada pela prevalência do mercado financeiro e das empresas privadas (VADELL *et. al.*, 2019). Assim, o conceito de Globalização Embutida reconhece as similaridades entre a GIC e a estratégia do Liberalismo Embutido.

Isso não significa necessariamente um retorno ao keynesianismo, mas certamente há necessidade de uma certa forma de intervencionismo. Em particular, o Estado deve mudar seu foco de servir à acumulação e expansão do capital para melhorar a equidade social e as capacidades de governança. [...] A BRI, enfatizando o papel do governo, primeiro enfatiza a comunicação de políticas e a conexão de estratégias, planejamento e projetos de desenvolvimento entre os países ao longo do Cinturão e Rota, com o objetivo de buscar um interesse comum. Sob um modelo de desenvolvimento desse tipo, não apenas a necessidade de expansão espacial livre do capital será satisfeita, mas também as necessidades de áreas subdesenvolvidas e pessoas comuns, tornando o desenvolvimento mais inclusivo⁵¹ (LIU, 2019, p. 62, tradução da autora).

A BRI é a principal manifestação da Globalização Embutida Chinesa, ela envolve projetos de parcerias e construção de infraestrutura em mais da metade do globo, criando rotas terrestres e marítimas de incentivos econômicos com o protagonismo de empresas estatais chinesas (LIU, 2019; XING, 2019). Isso corresponde a mais de US\$900 bilhões investidos na oferta de bens públicos globais em aproximadamente 140 países (COUNTRIES, 2020; NEDOPIL, 2022). A BRI é – assim como foi o Plano Marshall – um projeto que visa a recuperação da economia global depois de uma grande crise. Mas, diferente do Plano Marshall, a BRI se destaca por não exigir condicionalidades domésticas aos países receptores do investimento, fazendo-a mais atrativa (LIU, 2019).

Anunciada em 2013, a BRI só se estendeu à América Latina em 2017; entretanto, a Iniciativa não incluiu o Brasil até o momento. É notável que o relacionamento sino-brasileiro

⁵¹ This does not necessarily mean a return to Keynesianism, but there is certainly a need for a certain form of interventionism. In particular, the state has to shift its focus from serving the accumulation and expansion of capital to improving social equity and governance capacities. [...] The BRI, stressing the role of the government, first emphasizes policy communication and the connecting up of development strategies, planning, and projects, among countries along the Belt and Road, with the purpose of seeking a common interest. Under a development model of this kind, not only will capital's need for free spatial expansion be satisfied but so too will the needs of underdeveloped areas and ordinary people, making development more inclusive.

seguiu uma tendência histórica de aproximação desde o período da ditadura militar brasileira até o segundo mandato de Rousseff (CUNHA, et al, 2015). Mas foi justamente durante a adoção de uma PEx mais alinhada aos EUA – nos governos de Temer e Bolsonaro – que a China apresentou a BRI às Américas (HIRATUKA, 2019). Os investimentos chineses no exterior não são resultado apenas da estratégia chinesa (que apesar de ser a grande força motivadora e executora do processo de internacionalização chinesa) ela precisa encontrar com os interesses do Estado que recebe esse investimento. O Brasil aparece, então, como ilustração deste comportamento.

O período de Temer e Bolsonaro na gestão do Estado Brasileiro significou uma mudança de alinhamento da PEx, o que resultou em um afastamento político do Brasil em relação à China – e até mesmo situações de tensão diplomática – mas isso não resultou no afastamento comercial entre estes dois países. Isso porque o relacionamento sino-brasileiro presenciou um processo de substituição não oficial do governo federal brasileiro por atores paradiplomáticos – como governadores e representantes de setores privados – de forma a evitar a saída do capital chinês do Brasil. Mesmo assim, a falta de uma ação organizada – que só poderia ser alcançada com o esforço do governo federal – significou a não inclusão do Brasil na BRI.

Mas é importante frisar também que os investimentos chineses no exterior são resultado de uma estratégia centralizada pelo CPC, podendo ser entendidas como uma extensão da BRI, mesmo sem que os projetos sejam oficialmente designados como tal (CARIELLO, 2021; RODRIGUES, 2022). Além disso, historicamente, a maior parte do investimento chinês na América do Sul – 65% – tem o Brasil como destino (CEPAL, 2021). O distanciamento dos interesses de Temer e Bolsonaro em relação ao CPC resultou na exclusão do Brasil dos projetos da BRI, mas essa exclusão já é superada no terceiro mandato de Lula da Silva, com o envio de uma comitiva brasileira à China em busca de investimentos e acordos em diversas áreas, como educação, energia e agricultura⁵². Isso, somada a nomeação de Rousseff à presidência do banco dos BRICS⁵³, indica uma alta propensão ao desenvolvimento de grandes projetos chineses de infraestrutura em solo brasileiro.

Em suma, apesar do clima positivo nas relações com a RPC, muitos desafios ainda persistem. À medida que a relação do Brasil com um país das dimensões da China se intensifica, trazendo saldos positivos em uma diversidade de campos de cooperação, é fato que também serão inevitáveis certos contenciosos, como a necessidade brasileira de proteger seu setor industrial. Não obstante tais desafios, ambos os países

⁵² Ver mais em: PRESIDENTE, 2023; MATOSO, 2023; SANCHES, 2023.

⁵³ Ver mais em: ANDRADE, 2023.

reafirmam a grande importância da parceria estratégica para o objetivo último de construir uma ordem internacional mais equitativa e inclusiva. Vale lembrar que as premissas fundamentais que presidiram o lançamento da parceria estratégica não se alteraram, pelo contrário, se mostram atualmente muito mais relevantes quando os países em desenvolvimento ganham nova proeminência (CUNHA, *et al*, 2015, p. 174).

Desde 2009 a China é o principal destino das exportações brasileiras; e desde 2020 tornou-se a principal fonte das importações brasileiras; sendo assim, o principal parceiro comercial do Brasil. Segundo dados obtidos pelo COMTRADE, o Brasil importa da China principalmente máquinas, veículos, produtos da indústria química e têxtil, e metais – com destaque para as máquinas e aparelhos mecânicos, elétricos e suas partes – são produtos industrializados, com alto valor agregado e que demandam indústrias de alta complexidade e tecnologia. Em contraste, o Brasil exporta para a China principalmente produtos animais, vegetais, minerais e derivados da madeira – com destaque para produtos vegetais e minerais – commodities, produtos de baixa complexidade e baixo valor agregado e que não demandam forças industriais de alta tecnologia. Este não é um relacionamento comercial que foge das tendências do mercado internacional, mas é uma interação que garante vínculo entre estes Estados.

De acordo com dados obtidos pelo Banco Central do Brasil, o investimento chinês no Brasil é pouco expressivo, sendo apenas o 27º país que mais investiu no Brasil. Mas isso não é surpresa, a BRI é muito recente e a introdução das Américas na BRI é mais recente ainda. Além disso, como supracitado, a BRI é um impulso que ainda não foi utilizado pelo Brasil. Mas é notável que o comportamento chinês quanto aos seus investimentos no Brasil foge das tendências internacionais. Os principais investidores no Brasil (como os EUA, Países Baixos e Luxemburgo), seguem uma tendência parecida quanto às quantidades investidas ao longo dos anos, tendência essa que não se reproduz nos investimentos chineses no Brasil. Além disso, a discrepância do investimento chinês no Brasil aparece também nos tipos de investimento. A média global dos investimentos feitos no Brasil (excluindo os EUA e a China) e os investimentos feitos pelos EUA apresentam similaridades, como o destaque para os setores de Informação, Comunicação e atividades financeiras. Em contraste, o investimento chinês que chega ao Brasil concentra-se nos setores de Eletricidade, Gás e Indústrias extrativas, setores que demandam grandes obras de infraestrutura para garantir seu funcionamento.

Com isso, conclui-se que o relacionamento sino-brasileiro se encaixa no conceito de Globalização Embutida Chinesa, porque o investimento que a China promove no Brasil é distinto daquele realizado pelos demais Estados, sob a ordem neoliberal e com foco no mercado financeiro; é, por sua vez, um investimento focado na construção de bens públicos globais, que

têm potencial para auxiliar no desenvolvimento material do Brasil, e por consequência aumentar os fluxos comerciais com a China. Entende-se ainda que a atual gestão de Lula da Silva significará um processo mais acentuado de alinhamento com a China, explicitando, em um futuro próximo, ainda mais a dinâmica da Globalização Embutida Chinesa, que ainda é incipiente no Brasil.

O aprofundamento do relacionamento sino-brasileiro na dinâmica da Globalização Embutida Chinesa pode significar uma maior receptividade dos interesses chineses por parte do restante dos Estados Sul-Americanos, uma vez que o Brasil – quando politicamente presente – exerce o papel de liderança na região e pode agir como força organizadora das demandas da região em relação à China, facilitando o aprofundamento destes laços. Entretanto, é possível entender que a ausência política do Brasil no sistema internacional durante o mandato de Bolsonaro resultou – além da dificuldade de realizar uma articulação organizada da região em relação à China – em um vácuo de influência que foi instrumentalizado por outros Estados da região (CHUTANDO, 2023). Sendo assim, a reintrodução do Brasil na arena política internacional também se apresenta como um momento de rearranjo de ordem, e pode ser objeto de contestação.

O aprofundamento da Globalização Embutida Chinesa – não só, mas principalmente – na América do Sul já é uma dinâmica contestada. A supracitada ascensão chinesa é uma preocupação para os EUA – tanto em relação a sua posição política histórica, quanto em relação a sua competitividade econômica e tecnológica – que aparece com mais destaque durante o mandato de Trump e é continuada por Biden (PAUTASSO *et al.*, 2021). Essa contestação se manifesta como críticas à iniciativa chinesa e com a introdução de um projeto similar, o Build Back Better World, B3W (LI, 2022); entretanto, o B3W não aparenta ser um projeto que consiga substituir a BRI (MWADI MAKENGO, *et al.*, 2022). Sobrando, então, o receio de que a preocupação estadunidense se intensifique em Guerra Híbrida (PAUTASSO *et al.* 2021).

Dessa forma, a Globalização Embutida Chinesa, que se realiza principalmente através da instrumentalização da BRI, pode ser entendida como força capaz de incentivar o desenvolvimento de uma EPI global distanciada do neoliberalismo, não só como reação – como a B3W – mas como “inspiração”, ou seja, como uma iniciativa com potencial de convencimento que o investimento em infraestrutura promove um crescimento mais desejável que o investimento financeirizado. Entretanto, ainda é difícil prever se no longo prazo a Globalização Embutida Chinesa se desdobrará na superação do (neo)liberalismo, mesmo depois de um futuro esvaziamento da BRI; ou se resultará num futuro fortalecimento da retórica liberal – uma vez que a BRI alcance seu objetivo de esquentar os mercados globais e superar a crise de 2008 – já

que esse é o propósito do liberalismo embutido; ou ainda, se a Globalização Embutida Chinesa é apenas o primeiro passo do CPC em direção ao longo caminho da superação da ordem capitalista global. Mas, esses são cenários – com maior ou menor grau de probabilidade – que precisarão da continuidade do esforço para a compreensão totalizante da ação chinesa no sistema internacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEMANHA sinaliza desbloqueio de repasses ao Fundo Amazônia. **Carta Capital**. São Paulo, 01 nov. 2022. Mundo. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/mundo/alemanha-sinaliza-desbloqueio-de-repasses-ao-fundo-amazonia/>>. Acesso em 30 jan. 2023.

ALVES, Vítor Lopes de Souza. A teoria geral de keynes: uma apresentação didática. **Sobre Economia**, Campinas, 1 dez. 2020. Disponível em: <<https://www.blogs.unicamp.br/sobreeconomia/2020/12/01/a-teoria-geral-de-keynes-uma-apresentacao-didatica/>> Acesso em: 11 nov. 2021

AN, Ning; SHARP, Jo; SHAW, Ian. Towards a Confucian geopolitics. **Dialogues in Human Geography**, v.11, n.2. p.218–235. 18 set. 2020. Doi: <https://doi.org/10.1177/2043820620951354>

ANDRADE, Juliana. Dilma Rousseff começa a comandar Banco do Brics. **Agência Brasil**, Brasília. 28 mar. 2023. Economia. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023-03/dilma-rousseff-comeca-comandar-banco-do-brics>>. Acesso em: 29 mar. 2023.

ARRIGHI, Giovanni. **O Longo Século XX**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2016.

AUSTRALIA-TAIWAN Relationship Overview. Australian Government, **Department of Foreign Affairs and Trade**. Countries, Economies and Regions. Disponível em: <<https://www.dfat.gov.au/geo/taiwan/australia-taiwan-relationship>> Acesso em: 10 fev. 2023

CAPOMACCIO, Sandra. Crise recente com China ressalta isolamento diplomático do Brasil. **Jornal da USP**, São Paulo, 17 fev. 2021. Atualidades. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/atualidades/crise-recente-com-china-ressalta-isolamento-diplomatico-do-brasil/>>. Acesso em 15 jan. 2023.

CARIELLO, Tulio. **Investimentos Chineses no Brasil**. Histórico, Tendências e Desafios Globais (2007-2020). Conselho Empresarial Brasil-China, Rio de Janeiro. 2021

CARVALHO, Monique; AZEVEDO, André Filipe; MASSUQUETTI, Angélica. O Brasil no Contexto da Guerra Comercial entre EUA e China. In: **Encontro de Economia da Região Sul**, XXII. 2019, Maringá. Anais Eletrônicos. Disponível em: <https://www.anpec.org.br/sul/2019/submissao/files_I/i5-0835cda12a9792564cef6a42fd641bda.pdf>. Acesso em 09 mar. 2023.

CEPAL (COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE) **La Inversión Extranjera Directa en América Latina y el Caribe**. (LC/PUB.2021/8-P) Santiago, Chile: Cepal, 2021.

CHANG-LIAO. China's New Foreign Policy Under Xi Jinping. **Asian Security**. v.12 , n.2, p. 82-91. 30 de jun. de 2016. DOI: 10.1080/14799855.2016.1183195.

China Discovery. **China Maps 2022**: Updated, high-resolution and downloadable. 2022. Disponível em: <<https://www.chinadiscovery.com/china-maps.html>>. Acesso em: 19 dez. 2022.

CHUTANDO a escada. **100 dias de Política Externa Brasileira com Lula 3**. Entrevistados: NANCI, Fernanda; MORROT, Eduardo. Entrevistadores: MENDONÇA, Filipe; ZAHRAN, Geraldo. [s.l.]: 31 mar 2023. Podcast. Disponível em: <https://chutandoaescada.com.br/?powerpress_pinw=4103-podcast>. Acesso em: 04 abr 2023.

CIA. **The World Factbook**. 2022. Explore All Countries (Brazil). Disponível em: <<https://www.cia.gov/the-world-factbook/countries/brazil/>>. Acesso em: 25 mai. 2022.

CIA. **The World Factbook**. 2022. Explore All Countries (China). Disponível em: <<https://www.cia.gov/the-world-factbook/countries/china/>>. Acesso em: 25 mai. 2022.

CIA. **The World Factbook**. 2022. Explore All Countries (United States). Disponível em: <<https://www.cia.gov/the-world-factbook/countries/united-states/>>. Acesso em: 01 jun. 2022.

CLARKE, Michael. The Belt and Road Initiative: China's New Grand Strategy? **Asia Policy**, n. 24, p. 71-79 Jul. 2017. DOI: 10.1353/asp.2017.0023.

COUNTRIES of the Belt and Road Initiative (BRI). **Green BRI Center**. Central University for Finance and Economics, Beijing, 2020. About the BRI. Disponível em: <<https://green-bri.org/countries-of-the-belt-and-road-initiative-bri/>>. Acesso em 20 jan 2023.

COZENDEY, Carlos Márcio B. **Instituições de Bretton Woods**. Brasília: FUNAG, 2013.

CUNHA, Aline Tedeschi; PIRES, Marcos Cordeiro; PAULINO, Luís Antônio. Brasil, China e a cooperação Sul-Sul. In: RAMANZINI JÚNIOR, Haroldo; AYERBE, Luis Fernando (Org.). **Política Externa Brasileira - Cooperação Sul-Sul e Negociações Internacionais**. 1ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015, v. 1, p. 141-180.

DALE, Gareth. Duplos Movimentos e Forças Pendulares: perspectivas polanyianas sobre a era neoliberal. **Otra Economía**, v.7, n.12, p. 26-44, enero-junio, 2013.

DANTAS, Alexis; JABBOUR, Elias; VADELL, Javier. Da Nova Economia do Planejamento à Globalização Instituída pela China. **Estudos Internacionais**, Belo Horizonte, v.9, n.4, p. 19-105. dez. 2021. DOI: 10.5752/P.2317-773X.2021v9n4p90-105.

DE PAULA, Luiz Fernando; JABBOUR, Elias. The Chinese Catching-Up: A Developmentalist Approach, **Journal of Economic Issues**, v.54, n. 3, p. 855-875. 03 set. 2020. DOI: 10.1080/00213624.2020.1791650.

DE SOUZA, F. F. Operação Condor: Terrorismo de Estado no Cone Sul das Américas. **Revista Aedos**, [S. l.], v. 3, n. 8, 2011. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/index.php/aedos/article/view/12769>. Acesso em: 2 fev. 2023.

DEL ROIO, Marcos. A mundialização capitalista e o conceito gramsciano de revolução passiva. In: MENDONÇA, Sueli Guadalupe de Lima et al (org.). **Marx, Gramsci e Vigotski: aproximações**. Araraquara: Cultura Acadêmica/Junqueira & Marin, 2009.

FAIRBANK, John King; GOLDMAN, Merle. **China: a new history**. 2. ed. Londres: The Belknap Press of Harvard University Press, 2006.

GILPIN, Robert. **A economia Política das Relações Internacionais**. Brasília: UnB, 2000.

GRAMSCI, A. **Quaderni del Carcere**. Torino: Einaudi, 1975.

HAMADEH, Nada; VAN ROMPAEY, Catherine. METREAU, Eric. New World Bank Country classifications by income level: 2021-2022. **World Bank Blogs**. 01 Jul. 2021. Data Blog. Disponível em: <<https://blogs.worldbank.org/opendata/new-world-bank-country-classifications-income-level-2021-2022>> Acesso em: 20 jan 2023.

HARVEY, David. **O Neoliberalismo, história e implicações**. São Paulo: Edições Loyola. 2 ed. 2011.

HELLEINER, Eric. The life and times of embedded liberalism: legacies and innovations since Bretton Woods, **Review of International Political Economy**, 2019. DOI: 10.1080/09692290.2019.1607767.

HIRATUKA, Celio. Chinese OFDI in Brazil, trends and impacts (2000-2017) In. DUSSEL PETERS, Enrique (ed). **China's Foreign Direct Investment in Latin America and the Caribbean: conditions and challenges**. Red Académica de América Latina y el Caribe (Red ALC-China), Unión de Universidades de América Latina y el Caribe (UDUAL), Centro de Estudios China-México (CECHIMEX). p.167-189. nov 2019.

J. P. MORGAN. 2018 **Global M & A OUTLOOK**, navigating consolidation and disruption. jan. 2018. Disponível em: <<https://www.seca.ch/getattachment/5085cf5d-9461-4020-ab09-b15961e087dc/2018-Global-M-A-Outlook-J-P-Morgan.aspx>>. Acesso em 26 mai. 2022

JABBOUR, Elias; GABRIELE, Alberto. **China: O Socialismo do Século XXI**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

JIANG, Shixue. Como a China e o Brasil podem cooperar na Iniciativa Cinturão e Rota. **BR & Br - Belt and Road & Brazil**. 13 jul 2020. Artigos. Disponível em: <<https://beltandroadbrasil-diretorio.fgv.br/artigos/como-china-e-o-brasil-podem-cooperar-na-iniciativa-cinturao-e-rota>>. Acesso em 3 fev 2023

KUO, Lily; KOMMENDA, Niko. What is China's belt and road initiative? **The Guardian**, [s.l.], 30 Jul. 2018. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20180905062336/https://www.theguardian.com/cities/nginteractive/2018/jul/30/what-china-belt-road-initiative-silk-road-explainer>. Acesso em: 14 out. 2019.

LANDER, John. The Us is Preparing Australia to fight its war against China. Pearls and Irritations John Menadue's **Public Policy Journal**. 1 fev. 2023. Defence and Security.

Disponível em: <<https://johnmenadue.com/committee-for-the-republic-salon-18-january-2023-anzus-leading-us-to-war-against-china/>>. Acesso em 6 fev. 2023

LI, Ahshan. China-África no contexto da BRI-B3W. **Brazilian Journal of African Studies**, Porto Alegre. Vol. 7, n. 13, jan/jun 2022. p.39-70. DOI: 10.22456/2448-3923.121691.

LIU, Weidong. **The Belt and Road Initiative**. A Pathway towards Inclusive Globalization. New York: Routledge, 2019. DOI: 10.4324/9780429447228.

LOPES, A. M. H. Neocolonialismo na África. **Sankofa** (São Paulo), [S. l.], v. 4, n. 8, p. 12-21, 2011. DOI: 10.11606/issn.1983-6023.sank.2011.88804. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/sankofa/article/view/88804>. Acesso em: 2 jan. 2023. DOI: 10.11606/issn.1983-6023.sank.2011.88804.

LULA fala em acordo Mercosul-China e em destravar o da UE após reunião com Pou. **Revista Pequenas Empresas Grandes Negócios**. 25 jan. 2023. Economia. Disponível em: <<https://revistapegn.globo.com/economia/noticia/2023/01/lula-fala-em-acordo-mercosul-china-e-em-destravar-o-da-ue-apos-reuniao-com-pou.ghtml>>. Acesso em 26 jan. 2023.

MA, Zhang Cheng. Commentary: Xi's speech signals China's road for future. **People's Daily**, Xinhua, 29, jul. 2017. Disponível em: <<http://en.people.cn/n3/2017/0729/c90000-9248171.html>> Acesso em: 25 mai. 2022.

MATOSO, Filipe. Pacheco confirma que vai integrar comitiva de Lula na China; Lira não participa. **G1 Globo**. 23 mar. 2023. Política. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/03/23/pacheco-confirma-que-vai-integrar-comitiva-de-lula-na-china.ghtml>>. Acesso em: 29 mar. 2023.

MEN, Honghua. **China's Grand Strategy, a framework analysis**. Peking University Press and Springer Nature Singapore Pte Ltd, 2020.

MISSÃO China: Agenda de Investimentos. **Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo**. 2019. Disponível em <<https://www.desenvolvimentoeconomico.sp.gov.br/missao-china-agenda/>>. Acesso em: 15 fev. 2023.

MWADI MAKENGO, Benjamin; MIMBALE, Joseph; KAMANDA LONDO, Patience; MBUTAMUNTU, Jean-Marie. Understanding the Strategic opposition between the Build Back Better World [B3W] and Belt and Road Initiative [BRI]. **Academia Letters**. 10.20935/AL5202. Abr. 2022. DOI: 10.20935/AL5202.

NEDOPIL, Christoph. China Belt and Road Initiative (BRI) Investment Report H1 2022. **Green Finance & Development Center**, FISF Fudan University, Shanghai, jul. 2022. Disponível em: <<https://greenfdc.org/china-belt-and-road-initiative-bri-investment-report-h1-2022/>> acesso em 17 jan. 2023.

NOGUEIRA, Isabela. Estado e Capital em uma China com Classes (palestra). **Núcleo de Pesquisa de Direito Comparado e Relações Brasil-China**. Universidade Federal Fluminense. 24 ago. 2021.

NOGUEIRA, Isabela. Poder e Riqueza na era Imperial e a Formação Econômica-Social da China Contemporânea (Mini Curso). **8º Encontro da ABRI**. Associação Brasileira de Relações Internacionais. 30 jun. 2021.

OECD. **Observatory of Economic Complexity**. 2023. Countries: Brazil. Disponível em: <<https://oec.world/en/profile/country/bra>>. Acesso em: 14 fev. 2023.

OKUDA, Hiroko. “China’s Rise/Peaceful Development”: A Case Study of Media Frames of the Rise of China. **Global Media and China**. v.1 n1-2, p. 121-138. 2016. DOI: 10.1177/2059436416646275.

OWENSON. File:Belt and Road Initiative participant map.svg. **Wikipedia Commons**. 6 jan. 2023. Disponível em: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Belt_and_Road_Initiative_participant_map.svg#metadata> Acesso em: 25 jan. 2023.

PALLEY, Thomas I. From Keynesianismo to Neoliberalism: shifting paradigms in economics. **Foreign Policy in Focus**, 2004. Disponível em: <https://fpif.org/from_keynesianism_to_neoliberalism_shifting_paradigms_in_economics/>. Acesso em: 27 out 2022.

PAUTASSO, Diego; NOGARA, Tiago; UNGARETTI, Carlos, RABELO, Ana Maria. As Três Dimensões da Guerra Comercial entre China e EUA. **Revista Carta Internacional**, Belo Horizonte, v.16, n.2, e1122, 2021. DOI: 10.21530/ci.v16n2.2021.1122

PECEQUILO, Cristina Soreanu. Biden e os Equilíbrios Possíveis: Progresso, Pragmatismo e Retrocesso. **TD. Teoria e Debate**, v. 1, p. 1-2, 2021.

PEOPLE’S REPUBLIC OF CHINA. China’s Position Paper on the New Security Concept. **China Report**. 31 jul. 2002, Vol. 39, Nº 128, 2002, pp. 1-5. Disponível em: <<http://www.mfa.gov.cn/eng/wjb/zjg/gjs/gjzzyhy/2612/2614/t15319.htm>>. DOI: 10.1177/000944550303900113.

PETERS, Michael A. The ancient Silk Road and the birth of merchant capitalism, **Educational Philosophy and Theory**, vol. 53, n. 10, p. 955-961. 2021. DOI: 10.1080/00131857.2019.1691481.

PINTO, Paulo Antônio Pereira. Brasil-China: a Amazônia na estratégia da parceria. **Editora Mundorama**. Brasília, 28 nov. 2022. Disponível em: <<https://medium.com/mundorama/brasil-china-a-amazonia-na-estrategia-da-parceria-5928ca149b23>>. Acesso em: 30 jan 2023.

PIRES, M; NASCIMENTO, L.G. The Monroe Doctrine 2.0 and U.S. – China-Latin America Trilateral Relations. **International Organisations Research Journal**, vol. 15, no 3, p. 202–222. 2020. DOI: 10.17323/1996-7845-2020-03-08.

PIRES, Marcos Cordeiro; MATTOS, Thaís C. A. L. Reflexões Sobre a Disputa por Hegemonia entre Estados Unidos e China na Perspectiva do Capitalismo Histórico. **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**, v. 5, p. 54-90, 2016.

PIRES, Marcos Cordeiro. A Iniciativa Cinturão e Rota suas Derivações Políticas, Econômicas e Culturais e seus Vínculos com o Futuro da América Latina. **Mundo e Desenvolvimento-Revista do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais**, v. 1, p. 81-102, 2019.

POMAR, Wladimir. **A Revolução Chinesa**. São Paulo: Editora Unesp, 2003. – (Coleção Revoluções do Século XX /Edição de Emília Viotti da Costa).

PPI. **Programa de Parcerias de Investimentos**. Quem somos. Disponível em: <<https://www.ppi.gov.br/quem-somos/>>. Acesso em: 08 mar. 2023.

PRESIDENTE Lula visita a China com delegação recorde de empresários. **Acompanhe o Planalto**. 23 mar. 2023. Notícias. Disponível em: <<https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompagne-o-planalto/noticias/2023/03/presidente-lula-visita-a-china-com-delegacao-recorde-de-empresarios>>. Acesso em: 29 mar. 2023.

QIN, Yaqing. **A Relational Theory of World Politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 2018. DOI: 10.1017/9781316869505.

RELATÓRIO de Investimento Direto. **Banco Central do Brasil**, 2021. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/publicacoes/relatorioid>>. Acesso em: 20 ago. 2022.

RODRIGUES, Bernardo Salgado. Belt and Road Initiative and the geoeconomic implications for Brazil. **SciELO Preprints**, 2022. DOI: 10.1590/0103-6351/7346. Disponível em: <<https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/5321>>. Acesso em: 5 jan. 2023.

RUGGIE, John Gerard. International Regimes, Transactions, and Change: Embedded Liberalism in the Post War Economic Order. **International Organizations**, Massachusetts, Vol. 36, No 2, p. 379-415, 1982. DOI: 10.1017/S0020818300018993.

SANCHES, Mariana. Sem nova data: com pneumonia, Lula adia viagem à China. **BBC NEWS BRASIL**, Beijing, 25 mar. 2023. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/articles/cevndw09011o>>. Acesso em: 29 mar. 2023.

SCOTT, David. **China and the International System, 1940-1949: power, presence, and perceptions in a century of humiliation**. New York: State University of New York Press, 2008.

SHANG, Huping. **The Belt and Road Initiative: Key Concepts**. Pequim: Peking University Press, 2019. DOI: 10.1007/978-981-13-9201-6.

SHENKAR, Oded. **The Chinese Century: The Rising Chinese Economy and It's Impact on the Global Economy, the Balance of Power, and your Job**. New Jersey: Pearson Education, 2005.

SIMON, S. A. S. . De Bretton Woods ao Plano Marshall: a política externa norte-americana em relação à Europa (1944-1952). **Relações Internacionais no Mundo Atual** v.1, n.9, p. 24-47, 2010. Disponível em: <<http://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/RIMA/article/view/196>>

SINTUSINGHA, Sidh; WU, Hao; LIN, Wenqi; HAN, Sunsheng; QIN, Bo (org). **International perspectives on the Belt and Road Initiative: a bottom-up approach**. New York : Routledge, 2021. DOI: 10.4324/9780367854645.

SYLLA, Ndongo Samba. The CFA Franc: French Monetary Imperialism in Africa. In: LSE. **Africa at LSE Blog**. London, 12 jul. 2017. Disponível em: <<https://blogs.lse.ac.uk/africaatlse/2017/07/12/the-cfa-franc-french-monetary-imperialism-in-africa/>>. Acesso em: 09 dez. 2022.

THE ECONOMIST. **Economics A-Z terms beginning with C**. Disponível em: <<https://www.economist.com/economics-a-to-z/c#node-21529531>>. Acesso em 22 ago 2022.

U.S.-CHINA ECONOMIC AND SECURITY REVIEW COMMISSION. Research. **PRC Representation in International Organizations**. 18 jul 2022. Disponível em: <https://www.uscc.gov/sites/default/files/2022-07/PRC_Representation_in_International_Organizations_July2022.pdf> Acesso em 23 ago 2022.

VADELL, J; SECCHES, D; BURGER, M. De la globalización a la Interconectividad: reconfiguración espacial en la iniciativa Belt & Road e implicaciones para el Sur Global. **Revista Transporte y Territorio**. n. 21, p. 44-67, 2019. DOI: 10.34096/rtt.i21.7146.

VILARINHO, Murilo. Algumas notas sobre a futura diplomacia do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. **Editora Mundorama**, Brasília, 3 jan. 2023. Disponível em: <<https://medium.com/mundorama/algumas-notas-sobre-a-futura-diplomacia-do-presidente-luiz-inacio-lula-da-silva-8e631da54c1b>>. Acesso em 30 jan. 2023

WANG, Zheng. The Chinese Dream: Concept and Context. **Journal of Chinese Political Sciences**, v. 19, p.1-13. 2013. DOI: 10.1007/s11366-013-9272-0.

WALT, Stephen M. Can China Pull Off Its Charm Offensive? **Foreign Policy**, 23 jan. 2023. Analysis. Disponível em: <<https://foreignpolicy.com/2023/01/23/can-china-pull-off-its-charm-offensive/>>. Acesso em 03 mar. 2023.

XING, Li (ed.) **Mapping China's One Belt One Road Initiative**. Cham: Palgrave Macmillan, 2019. DOI: 10.1007/978-3-319-92201-0.

ZHAO, Minghao. The Belt and Road Initiative and China-US strategic competition. **China International Strategy Review**. 3:248-260. Nov. 2021. DOI: 10.1007/s42533-021-00087-7.